

ARQUITECTURA SUSTENTÁVEL EM CABO VERDE

{ MANUAL DE BOAS PRÁTICAS }





**ARQUITECTURA
SUSTENTÁVEL
EM CABO VERDE**

{ MANUAL DE BOAS PRÁTICAS }

EDITOR

CPLP • Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
www.cplp.org

COORDENAÇÃO

Prof. Arqº. Manuel Correia Guedes
mcguedes@civil.ist.utl.pt

EQUIPA TÉCNICA

Prof. Dr. Leão Lopes, *Escola Internacional de Artes do Mindelo*
Prof. Arqº. Manuel Correia Guedes, *Instituto Superior Técnico*
Prof. Engº. Klas Ernard Borges, *Universidade de Lund*
Prof. Arqº. Gustavo Cantuária, *Universidade de Cambridge*
Prof. Engº. Manuel Duarte Pinheiro, *Instituto Superior Técnico*
Arqª. Mariana Pereira, *Escola Internacional de Artes do Mindelo*
Arqº. Ângelo Lopes, *Escola Internacional de Artes do Mindelo*
Engª. Carla Gomes, *Universidade de Aveiro*
Arqª. Joana Aleixo, *Instituto Superior Técnico*
Arqº. Luís Calixto, *Instituto Superior Técnico*

DESIGN GRÁFICO

José Brandão • Susana Brito
Alexandra Viola { Paginação }
[Atelier B2]

PRÉ-IMPRESSÃO E TRATAMENTO DE IMAGENS

Joana Ramalho • Gabriel Godoi
[Atelier B2]

IMPRESSÃO

idg Imagem Digital Gráfica
www.idg.pt

ISBN

978-989-97178-2-4

Nº DE EXEMPLARES

750

DEPÓSITO LEGAL

322 650/11



ARQUITECTURA SUSTENTÁVEL EM CABO VERDE

{ MANUAL DE BOAS PRÁTICAS }





{ Prefácio }



O presente manual tem como principal objectivo sugerir medidas básicas para a prática de uma arquitectura sustentável. Destina-se a estudantes e profissionais de arquitectura e engenharia civil, sendo também acessível ao público com alguma preparação técnica na área da construção. Tendo em conta o clima, os recursos naturais e o contexto socioeconómico, são traçadas, de forma simplificada, estratégias de boas práticas de projecto.

Foi elaborado no âmbito do projecto europeu SURE-Africa (Sustainable Urban Renewal: Energy Efficient Buildings for Africa), implementado para aprofundar e disseminar o conhecimento existente em quatro países africanos de língua oficial portuguesa, na área da arquitectura sustentável – em particular no que se refere ao projecto bioclimático e à eficiência energética em edifícios, contribuindo para a melhoria das condições de habitabilidade do espaço construído. Participaram no projecto três instituições académicas europeias – o Instituto Superior Técnico (coordenador do projecto), a Universidade de Cambridge (Reino Unido) e a Universidade de

Lund (Suécia) – e quatro instituições africanas: o Departamento de Arquitectura da Universidade Agostinho Neto (Angola), a Escola Internacional de Artes do Mindelo (M-EIA, em Cabo Verde), o Ministério das Infra-estruturas e Transportes da República da Guiné-Bissau, e a Faculdade de Arquitectura da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique).

Ao longo do projecto SURE-Africa, que decorreu entre 2007 e 2009, foram realizados diversos seminários, workshops e conferências, foi criada uma rede de conhecimento entre as instituições envolvidas, no domínio da arquitectura e planeamento urbano sustentável, e foi produzido material de apoio ao ensino, assim como manuais de boas práticas. Os manuais são publicações pioneiras, podendo servir de referência não só para os países de língua portuguesa, mas também para outros países africanos, e constituem um ponto de partida para futuros trabalhos, tão necessários nesta área.

Prof. Manuel Correia Guedes

Coordenador do projecto SURE-Africa.



{ Agradecimentos }



- > Ao Doutor Luís Alves, do Instituto de Engenharia Mecânica (IDMEC-IST), pelo constante e precioso apoio dado ao longo de todo o processo de elaboração deste manual.
- > Aos colegas da Universidade de Cambridge: Doutores Koen Steemers, Torwong Chenvidyakarn, Judith Britnell e, muito em particular, ao Doutor Nick Baker, que esteve na génese do projecto SURE-Africa, e que foi um elemento chave para a sua realização.
- > Aos Engenheiros Ulisses Fernandes e Anildo Costa, e à Rita Maia e Maria do Céu Miranda, do IDMEC-IST.
- > À Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que apoiou e financiou esta publicação.
- > À Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), que contribuiu com financiamento para a execução do design gráfico do manual.
- > Ao programa COOPENER da União Europeia, principal financiador do projecto SURE-Africa, e às instituições que contribuíram com co-financiamento: a CPLP, a Fundação Calouste Gulbenkian, a FCT e a Direcção Geral de Energia.

ÍNDICE

Prefácio	5
Agradecimentos	7
Introdução	10
<hr/>	
1. Projecto bioclimático: princípios gerais	16
1.1 Contexto climático	18
1.2 Localização, forma e orientação	22
1.3 Sombreamento	30
1.4 Revestimento reflexivo da envolvente	42
1.5 Isolamento	44
1.6 Áreas de envidraçado e tipos de vidro	47
1.7 Ventilação natural	51
1.8 Inércia térmica	65
1.9 Arrefecimento evaporativo	68
1.10 Controle de ganhos internos	69
1.11 O uso de controles ambientais	70
1.12 Estratégias passivas e critérios de conforto térmico	71
<hr/>	
2. Escolha dos materiais de construção	74
2.1 Materiais naturais	75
2.2 Materiais compostos	80
<hr/>	
3. Água	82
3.1 Métodos de captação	84
3.2 Métodos de potabilização	87
3.3 Abastecimento	87
3.4 Instalação	88

4. Energia	90
4.1 Poupança de energia	91
4.2 Sistemas activos de energia renovável	91
4.2.1 Energia solar térmica	92
4.2.2 Energia eólica	94
4.2.3 Energia fotovoltaica	95
4.2.4 Biogás ou gás metano	95

5. Saneamento	98
5.1 Latrina seca	99
5.2 Fossa séptica	101

6. Casos de estudo	104
6.1 Comunidade de Lajedos	105
6.2 Sítio Museológico de Lagedos	107
6.3 Babilónia	108
6.4 Casa Leão Lopes e Maria Estrela	110
6.5 Casa Jean Denis	112
6.6 Sumário: recomendações gerais para Cabo Verde	114

Bibliografia	115
---------------------	------------

Anexos	
A1 Desempenho bioclimático: programas de análise	120
A1.1 Contexto climático	121
A1.2 Modelo de habitação unifamiliar	123
A2 O sistema LiderA	130
A3 Vegetação e conforto microclimático	148
A4 A gestão urbana e o licenciamento: revisão bibliográfica	156
A5 Desenvolvimento limpo: o caso de Cabo Verde	174

Autorias	180
-----------------	------------

{ Introdução }

...Há muitas definições para Arquitectura Sustentável, mas a essência da sustentabilidade está intrinsecamente ligada à essência da Arquitectura. Um bom edifício é naturalmente sustentável.

“Os edifícios designados para a sustentabilidade são construídos e operados para minimizar todos os impactos negativos nos ocupantes (em termos de saúde, conforto e produtividade), e no ambiente (uso de energia, recursos naturais e poluição)” Plainotis (2006).

Podemos afirmar que Vitruvius no século I a.C. já defendia um projecto de Arquitectura *Sustentável*. O sistema *firmitas, vetustas, utilitas* (solidez, beleza e utilidade) deveria incluir uma observação da Natureza e um consequente aproveitamento dos recursos naturais, com a utilização da iluminação solar e da ventilação natural. Factores determinantes para a funcionalidade ambiental, como a escolha do local para implantação das cidades, a disposição das vias e a orientação das edificações deveriam reger o projecto desde o seu início.



Encontramos também práticas de sustentabilidade na Arquitectura vernacular, não erudita, de muitas comunidades. Em Cabo Verde, na ilha de Santiago, ainda hoje a comunidade dos Rabelados vive em integração com a Natureza. As casas dos Rabelados são exclusivamente construídas em palha e caniço (os *funkus*),

com excelente isolamento térmico. O forno para a cerâmica e cozedura do pão é partilhado por toda a comunidade. A Organização Mundial de Saúde financiou as infra-estruturas básicas para reserva de água e instalações sanitárias. Aqui, a arquitectura estende-se ao desenvolvimento sustentável, numa micro escala.

{ FIG. 0.1 } Arquitectura vernacular: o aproveitamento dos recursos locais para construção e a adaptação ao contexto climático são práticas seculares.





{ FIG. 0.2 } Subúrbio degradado: o combate à pobreza é uma prioridade.

As problemáticas da sustentabilidade e das alterações climáticas são frequentemente consideradas como questões pertencentes aos países ricos. O continente africano, apesar de pouco industrializado e pouco consumista, encontra-se numa posição mais vulnerável do que os países desenvolvidos e fortemente industrializados. O hiper-consumismo não deve ser um modelo a seguir pelos países em desenvolvimento que por vezes erradamente prescrevem as tendências ocidentais. Há uma necessidade latente de não seguir os maus exemplos do mundo industrializado e preservar uma qualidade, que podemos consi-

derar como intrínseca à falta de riqueza financeira, que é a capacidade de reciclar e aproveitar os recursos existentes.

Os países mais ricos têm explorado os recursos naturais dos mais pobres, e os (poucos) ricos dos países mais pobres colaboram com este sistema, permitindo a exportação de recursos naturais a custos irrisórios. O debate contra a fome, a pobreza e as doenças endémicas ocupa um lugar cimeiro em África, o que se aplica também ao contexto cabo-verdiano.

Em Cabo Verde é essencial pensar em estratégias de planeamento ecológico e desenvolvimento



sustentável, de forma holística e integrada, evitando soluções de curto prazo e alcance. A sustentabilidade energética e o uso responsável dos recursos locais devem ser partes integrantes do desenvolvimento sustentável do ecossistema.

Actualmente a problemática da construção sustentável, adaptada o contexto climático, socio-económico e cultural em que se insere, não se encontra devidamente estudada ou explorada no continente africano. Existe contudo um vasto corpo de conhecimento e ferramentas de análise que permitem identificar as principais estratégias a utilizar no projecto de edifícios em África, – solu-

ções eficazes e económicas para um bom desempenho do conforto interior de um edifício. O presente manual pretende ser um contributo para o conhecimento nesta área de estudos, neste caso particular em Cabo Verde

A condição insular de Cabo Verde conduz a uma realidade de construção muito particular. O isolamento das ilhas leva a custos de importação muito elevados. Por isso, uma medida indispensável é a auto-suficiência. Os altos custos de importação poderão ser a motivação para produzir e conduzir naturalmente a soluções mais viáveis em termos ecológicos e de respeito ambiental – envolvendo



o uso de recursos locais. Tem de haver uma sensibilização da população neste sentido. O que pode e deve vir do exterior são as novas técnicas e concepções de construção, que permitem uma utilização mais racional da matéria-prima. Cabo Verde



tem materiais autóctones de grande valor económico, ainda pouco explorados, como a pedra-pomes, a pozolana e os basaltos porosos.

Apesar de medidas pontuais do sector da construção fazerem alguma diferença, este só poderá ser verdadeiramente fomentado através de um novo modelo de crescimento económico, que tenha por base um desenvolvimento ecologicamente sustentado. Em termos políticos, deverão ser incrementadas medidas para a promoção

{ FIG. 0.3 } Casa bioclimática, sustentável, no Mindelo: um exemplo contemporâneo de adaptação ao contexto local.



de materiais de baixo custo, com desenvolvimento de tipologias e tecnologias de construção locais, que se revelem determinantes e eficientes. O cooperativismo e associativismo deverão ser fomentados para haver uma rede de solidariedade e cooperação entre os cidadãos e entre a ecotecnosfera e a biosfera.

O processo participativo e a auto-construção deverão ser integrados nesta teia sinérgica de solidariedade e união colectiva, com o objectivo de superação dos problemas de escassez de recursos financeiros. O arquitecto, na sua prática profissional, para além da utilização de materiais locais e da introdução de sistemas de energias renováveis, deve prever no projecto os espaços de construção prioritária e contemplar o edifício como um organismo que pode crescer, num processo espacial evolutivo que acompanha o crescimento das famílias. O abrigo evolutivo que comporta espaços com potencial de expansão, para a família em crescimento, é um elemento cultural em Cabo Verde. Paralelamente, a definição dos espaços de construção prioritária é fundamental para a gestão dos recursos financeiros.

Uma das palavras-chave para o desenvolvimento sustentável em Cabo Verde, acometido por secas que por vezes duram anos, é a água. Há uma dupla realidade em que antevemos uma contradição de que podemos tirar partido. Se por um lado há falta de água potável, a água é cara e só uma parcela da população tem acesso a água não

contaminada, por outro lado, a Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Cabo Verde é de 734.265 Km², para uma área territorial de 4.033 Km². O aproveitamento do recurso mar poderia ser feito em maior escala, reduzindo assim os custos de consumo da água e assegurando a chegada de um bem essencial às populações economicamente desfavorecidas.

Mais de mil milhões de pessoas nos países em desenvolvimento não têm abrigo adequado e calcula-se que cem milhões não têm casa. O objectivo deste Manual é sugerir medidas básicas para uma casa confortável, que respeite a natureza, e com custos reduzidos de construção e de manutenção. Tendo em conta o clima, os recursos naturais e o contexto socioeconómico, são traçadas estratégias de boas práticas para o projecto arquitectónico em Cabo Verde.

O presente manual está dividido em 6 capítulos. No primeiro capítulo é feita uma descrição das principais estratégias de projecto bioclimático. Os capítulos seguintes abordam as temáticas dos materiais de construção, da água, dos sistemas activos de energias renováveis, e do saneamento; correspondendo ao segundo, terceiro, quarto e quinto capítulos, respectivamente. No sexto capítulo são apresentados casos de estudo, exemplos demonstrativos de boas soluções construtivas e projectuais. Em anexo é também incluída informação adicional de referência para a prática de uma arquitectura sustentável no contexto de Cabo Verde.

{ capítulo 1 }

Projecto Bioclimático: Princípios Gerais



No contexto climático cabo-verdiano é possível atingir um equilíbrio entre o edifício e o clima através da aplicação de uma série de estratégias de projecto – referidas como bioclimáticas ou de *design* passivo.

As estratégias de *design* passivo têm como objectivo proporcionar ambientes confortáveis no interior dos edifícios e simultaneamente reduzir o seu consumo energético. Estas técnicas permitem que os edifícios se adaptem ao meio ambiente envolvente, através do projecto de arquitectura e da utilização inteligente dos materiais e elementos construtivos, evitando o recurso a sistemas mecânicos consumidores de energia fóssil.

O uso de energia fóssil, não renovável, é, como se sabe, o principal responsável pelo grave problema do aquecimento global, resultante da emissão de gases de efeito de estufa para a atmosfera. Nos edifícios, o uso de electricidade proveniente de energia fóssil, contribui em larga medida para a intensificação deste problema.

As medidas passivas são as que mais contribuem para reduzir os gastos energéticos do edifício ao longo da sua existência. Dois exemplos de estratégias passivas são a optimização do uso da iluminação natural para reduzir o recurso a sistemas de iluminação artificial, ou a promoção de ventilação natural, para evitar o uso de aparelhos de ar condicionado para arrefecimento.

Em Cabo Verde existem bons exemplos de arquitectura adequada ao meio ambiente em que se insere. Contudo, hoje em dia a prática de uma arquitectura passiva ou bioclimática, com preocupações ambientais e energéticas, parece estar cada vez mais esquecida. Embora as publicações existentes refiram extensamente os potenciais benefícios desta arquitectura, o seu uso é ainda muitas vezes mal compreendido, sendo erradamente considerado um risco, ineficiente, demasiado complicado ou caro. Por exemplo, em muitas novas construções as preocupações de climatização são deixadas para engenheiros, que tendem a adoptar



o uso “seguro” do ar condicionado. Apesar de existirem já muitos exemplos que comprovam a eficácia, melhores níveis de conforto, e vantagens económicas do uso das técnicas passivas ainda há uma grande necessidade de implementação deste conhecimento e do aumento do número de edifícios passivos, bioclimáticos, em termos de nova construção e reabilitação.

Sendo um clima quente, é também dada neste manual particular atenção à questão da refrigeração dos edifícios, fundamental para obtenção de ambientes confortáveis. O arrefecimento dos edifícios deve, e pode, ser conseguido através de meios naturais, evitando o recurso a sistemas de climatização energívoros. O objectivo das técnicas de arrefecimento passivo é evitar a acumulação de ganhos de calor e fornecer refrigeração natural, evitando o so-

breaquecimento. Os princípios de técnicas de arrefecimento passivo foram usados com sucesso durante séculos, antes do aparecimento do ar condicionado. Estas técnicas tradicionais foram simplesmente reforçadas com o conhecimento tecnológico hoje disponível, e optimizadas para que pudessem ser incorporados com sucesso na concepção e operação dos edifícios.

Neste capítulo é feita primeiramente uma descrição sumária do contexto climático de Cabo Verde, ponto de partida para a prática de uma arquitectura bioclimática, de *design* passivo. Seguidamente são apresentadas as principais estratégias de projecto bioclimático.

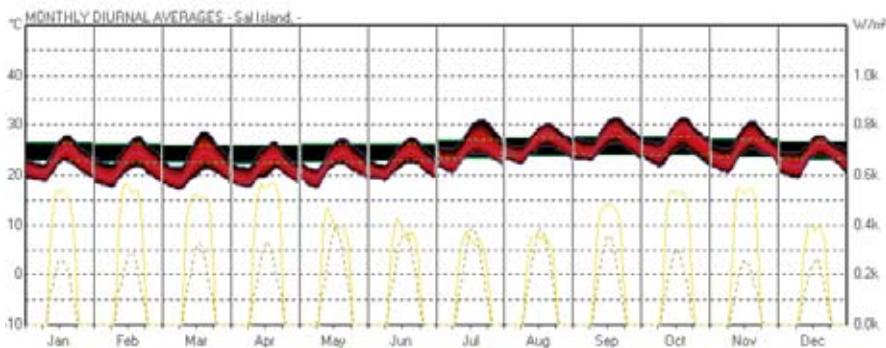
1.1 Contexto climático

Em Cabo Verde, o clima é classificado como tropical seco, de influência marítima, com temperaturas elevadas durante todo o ano, sujeito ao efeito de massas de ar seco provenientes do Sahara e a longos períodos de seca. As ilhas estão a cerca de 500 km de distância da costa africana, mas mesmo assim a maioria delas apresenta-se como um prolongamento do Sahara.

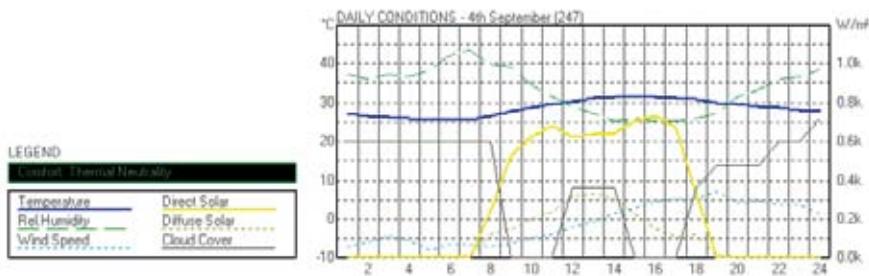
O gráfico apresentado na { FIGURA 1.3 } mostra um exemplo típico de perfil anual de valores médios de temperatura e humidade para a ilha do Sal. Outros dados climáticos de referência para o projecto urbano e arquitectónico são apresentados no anexo 1 .

{ FIG. 1.1 } Habitação vernacular em Lajedos, adaptada ao contexto climático.





{ FIG. 1.2 }
 Vista da ilha de São Vicente. A paisagem reflecte os efeitos do clima tropical seco, de influência marítima, com longos períodos de seca.



{ FIG. 1.3 }
 Gráfico com o perfil anual de valores médios de temperatura para a ilha do Sal (em cima).

Valores de temperatura do ar (azul), humidade relativa (tracejado verde), velocidade do vento (tracejado azul claro), radiação solar directa (amarelo) e difusa (tracejado), para um dia quente (4 de Setembro), na ilha do Sal. Valores estimados, obtidos através do software METEONORM (em baixo).



Existem duas estações durante o ano: a estação seca e a estação das chuvas, quando a frente inter-tropical remonta do Equador. Esta frente inter-tropical, que traz as precipitações, não abrange todas as ilhas por várias razões: por não se deslocar paralelamente ao Equador; por estar sujeita à influência do anticiclone dos Açores e a perturbações locais ligadas à circulação do ar e fluxos de calor, e ainda devido à reduzida cobertura vegetal. Isto provoca uma anomalia na distribuição da precipitação nas ilhas. As vertentes expostas a massas de ar húmido do nordeste estão sujeitas a maior quantidade de chuva. Esta orien-

tação do relevo faz com que numa mesma ilha possamos encontrar diferentes zonas climáticas, como é o caso de Santo Antão, um dos exemplos mais ilustrativos, em que encontramos uma zona exposta a massas de ar húmido com um clima húmido, vegetação luxuriante e uma boa quantidade de água, e outra zona exposta às massas de ar quente e seco, onde a vegetação tem dificuldades em se implementar, apresentando características climáticas das zonas áridas.

O sol é o elemento dominante, fazendo-se sentir durante todo o ano. A cobertura das nuvens é pontual e pouco frequente, o céu se apresenta-se



{ FIG. 1.4 } Massa de ar húmido em zona montanhosa da ilha de Santo Antão, durante a estação das chuvas.



{ FIG. 1.5 (1 e 2) } Zonas montanhosas na ilha de Santo Antão. A rocha vulcânica, de cor escura, absorve grande quantidade de radiação solar (calor) durante o dia, libertando-a à noite para a atmosfera. A cor clara das habitações (2) reflecte a radiação solar, reduzindo o sobreaquecimento.

limpo em quase todo o território, com longos períodos de exposição solar. Consequentemente, as superfícies recebem uma constante radiação durante o dia, que se converte em calor. Este é absorvido e perde-se durante a noite. Assim, as amplitudes térmicas diurnas são maiores do que as anuais. Esta variação de temperatura entre o dia e a noite é mais acentuada nas zonas montanhosas, onde se regista uma maior queda de temperatura, provocando um choque térmico no material geoló-

gico e originando dilatações das rochas, fenómeno que pode ser observado no interior do concelho de Porto Novo. A absorção da radiação solar varia em função da cor e textura das superfícies.

A cor clara reflecte maior quantidade de energia. Os materiais escuros absorvem maior quantidade de energia (mais calor), tais como os campos de lava, a areia preta e as estradas asfaltadas. O concelho de Porto Novo, na ilha de Santo Antão, e o concelho do Tarrafal, na ilha de S. Nicolau, abrigam uma vasta extensão de terreno onde se podem registar as maiores taxas de radiação e absorção solar do país. A temperatura aumenta rapidamente durante as primeiras horas do dia. O ar quente que remonta faz com que quase não se registem nuvens. Estas contornam a zona e são canalizadas para as montanhas, onde as árvores criam pequenas depressões locais.

Para a implantação de uma habitação em Cabo Verde devem ser previamente analisadas algumas questões que estão associadas ao sol como: a orientação da casa; os tipos de materiais a serem utilizados; as necessidades de protecção solar nas diferentes zonas – de litoral ou montanha; os espaçamentos necessários entre as construções; o revestimento das estradas e passeios públicos; a implementação de árvores e zonas verdes para diminuir o impacto da luz e conservação do ar fresco. Estes princípios são seguidamente apresentados, começando pelos primeiros passos a considerar – a localização, forma e orientação das edificações.



1.2 Localização, forma e orientação

A selecção do lugar, a forma e a orientação do edifício são as primeiras opções a considerar para a optimização da exposição ao trajecto solar e aos ventos dominantes. Num clima tropical seco, como o de Cabo Verde, é essencial que a implantação das casas tenha em consideração o regime de ventos, para uma ventilação eficiente e consequente melhoria do conforto na habitação. Nas regiões montanhosas, as habitações devem ser implantadas nas zonas mais baixas da montanha e acima do leito das ribeiras, onde circula mais o ar. Deve privilegiar-se o lado da encosta que beneficia de mais horas de sombra. No litoral, as fachadas voltadas para o mar devem ser protegidas por alpendres de dimensões generosas, para



{ FIG. 1.5 (3) } Casas implantadas em encosta de montanha, na ilha de Santo Antão.

diminuir o impacto do reflexo do sol sobre o mar no interior das habitações. Os arranjos exteriores são essenciais para proteger o interior dos ganhos solares excessivos.

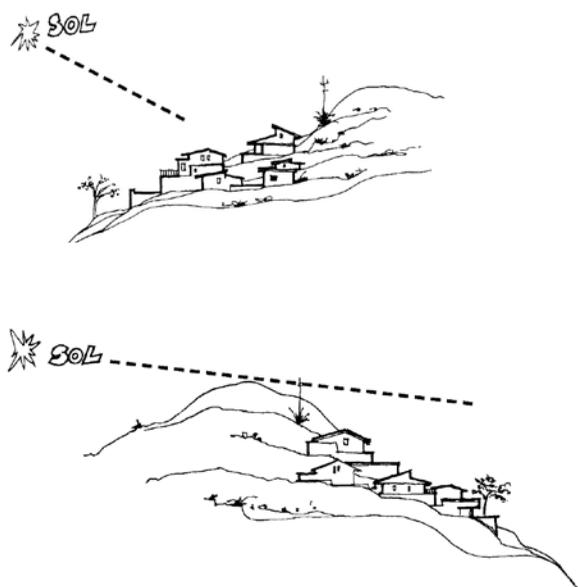


{ FIG. 1.6 } Moradias com alpendre, na ilha do Sal.



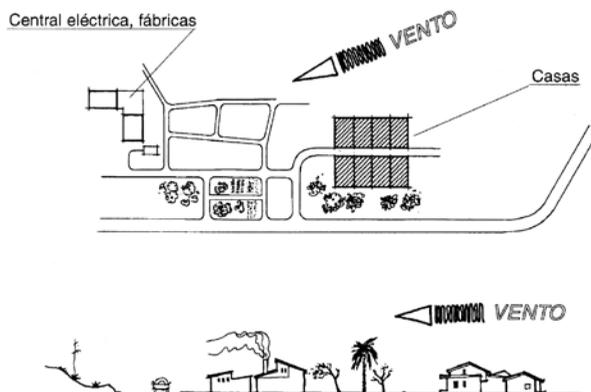
• Sol

{ FIG. 1.7 (1 e 2) } Localização de um aglomerado numa encosta. No primeiro esquema, as habitações ficam demasiado expostas ao sol nas horas de maior incidência. O segundo esquema mostra uma localização mais favorável. Nas horas de maior incidência do sol, as casas beneficiam da sombra da encosta.



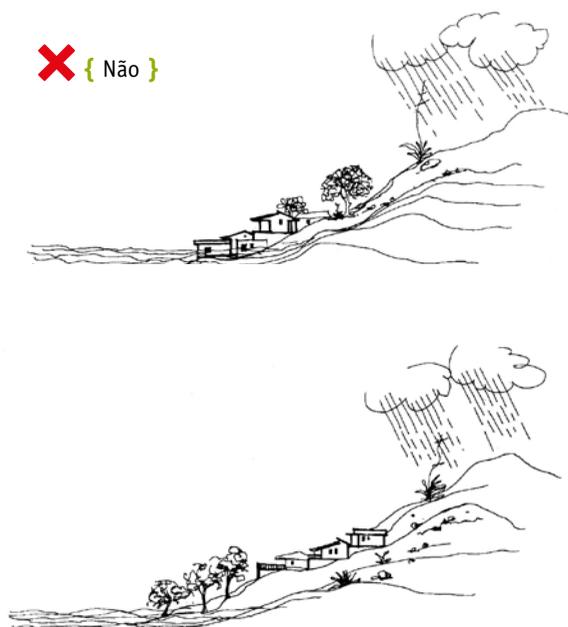
• Vento

{ FIG. 1.9 } Orientação correcta, considerando o regime dos ventos.

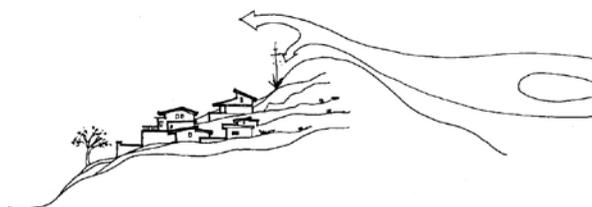


• Chuva

{ FIG. 1.8 (1 e 2) } É necessário evitar a implantação das habitações em linhas de água, ribeiras secas, zonas predispostas a inundações e encostas sujeitas a enxurradas. Devem-se escolher zonas seguras e protegidas de inundações. O facto de não chover com regularidade em Cabo Verde é um dado enganador, porque leva a que as pessoas construam em qualquer lado. Nas alturas de chuvas torrenciais, a água conhece o seu antigo caminho. As obras de correcção pluvial ficam sempre mais caras e normalmente só se executam quando as chuvas já causaram muitos prejuízos. O segundo esquema apresenta a localização conveniente de um aglomerado.

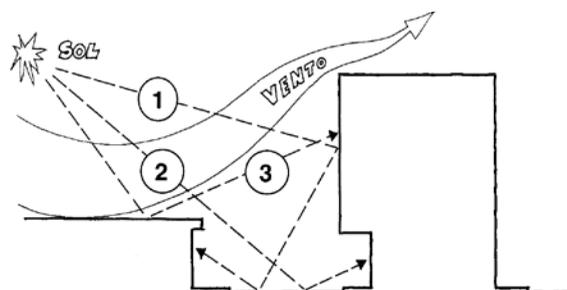


As novas zonas habitacionais devem também ser projectadas a uma distância conveniente da estrada de maior circulação, evitando ruídos e outros inconvenientes. As ruas devem ser estreitas e orientadas por forma a que pelo menos um lados tenha sempre sombra.

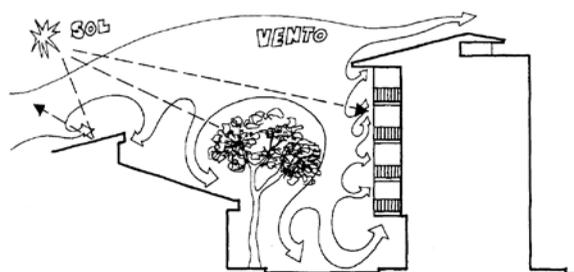


Sendo o ambiente externo quente, a ventilação e o conforto dentro de casa são aspectos críticos. Nas zonas urbanas o impacto dos raios solares nos telhados e nas fachadas dos edifícios e a circulação da brisa fresca em redor dos edifícios deve ser estudado. Caso contrário, poderá haver o risco da criação de um ambiente muito desconfortável no interior das habitações.

{ FIG. 1.10 } Num aglomerado situado numa encosta devemos estudar os ventos dominantes, para que a localização favoreça o arejamento das casas.



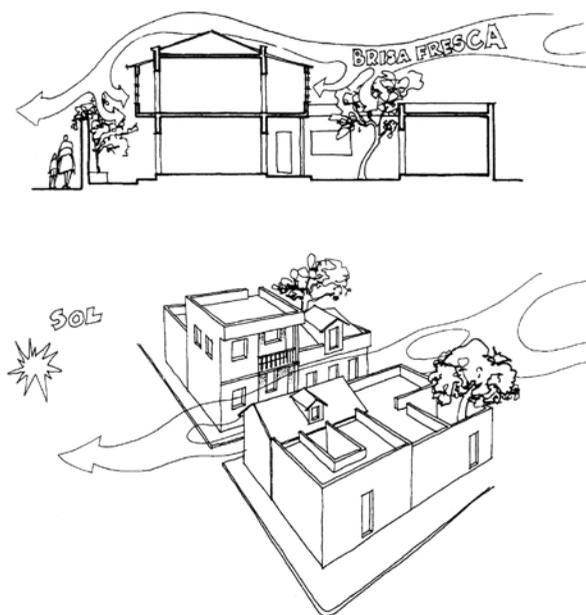
{ FIG. 1.11 } Neste esquema, os raios de sol (1) incidem na fachada do edifício que os reflecte para o pavimento e depois para o interior do edifício. Os raios (2) atingem o pavimento e reflectem na zona de circulação de pessoas. Os raios (3) caem sobre a cobertura plana do edifício mais baixo reflectindo-se na fachada do edifício mais alto. O vento resvala por cima da cobertura plana e como não encontra nenhuma reentrância na fachada da frente passa por cima do edifício. O ambiente fica excessivamente quente em redor e dentro dos edifícios.



{ FIG. 1.12 } A configuração da fachada do edifício alto e da cobertura do edifício baixo foram alterados para melhorar o ambiente externo nessa zona. A árvore amortece o efeito dos raios solares e favorece a circulação do ar. O efeito do vento na zona, ajudado pela cobertura inclinada do edifício baixo e pelas varandas do edifício alto, torna-se mais diversificado, podendo assim penetrar nas habitações.



{ FIG. 1.13 } Povoação do Paul, ilha de Santo Antão



{ FIG. 1.14 } A ventilação tem um papel fundamental no contexto cabo-verdiano, devendo-se privilegiar soluções para otimizar a circulação do ar. O recurso à tipologia da casa-pátio é uma medida eficiente. O tema da ventilação natural é adiante desenvolvido.

Em termos de forma do edifício, a configuração e o arranjo dos espaços internos, de acordo com a função, influenciam a exposição à radiação solar incidente, bem como a disponibilidade de iluminação e ventilação natural. Em geral, um edifício compacto terá uma superfície de exposição relativamente pequena, ou seja, um baixo rácio superfície/volume. Para as pequenas e médias construções, esta situação oferece vantagens para o controlo de trocas de calor através da envolvente do edifício.

As áreas do edifício potencialmente iluminadas e ventiladas naturalmente, as chamadas áreas passivas, podem ser consideradas como tendo uma profundidade de duas vezes a altura do pé-direito (i.e. geralmente cerca de 6 metros). Esta



profundidade pode ser reduzida quando há obstáculos à luz natural e à ventilação, devido uma compartimentação interior pouco adequada, a edifícios vizinhos, ou no caso de espaços adjacentes a átrios. A proporção de área passiva de um edifício, em relação à sua área total, dá uma

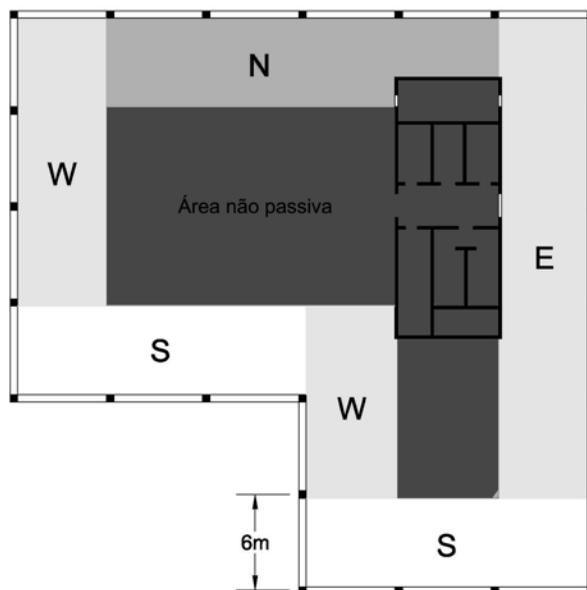


{ FIG. 1.16 } Em cima (1) área residencial na ilha do Sal: a geminação das habitações reduz a área de exposição solar, reduzindo os riscos de sobreaquecimento. Em baixo (2) uma área de fachada dominante contribui para situações de desconforto por sobreaquecimento.

indicação do potencial do edifício para o emprego de estratégias bioclimáticas.

O objectivo é sempre maximizar a área passiva. Em edifícios com áreas não passivas (activas) de dimensão significativa, as soluções com recurso a sistemas mecânicos energívoros tendem a prevalecer { FIGURA 1.15 }. No caso da reabilitação de edifícios com áreas activas, deve-se procurar que estas sejam convertidas em espaços não ocupados, por exemplo arrumos. Quando a área activa atinge grandes dimensões, é aconselhável a incorporação de saguões ou átrios.

{ FIG. 1.15 } Definição de áreas passivas (cor clara) e não passivas (ou activas, cor mais escura) na planta de um edifício (adaptado de Baker, 2000).

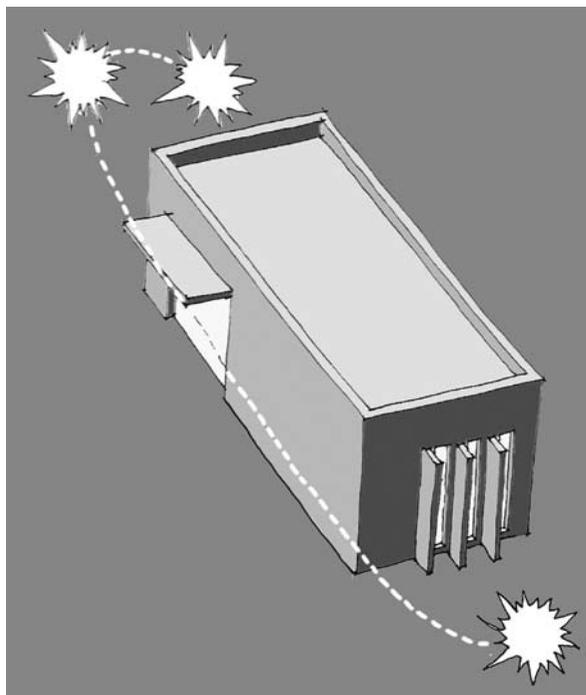
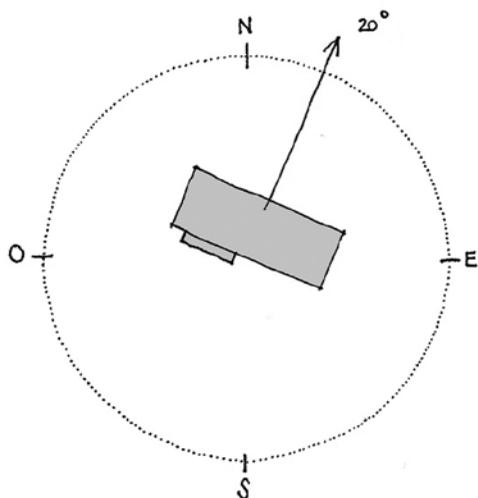


O conceito de zona passiva deve ser considerado a partir da primeira fase do projecto, em que são definidas a forma e a orientação do edifício. As estratégias de *design* passivo a utilizar variam segundo a orientação das diferentes zonas do edifício. Estas estratégias que incluem, por exemplo, a alteração da área de envidraçado e a utilização de diferentes dispositivos de sombreamento, encontram-se descritas nos subcapítulos seguintes.

A melhor orientação do edifício para reduzir os ganhos solares de calor será paralela ao eixo

Nascente-Poente, uma vez que restringe a área de exposição das fachadas que recebem sol de ângulo baixo (Nascente e Poente) e permite o sombreamento da fachada que mais recebe sol de ângulo alto (Sul), beneficiando ainda de iluminação natural – conforme representado na { FIGURA 1.17 }. Em remodelações, e em muitas situações urbanas onde a orientação está fora do controlo do projectista, uma orientação desfavorável pode ser compensada através do reforço de outras estratégias adequadas de controlo de ganhos solares, como o sombreamento ou o dimensionamento de janelas.

{ FIG. 1.17 } Optimização da orientação solar.





{ FIG. 1.18 } Recurso a alpendres e vegetação para protecção à radiação solar, em edifícios residenciais na ilha do Sal.

A orientação correcta dos espaços de permanência da habitação, em função do percurso do sol e do vento, é o ponto de partida para aproveitar estas energias renováveis. A insolação das fachadas é definida no processo de implantação do edifício e é decisiva no conforto dos espaços interiores. A orientação a Sul é geralmente recomendada para o hemisfério norte, por ser a que mais optimiza os ganhos solares para aquecimento durante a estação fria. Contudo, em regiões onde a questão do sobreaquecimento é prioritária, como no caso de Cabo Verde, a orientação a Sul deve ser evitada, pela forte incidência dos radiação solar, e deverão ser previstos alpendres para o sol não incidir directamente nas paredes exteriores. A existência destes elementos de obstrução provoca sombras projectadas nas fachadas e elimina a excessiva insolação e sobreaquecimento.

Os quartos de dormir, quando orientados a Nas-

cente, captam menos calor e durante a tarde, são espaços mais frescos. Os alçados orientados a Poente devem ser protegidos para não haver radiação solar excessiva. A utilização de frestas e de pequenos vãos é uma medida eficiente. O dimensionamento das áreas envidraçadas deve ser compatibilizado com a orientação da fachada. O espaço da cozinha deve ser o mais fresco da habitação, por isso não pode ser orientado nem a Sul nem a Poente. Deve ser tida em conta a direcção dos ventos dominantes para que quando soprem não arrastem os cheiros e o calor para o resto da casa.

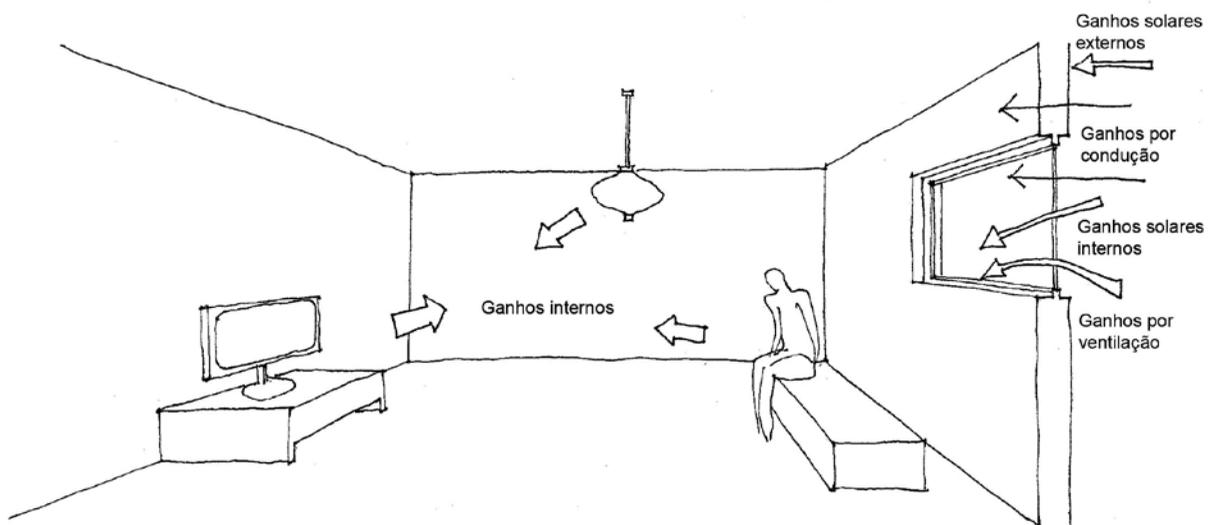
Assim, para os espaços de maior permanência de ocupação, a orientação privilegiada é a Norte, como apresentado na { FIGURA 1.17 }, sendo contudo aceitável uma variação de 45° (entre Nordeste e Noroeste). De acordo com simulações realizadas utilizando o software Ecotect, uma ligeira variação a 20°N será a orientação óptima (estas simulações são apresentadas no Anexo 1).

A optimização da orientação e da área passiva contribuem para evitar situações de sobreaqueci-

mento, sendo o primeiro passo para a promoção de estratégias de protecção e dissipação do calor. As **técnicas de protecção ao calor** como o sombreamento, o dimensionamento das janelas, o revestimento reflexivo da envolvente, ou o isolamento oferecem protecção térmica contra a penetração de ganhos de calor indesejáveis para o interior do edifício e minimizam os ganhos internos. Em Cabo Verde, é essencial a valorização dos elementos de construção que proporcionam obstrução e sombra, para haver conforto térmico no interior dos compartimentos. Estes elementos podem ser tectónicos: palas ou alpendres, elementos vegetais ou ainda elementos mistos – alpendres com cobertura vegetal (cariço, sisal ou plantas

trepadeiras). Os elementos vegetais junto a fachadas ou mesmo o revestimento de fachadas com elementos vegetais aumentam o conforto interior e funcionam como um filtro dos raios solares. As paredes devem ser espessas ou duplas para retardar a penetração do calor de dia e o frio à noite.

As **técnicas de dissipação do calor** maximizam as perdas do calor que se acumulou no interior do edifício, dissipando-o através de ventilação natural e inércia térmica, evaporação, radiação, ou de um “poço de calor” como o solo. A utilização destas técnicas evita o sobreaquecimento, conduzindo os valores da temperatura interior a níveis próximos da temperatura do ar exterior, ou mesmo abaixo destes.



{ FIG. 1.19 } Os ganhos de calor: I Ganhos solares – causados pela incidência da radiação solar sobre as superfícies externas, que é conduzida para o interior do edifício (ganhos solares externos), e pela passagem da radiação solar através das janelas (ganhos solares internos); II Ganhos internos – provenientes dos ocupantes, iluminação artificial e equipamentos; III Ganhos

por condução – a partir da condução de calor proveniente do ar exterior mais quente para o interior do edifício, através das superfícies externas do edifício (fachadas e telhado); IV Ganhos por ventilação – a partir da infiltração de ar quente para o interior do edifício.



A radiação solar directa é, de longe, a principal fonte de calor. O uso de técnicas de controlo solar no projecto de arquitectura é uma estratégia de alta prioridade para minimizar o impacto dos ganhos solares no edifício.

As melhores soluções de projecto para arrefecimento passivo combinam várias estratégias, com o fim de se alcançar uma maior eficácia – como por exemplo o arrefecimento por ventilação nocturna com isolamento externo da massa térmica.

A eficácia das técnicas de arrefecimento passivo pode muitas vezes ser melhorada através do uso de sistemas mecânicos de energia renovável, como os painéis solares ou fotovoltaicos, ou de sistemas de baixo consumo (de energia fóssil), como as ventoinhas. Estes sistemas são referidos no capítulo 4.

1.3 Sombreamento

O sombreamento é uma estratégia muito eficaz para reduzir a penetração da radiação solar no edifício, oferecendo protecção às áreas de envidraçado (janelas), e também à envolvente opaca. Os ganhos de calor através das janelas podem ser muito significativos, visto que estas têm muito pouca resistência à transferência de calor radiante. Em regiões quentes, um edifício bem sombreado pode ser entre 4°C a 12°C mais fresco do que um sem sombra.

O sombreamento da envolvente opaca do edifício pode ser feito por dispositivos fixos de sombreamento, pela vegetação, ou através de dispositivos ajustáveis. Varandas, pátios ou átrios, podem ser tipologias úteis na protecção solar.



{ FIG. 1.20 } Pátio coberto numa habitação em Porto Novo.



{ FIG. 1.21 } Portadas ajustáveis para sombreamento externo de uma habitação no Mindelo.



{ FIG. 1.22 } Pátio e arcadas do Liceu Velho no Mindelo.



{ FIG. 1.23 } Sombreamento com recurso a vegetação, na Cidade Velha.



{ FIG. 1.24 } Utilização de palas verticais fixas, num edifício da cidade da Praia, para sombreamento da área de envidraçado e envolvente opaca. De notar também a articulação com a necessidade de ventilação natural.

Em termos de sombreamento das áreas de envidraçado, o edifício deve ser especialmente protegido dos ganhos solares nas janelas orientadas a Nascente e Poente, devido ao ângulo baixo do sol no início da manhã e ao fim da tarde. A orientação a Nascente pode facilmente causar sobreaquecimento, especialmente em edifícios mal isolados e de baixa inércia. Existe uma grande variedade de dispositivos de sombreamento, fixos ou ajustáveis, internos ou externos, mais ou menos leves. Os { QUADROS 1 e 2 } apresentam as características dos diferentes tipos de sombreamento, que podem ser usados em habitações ou edifícios de serviços.



{ FIG. 1.25 } Sombreamento fixo horizontal e vertical, num Hotel na cidade do Mindelo.

Os sistemas de sombreamento cortam a incidência dos raios solares antes de atravessarem o vidro, evitando o efeito de estufa. Há diversos elementos que podem ter esta função, como as palas, venezianas, toldos, estores e beirais. É importante garantir alguma distância entre o elemento de sombreamento e a zona envidraçada, para que a radiação térmica captada pelo elemento de sombra não seja transmitida para o interior do edifício.



{ FIG. 1.26 (2) }



{ FIG. 1.26 } Exemplos de varandas sombreadas em dois edifícios na cidade do Mindelo: um antigo (1), e outro contemporâneo (2).



{ FIG. 1.27 } Sombreamento fixo: mercado na ilha de S. Vicente.



{ FIG. 1.28 } Sombreamento fixo: projecção para sombreamento das varandas e envolvente opaca num edifício em construção na cidade do Mindelo.

Sombreamento	Descrição	Desempenho
Dispositivos fixos	Geralmente elementos externos, como palas horizontais, aletas verticais, ou sistemas de grelhas.	<p>As palas horizontais, usadas acima de áreas de janela orientadas a Sul podem proporcionar um bom nível de sombreamento. Nas fachadas Nascente e Poente um dispositivo fixo vertical pode ser melhor do que um horizontal, mas a janela nunca é completamente sombreada. Aletas verticais podem também proteger a fachada Norte do sol baixo, de nascente e poente.</p> <p>O uso de sistemas de grelhas (desde simples gelosias de madeira até sistemas pré-fabricados em cimento ou material cerâmico) também pode ser muito eficaz para sombreamento, e oferece vantagens em termos de privacidade. Reduz contudo a vista para o exterior, e na sua concepção devem ser especialmente consideradas as necessidades de luz e ventilação natural.</p> <p>O uso de cor clara para o sombreador é preferível à cor escura, já que tem melhor desempenho na reflexão da radiação solar, reduzindo a sua penetração para o edifício. O uso de cor clara tem também um melhor desempenho em termos de iluminação natural.</p>
Espaços intermédios	Varandas, pátios, átrios ou arcadas.	Estas tipologias podem ser muito úteis como uma forma de sombreamento fixo, se o seu <i>design</i> for adequado. Como em todas as estratégias de sombreamento, o projecto também deve considerar os requisitos de ventilação e iluminação natural. O desempenho do sombreamento depende da configuração do edifício, e do desenho das varandas.
Prédios vizinhos	Os edifícios vizinhos, e.g. do outro lado da rua, podem proporcionar sombreamento de fachada, particularmente em pisos inferiores.	<p>Os edifícios vizinhos podem proporcionar um sombreamento eficiente, embora em algumas situações, como em ruas estreitas, tal possa diminuir a disponibilidade de luz natural.</p> <p>O impacto do sombreamento dos edifícios vizinhos deve ser considerado no processo de <i>design</i>, em termos da escolha dos dispositivos de sombreamento e dimensionamento da janela, por exemplo aumentando um pouco o tamanho da janela em áreas permanentemente sombreadas, para melhorar o desempenho de iluminação natural.</p>

{ QUADRO 1 } Características de estratégias de sombreamento através de dispositivos fixos, espaços intermédios e prédios vizinhos.



{ FIG. 1.29 (1) }



{ FIG. 1.29 (2) }



{ FIG. 1.29 (3) }



{ FIG. 1.29 (4) }



{ FIG. 1.29 (5) }

{ FIG. 1.29 } Exemplos de sombreamento fixo:

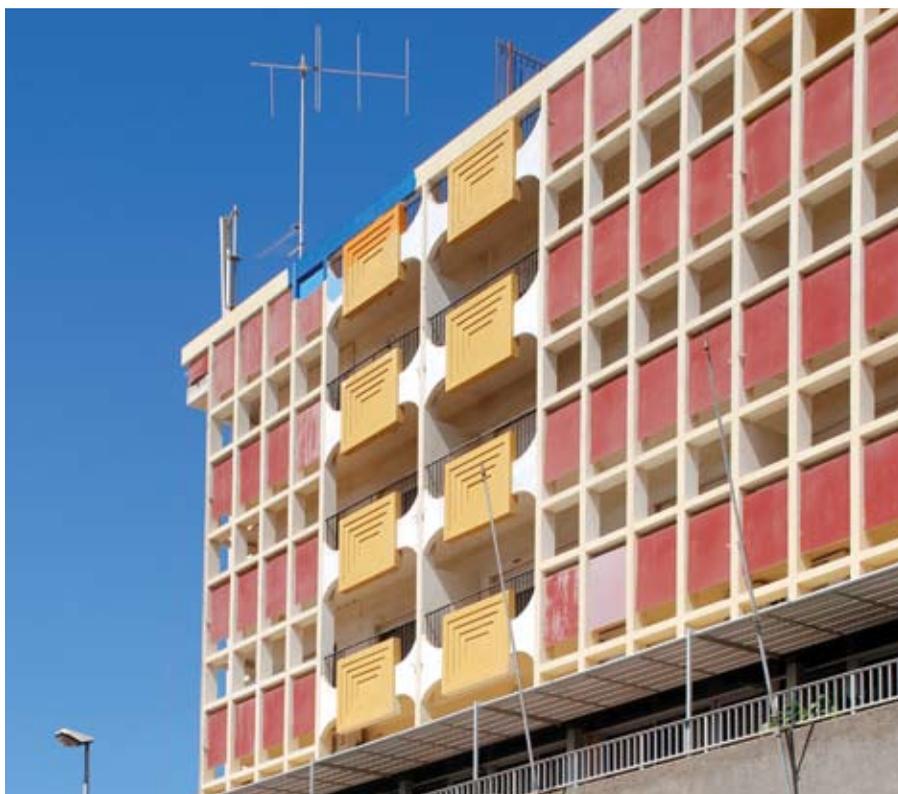
1. Projecção do telhado para sombreamento da envolvente, na casa-museu Amílcar Cabral;
2. Projecção do telhado em edifício Institucional;
3. Sombreamento de esplanada em Santo Antão;
4. Sistema de grelha para sombreamento e ventilação num edifício no Mindelo;
5. Palas verticais num edifício de serviços no Mindelo.

Sombreamento	Descrição	Desempenho
Vegetação	A vegetação pode ser usada para sombrear os pisos inferiores do edifício.	Nas regiões quentes como Cabo Verde, é preferível a utilização de árvores de folha perene, de modo a proporcionar sombra ao longo de todo o ano.
Dispositivos ajustáveis	Estes dispositivos podem ser externos – tais como estores ou persianas retrácteis, palas ou venezianas ajustáveis, aletas giratórias, placas horizontais, toldos, tendas, cortinas ou pérgulas – feitos de madeira, metais, plásticos, tecidos, etc. Também podem ser internos – como cortinas, persianas ou venezianas, ou posicionados entre os vidros da janela.	<p>Os dispositivos ajustáveis podem ser mais eficazes do que fixos, pois podem ser regulados para diferentes ângulos de incidência solar. A sua flexibilidade permite também um melhor aproveitamento da luz natural, quando comparado com sombreamento fixo. Os dispositivos ajustáveis permitem também o controle pelos ocupantes, de acordo com as suas preferências individuais.</p> <p>Os dispositivos externos de sombreamento são mais eficientes do que os internos, pois reduzem a incidência da radiação solar sobre a área envidraçada, enquanto que os dispositivos de sombreamento interno apenas conseguem reflectir uma parcela da radiação que já entrou no espaço interno. No entanto há sistemas, como os estores, comuns em edifícios domésticos, que podem ser uma má escolha em termos de vista, iluminação natural e ventilação.</p> <p>Os dispositivos externos opacos de cor clara podem reflectir até 80% da radiação incidente nas fachadas, se forem devidamente controlados. Os dispositivos externos translúcidos de cor clara, de preferência brancos, (tais como dispositivos de tela ajustável) podem reflectir até 60% dessa radiação.</p>

{ QUADRO 2 } Características de estratégias de sombreamento através de vegetação e dispositivos ajustáveis.



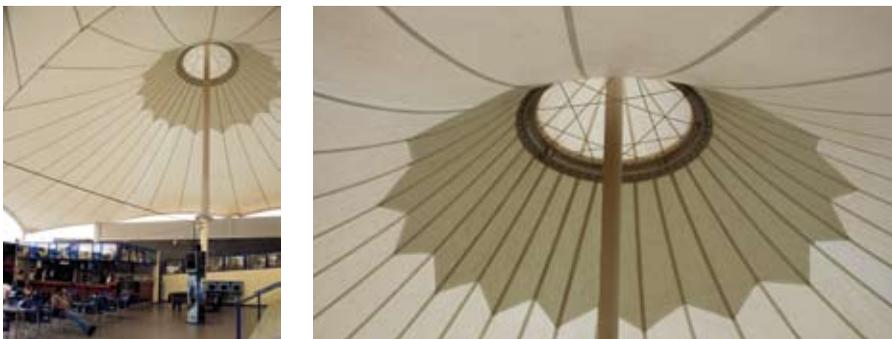
{ FIG. 1.30 } Sombreamento fixo: sistema de sombreamento de fachada dupla, num edifício institucional na cidade da Praia. O pano de fachada exterior sombrea a área de envidraçado e envoltivo opaca através da utilização de um engenhoso sistema de grelha utilizando tubos sobrepostos, permitindo a entrada de luz e ventilação natural.



{ FIG. 1.31 } Sombreamento fixo da fachada em edifício modernista, na cidade da Praia, ilha de Santiago.



{ FIG. 1.32 } Sombreamento ajustável: portadas exteriores de madeira (venezianas): proporcionam sombreamento e simultaneamente permitem iluminação e ventilação natural.



{ FIG. 1.33 } Sombreamento amovível no aeroporto do Mindelo, São Vicente.



{ FIG. 1.34 } Sombreamento amovível: zona de lazer no espaço museológico da fortaleza, na Cidade Velha. A estratégia de sombreamento permite iluminação e ventilação natural.



(1)



(2)



(3)

{ FIG. 1.35 } Sombreamento amovível e ajustável: 1 e 2: esplanada do Clube Náutico no Mindelo (sombreamento usando também velas de embarcações); 3: sombreamento de espaço exterior de habitação, usando um simples lençol.

{ FIG. 1.36 } Sombreamento pela vegetação:

1 – 4 edifícios na Cidade Velha;
5 e 6 Rua da cidade do Mindelo;
7 esplanada na cidade da Praia.



(1)



(2)



(3)



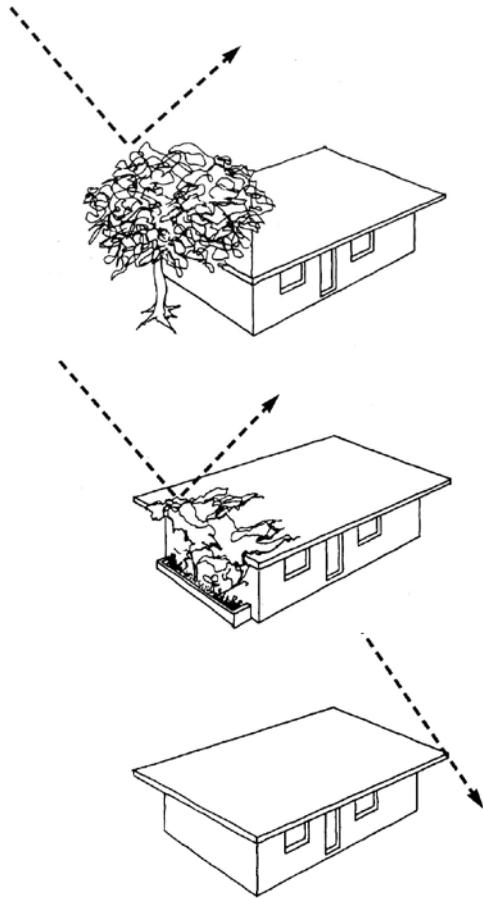
(4)



(5)



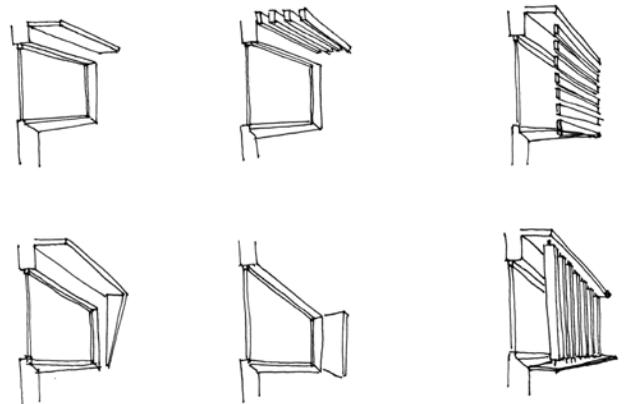
(6)



{ FIG. 1.37 } As árvores e as plantas, e os beirais salientes, diminuem a incidência solar.



(7)



{ FIG. 1.38 } Alguns exemplos típicos de dispositivos de sombreamento externos para janelas.



1.4 Revestimento reflexivo da envolvente

As cores claras de alguns materiais de revestimento reflectem uma parcela considerável da radiação solar. A cal branca para pintar os edifícios é um exemplo. Os revestimentos de cores claras contribuem para reduzir a temperatura da envolvente do edifício e evitar a condução de calor para o interior do edifício. O { QUADRO 3 } descreve as características dos revestimentos reflexivos, de cor clara.

{ FIG. 1.40 } Vista da cidade do Mindelo. A pintura de cor clara reflecte a radiação solar, evitando o sobreaquecimento no interior dos edifícios.



Descrição

REVESTIMENTO REFLECTIVO (Tinta ou azulejos de cor clara)

Uso de tinta ou azulejos de cor clara (por exemplo, branco) nas fachadas. O telhado, sempre que possível, também deve ser de cor clara.

Desempenho

A pintura de cor clara é um meio económico e eficaz para reduzir a entrada de calor no edifício, reflectindo a radiação solar. A cor que mais reflecte a radiação solar é o branco.

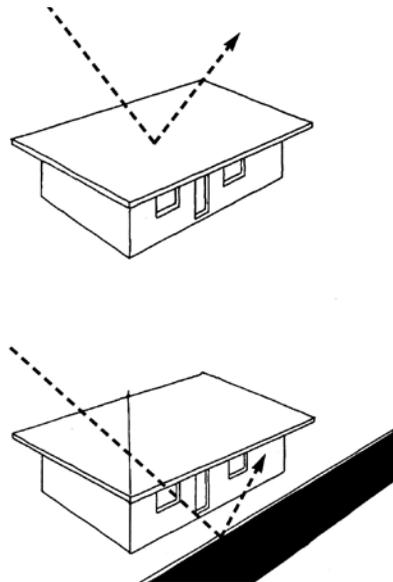
A pintura das paredes internas com uma cor clara também pode melhorar os níveis internos de iluminação natural, reduzindo assim a necessidade de luz artificial.

Nas proximidades da casa deve evitar-se o uso de materiais de cores escuras, como o gravilhão, a areia preta e o betão, para diminuir a absorção de radiação.

Em algumas situações urbanas, a reflexão da radiação solar para outros prédios, por vezes, pode não ser desejável, mas pode constituir uma vantagem em termos de luz natural. As reflexões indesejáveis de prédios vizinhos podem ser evitadas através da utilização de dispositivos de sombreamento.

{ QUADRO 3 } Características do uso de revestimentos de cor clara (reflexivos).





{ FIG. 1.39 } As superfícies caiadas diminuem a incidência solar (em cima). A proximidade da casa aos pavimentos de cor escura deve ser evitada, para não haver absorção de calor e irradiação para dentro da habitação (em baixo).



{ FIG. 1.41 } Zona suburbana na ilha de Santiago. A pintura dos edifícios com cores claras (por exemplo usando cal), seria uma forma económica de reduzir significativamente o desconforto por sobreaquecimento.



(1)



(2)

{ FIG. 1.42 } Protecção ao calor: (1) Habitação vernacular caiada [de branco, na ilha de Santo Antão; (2) edifício contemporâneo pintado de branco, na cidade do Mindelo.



1.5 Isolamento

A localização correcta do isolamento protege o edifício contra os ganhos de calor durante os períodos mais quentes, e melhora o conforto térmico durante todo o ano. Também pode melhorar a vedação das paredes (evitando a infiltração de ar quente), e reduz problemas de condensação em superfícies, em zonas com climas mais húmidos.



{ FIG. 1.43 } Casas vernaculares com cobertura em colmo. O colmo é um material isolante, que protege o edifício contra os ganhos de calor.

{ FIG. 1.44 } Utilização contemporânea do colmo: Hotel na ilha do Sal. Ao utilizar esta tipologia de tradição local, recolhem-se também os benefícios térmicos da protecção solar.





Descrição	Desempenho
<p>ISOLAMENTO</p> <p>O material isolante pode ser acrescentado na superfície exterior das fachadas, ou na cavidade entre panos de parede (paredes duplas). Os materiais de isolamento evitam a condução de calor para o interior devido à existência de gás aprisionado em muitas camadas (e.g. fibra de vidro, lã de rocha) ou em células (poliestireno), aumentando a resistência térmica do material à condução, proporcionalmente à sua espessura, mas não restringem necessariamente o calor radiante. O isolamento externo pode ser adicionado utilizando painéis isolantes pré-fabricados. Deve ser pintado com cor clara.</p>	<p>O isolamento dos elementos opacos externos, ou o uso de isolamento adicional para as fachadas, é uma das medidas mais simples e eficazes de protecção ao calor e redução da necessidade de arrefecimento.</p> <p>O próprio ar existente nas cavidades dos tijolos, ou no espaço entre paredes (parede dupla de fachada) confere isolamento ao edifício, mas este pode ser significativamente reforçado com material adicional (isolamento externo ou de cavidade).</p> <p>O isolamento externo é preferível ao isolamento de cavidade, fazendo máximo uso da capacidade de armazenamento da massa térmica interna, e tem um melhor desempenho em termos de prevenção de ganhos de calor. Minimiza também as pontes térmicas do edifício.</p> <p>O recurso ao isolamento interno deve ser evitado, dado que reduz a área de exposição da massa térmica, retirando o benefício da inércia ao interior do edifício.</p> <p>O isolamento do telhado é uma prioridade, pois diminui o risco de temperaturas elevadas no piso superior.</p>
<p>BARREIRAS RADIANTES</p> <p>As barreiras radiantes, feitas de produtos reflexivos, como chapa de alumínio, podem ser instaladas em cavidades ventiladas do telhado. A chapa metálica reflecte a radiação, e a ventilação na cavidade impede a condução do calor para o interior do edifício.</p>	<p>A eficácia deste método depende da ventilação necessária para transportar o calor da chapa por convecção. Quando o arrefecimento é a principal preocupação pode ser preferível usar um sistema de barreira radiante, em alternativa a elevados níveis de isolamento do telhado. Este sistema pode contudo ser mais caro e complexo do que o isolamento simples.</p>

{ QUADRO 4 } Características de isolamentos e barreiras radiantes.

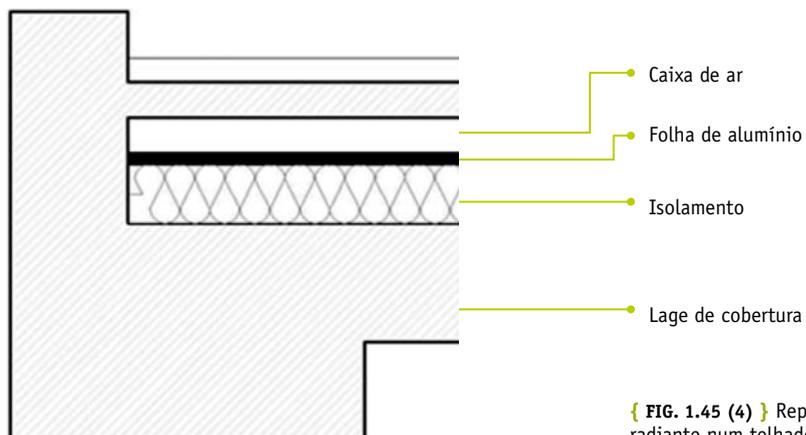




{ FIG. 1.45 (1 e 2) } Sistema construtivo misto de cobertura. O colmo é sobreposto em chapa corrugada de material metálico (sub-capa): aos benefícios da impermeabilização e durabilidade conferidos pelo uso da sub-capa metálica adiciona-se a capacidade isolante do colmo.



{ FIG. 1.45 (3) } O uso sem protecção (isolamento) de material metálico para coberturas deve ser evitado, dado que leva ao agravamento de situações de sobreaquecimento interno.



{ FIG. 1.45 (4) } Representação esquemática de uma barreira radiante num telhado, com caixa de ar ventilada.

1.6 Áreas de envidraçado e tipos de vidro

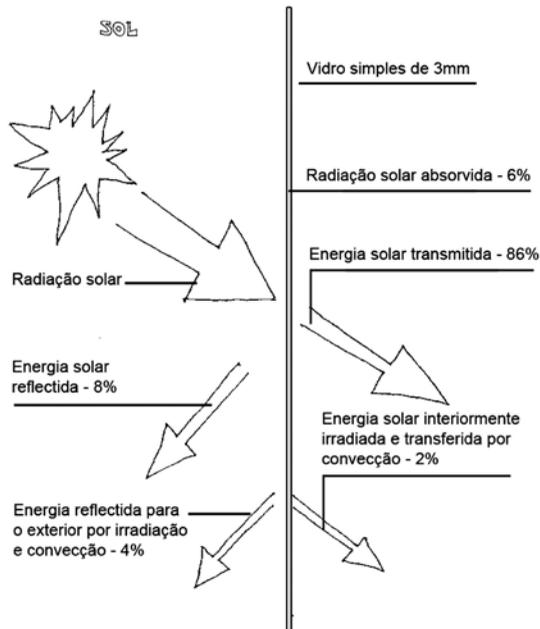
Grande parte dos ganhos de calor de um edifício passa através das áreas envidraçadas das fachadas, já que as janelas oferecem muito pouca resistência à transferência de calor radiante. A orientação e dimensionamento das áreas de envidraçado, bem como a escolha do tipo de vidro, determinam, em grande medida, a penetração da radiação solar no edifício.

Para um clima quente, com grande incidência de radiação solar, com em Cabo Verde, é importante evitar grandes vãos de envidraçado nas fachadas, conducentes a sobreaquecimento e ao uso de aparelhos de ar condicionado. De forma geral, a área de envidraçado não deve ultrapassar 30% da

área das fachadas a Norte e a Sul, considerando já que os vãos têm sombreamento adequado. Nas fachadas Nascente e poente, este valor deve ser reduzido para um máximo de 20%.

O dimensionamento das janelas é uma tarefa complexa. Há contudo uma série de programas de software de simulação, disponíveis para projectistas, para ajudar no dimensionamento das aberturas, como por exemplo, o EnergyPlus, o DOE, ou, para arquitectos, o Ecotect.

A utilização de vidros duplos pode reduzir os ganhos e as perdas de calor. Pode também recorrer-se a um tipo de vidro que transmite selectivamente as partes do espectro solar visível necessários para a iluminação natural, reflectindo a radiação indesejável – os chamados vidros de baixa emissividade.



{ FIG. 1.46 } Troca energética numa janela de vidro simples de 3mm.



{ FIG. 1.47 (1) }



(2)

{ FIG. 1.47 } Devem ser evitadas tipologias de fachadas com grandes áreas de envidraçado, largamente responsáveis pelo sobreaquecimento do interior do edifício, e conseqüente recurso a sistemas energívoros de ar condicionado. As fachadas com grandes áreas de envidraçado são uma tipologia importada, não se adequando ao clima quente de Cabo Verde.



(3)



(4)

Os { QUADROS 5 e 6 } descrevem as estratégias para protecção da radiação solar através do dimensionamento das janelas e da escolha do tipo de vidro.

Descrição

Desempenho

DIMENSIONAMENTO DE JANELAS

Janelas, área de envidraçado, orientação, fachadas.

As janelas também influenciam o desempenho da iluminação e ventilação natural, acústica, e o contacto visual com o ambiente externo. Devem, portanto, ser projectadas para permitirem essa integração.

As janelas devem ser dimensionadas de acordo com a orientação. Existe software apropriado para o dimensionamento de vãos, como por exemplo os programas DOE, Energy Plus, ou, para arquitectos, o Ecotect. Poder ser utilizados tanto no design de novos edifícios como na reabilitação.

A área de envidraçado deve ser reduzida ao indispensável. É recomendado que não ultrapasse 30% da área das fachadas a Norte e a Sul, considerando já que os vãos têm sombreamento adequado. Nas fachadas Nascente e poente, este valor deve ser reduzido para um máximo de 20%.

As áreas de envidraçado horizontal só devem ser utilizadas muito pontualmente, em zonas de pé-direito elevado (duplo, de preferência), e com sombreamento adequado, pois podem facilmente causar problemas de sobreaquecimento.

{ QUADRO 5 } Descrição das estratégias que envolvem o dimensionamento de janelas.





{ FIG. 1.48 } Grande parte dos edifícios residenciais que encontramos nas zonas urbanas mais consolidadas em Cabo Verde têm áreas de envidraçado muito razoáveis. São uma boa referência para o projecto de novos edifícios. A área de envidraçado não deve exceder os 30% da superfície total da fachada, e deve ser devidamente sombreada.

Descrição

Desempenho

TIPO DE VIDRO

Vidro simples, vidro duplo, vidro de baixa emissividade.

O vidro duplo aumenta o valor do isolamento da área de envidraçado, e tem também a vantagem de reduzir condensações, e as taxas de infiltração. Comparado com vidros simples, o seu uso pode reduzir significativamente os ganhos de calor. A amortização de janelas de vidro duplo pode ser alcançada entre 5 e 15 anos, de acordo com a qualidade dos materiais e o tamanho das janelas.

Uma maior redução no ganho de calor é alcançada com o uso de vidros de baixa emissividade. Estes vidros podem ser quase opacos à radiação infravermelha, reduzindo a transmissão de energia solar em mais de 50%. Este tipo de vidro não reduz os níveis de luz natural, apesar de serem eficientes na redução da radiação solar. No entanto, podem ser bastante caros.

O uso de vidros fumados e reflexivos para sombreamento e prevenção de brilho deve ser evitado, pois estes materiais reduzem substancialmente os níveis de luz natural, aumentando o uso de luz artificial (gerando maior consumo energético, e calor). É preferível usar vidro translúcido, e sombreamento adequado.



{ QUADRO 6 } Descrição das estratégias que envolvem a escolha do tipo de vidro.



O dimensionamento dos vãos e o isolamento da envolvente opaca, além de protecção contra a radiação solar, também previnem a entrada de ganhos de calor por condução, causados pelo fluxo de calor proveniente do ar exterior mais quente, através das paredes e áreas envidraçadas, quando a temperatura externa é maior do que a temperatura interna. São um motivo de preocupação, principalmente em regiões mais quentes, com altas temperaturas, que podem chegar no verão a 40 ° C, como muitas regiões de países africanos. Os ganhos por condução tendem contudo geralmente a ter um impacto relativamente menor nas necessidades de refrigeração, quando comparados com os ganhos solares ou internos.

{ FIG. 1.49 } Habitação vernacular rehabilitada, na ilha de Santo Antão. A área de janela existente é suficiente e adequada para suprir necessidades de iluminação e ventilação natural.



{ FIG. 1.50 } A disposição vertical das janelas é preferível à horizontal, pois evita problemas de desconforto luminoso (encadeamento e contraste) e apresenta vantagens em termos da disposição do mobiliário no interior. Permite também a ventilação a nível superior, para renovação de ar e arrefecimento da massa do edifício durante a noite.

1.7 Ventilação natural

A ventilação natural consiste no fluxo de ar entre o exterior e o interior do edifício. A ventilação natural é originada por duas forças naturais: por diferenças de pressão criadas pelo vento em redor do edifício – ventilação por acção do vento; e por diferenças de temperatura – ventilação por “efeito de chaminé”. O { QUADRO 9 } mostra os vários objectivos da ventilação e respectivos requisitos.



{ FIG. 1.51 (1) } Portadas exteriores de duas casas, em Mindelo e Ribeira Grande, respectivamente: além de sombreamento, permitem e direccionam o fluxo de ventilação natural.



Objectivos	Descrição	Requisitos
Fornecimento de ar fresco	A ventilação é necessária para fornecer ar fresco aos ocupantes, melhorando a qualidade do ar: substituindo o ar viciado e controlando odores, humidade, CO2 e concentração de poluentes.	Para este processo são normalmente necessárias 0,5-3 renovações de ar por hora por pessoa, dependendo da intensidade da ocupação. Em geral, a regulamentação internacional considera um padrão mínimo de 5l/s por pessoa (o que é conseguido através da taxa de infiltração média), aumentando este padrão para 16l/s em zonas de fumadores.
Remoção de calor do edifício	Este tipo de ventilação é usado para remover o calor excessivo do interior do edifício, proporcionando temperaturas mais confortáveis.	Requer maiores taxas de ventilação que o processo anterior. Mais eficaz a nível superior (junto ao tecto), para remover o calor acumulado. Quando a temperatura do ar exterior é inferior à temperatura do ar interior, as taxas típicas de ventilação para dissipação do calor no espaço são 5-25 ach/h, dependendo da diferença de temperaturas. Quanto maior o ganho de calor, mais necessária é a ventilação.
Arrefecimento do corpo humano por convecção e evaporação.	Uma maior velocidade do ar aumenta a evaporação do suor da pele, ampliando o limite superior da temperatura de conforto. A sensação térmica correspondente a uma temperatura efectiva de 27°C pode ser alcançada se uma circulação do ar de 1 m/s for aplicada a um quarto com uma temperatura do ar de 30 ° C.	Este processo requer velocidades do ar entre 0,5 e 3 m/s. Admite-se que cada aumento de 0.275m/s corresponde a um acréscimo do limite superior de conforto de 1°C. A velocidade máxima do ar recomendado em escritórios é de 1,5 m/s. Para habitações este valor pode aumentar para os 2,5 – 3m/s.

{ **QUADRO 9** } Os vários objectivos da ventilação e respectivos requisitos.

A ventilação por pressão do vento é influenciada pela intensidade e direcção do vento e ainda por obstruções decorrentes de prédios vizinhos ou vegetação. O conhecimento das condições do vento em torno do edifício e o seu padrão de velocidade e direcção (informação que pode ser obtida em institutos meteorológicos) são dados necessários para a concepção dos vãos. A direcção do vento varia muito ao longo do dia. Além dos ventos dominantes, o regime de ventos de terra (noite) e a brisa do mar (dia) são também importantes.



{ FIG. 1.51 (2-7) } As portadas exteriores venezianas são uma tipologia tradicionalmente usada em Cabo Verde. Permitem o sombreamento dos vãos, e simultaneamente a ventilação natural do interior do edifício.

A distribuição, dimensão e a forma dos vãos são elementos fundamentais para a realização de uma ventilação eficiente. As aberturas devem ser amplamente distribuídas nas diferentes fachadas, de acordo com os padrões de vento, assegurando que estes terão diferentes pressões, melhorando a distribuição do fluxo de ar no edifício. As aberturas de entrada e de saída (janelas, portas, outros vãos) devem estar localizadas de forma a ser alcançado um sistema eficaz de ventilação em que o ar percorre todo espaço ocupado, considerando já os elementos que poderão funcionar como obstáculos (divisórias internas). As aberturas que se localizam numa posição alta permitem altas taxas de ventilação para dissipação de calor. As aberturas situadas num nível inferior podem

proporcionar a circulação do ar em toda a zona ocupada. As janelas acentuadamente verticais facilitam a ventilação a nível superior, e conseguem um melhor desempenho em termos de iluminação natural e arranjo do espaço interior.



{ FIG. 1.52 } O uso de grelhas fixas, apesar de não permitir ajustamentos para controle do sombreamento e do fluxo de ventilação, também pode ser eficaz.



No *design* de janelas para ventilação natural deve haver um compromisso com outras necessidades ambientais, tais como a iluminação natural, a impermeabilização, os ganhos solares, o desempenho funcional, a manutenção, o ruído, a segurança, os custos e o controlo de circulação de ar. O problema do ruído, típico dos ambientes urbanos, pode ser minimizado através da utilização de prateleiras acústicas no exterior das janelas ou painéis acústicos absorventes sobre as superfícies internas. Os problemas de poluição também podem ser evitados com o uso de espaços tampão, e trazendo para o interior do edifício o ar que entra de uma área exterior menos poluída. Os problemas de segurança podem ser resolvidos através do dimensionamento das aberturas, ou colocação de portadas exteriores venezianas.



{ FIG. 1.53 } Edifício modernista na cidade da Praia, com aberturas de fachada para ventilação a vários níveis: superior, para renovação de ar e arrefecimento da massa do edifício; e inferior (janelas) para o conforto dos ocupantes. As necessidades de ventilação natural e sombreamento foram factores considerados do projecto do edifício, o que é bem visível na tipologia da fachada.



{ FIG. 1.54 } Interior de uma escola no Mindelo. (1): Os vãos interiores têm uma altura generosa permitindo o fluxo de ventilação a nível superior, além de contribuírem para um bom desempenho em termos de iluminação natural. (2): janelas abertas para ventilação natural, quando a temperatura exterior é confortável durante o dia.



{ FIG. 1.55 } Janelas protegidas com rede mosquiteira, na cidade da Praia.

A ventilação por “efeito de chaminé” é apropriada para edifícios em altura, e principalmente em situações em que o vento não consegue proporcionar um movimento de ar adequado: quando há baixa velocidade de ventos ou o vento tem um padrão imprevisível. Este método também pode ser utilizado em conjunto com a ventilação por pressão do vento, para reforçar o desempenho do sistema de ventilação, especialmente em prédios de plano mais profundo onde é difícil conseguir a ventilação cruzada. O “efeito de chaminé” consiste na geração de uma diferença de pressão vertical, dependendo da diferença de temperatura média entre a coluna de ar e da temperatura externa, os tamanhos de abertura/localização e da altura da coluna de ar. O ar quente sobe e sai do topo das aberturas; o ar mais fresco irá penetrar no edifício em níveis de solo. O problema da ventilação por “efeito de chaminé” é o sistema atingir o seu máximo quando se registam temperaturas exteriores mais baixas e quando há maiores diferenças de temperatura dentro do edifício. Em climas mais quentes, como o cabo-verdiano, uma chaminé solar pode ser usada

para elevar as temperaturas nas áreas desocupadas, aumentando as diferenças de temperatura. O desempenho é mais fraco do que o da ventilação por pressão do vento, uma vez que requer maiores diferenças de temperatura e maiores áreas de aberturas (por exemplo, a ventilação cruzada alcançada a partir de um vento a 2.7m/s pode superar a de uma chaminé com 3m de altura a 43°C no seu topo).



{ FIG. 1.56 } Aberturas de ventilação com redes de mosquiteiro numa moradia em Mindelo.



{ FIG. 1.57 } Aberturas a nível superior para remoção do ar quente.

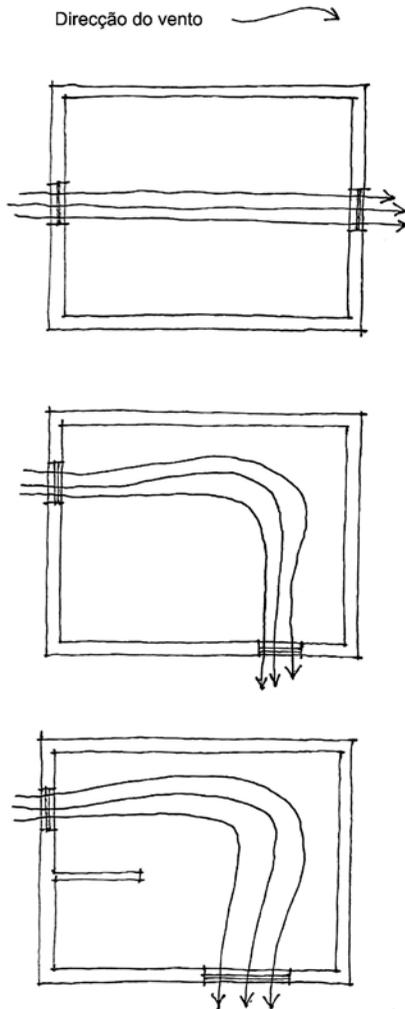


Pressão do vento	Descrição	Desempenho
Ventilação unilateral (lado único)	Ventilação fornecida por aberturas em apenas um lado da divisão ou fachada.	A ventilação unilateral tem uma penetração menos profunda do que a ventilação cruzada – normalmente de 3 a 6m ou até cerca de duas vezes a altura do tecto ao chão. Este tipo de ventilação é criado com a entrada de ar na divisão, ar que sai poucos segundos depois devido à flutuação de pressão estática do vento.
Ventilação cruzada	Aberturas de ambos os lados do edifício e um percurso de fluxo de ar dentro do edifício.	<p>A ventilação cruzada constante é geralmente o mais forte mecanismo de ventilação natural, especialmente em edifícios de maiores dimensões.</p> <p>Este tipo de ventilação funciona em situações com uma profundidade útil de 9m, ou até três vezes a altura de pé-direito – zonas com 18m podem ser ventiladas, se estiverem dispostas “costas com costas”.</p> <p>Áreas de circulação, como corredores e escadas, também podem ser utilizadas para abastecer as divisões que não têm acesso ao lado de barlavento.</p> <p>Podem ser utilizados pátios, em vez de planos profundos, para promover a ventilação cruzada.</p> <p>Se o edifício está voltado para a direcção predominante do vento, e o vento tem uma boa intensidade, a utilização de condutas e cavidades na laje para ventilação cruzada também podem ser eficazes.</p>
Torres de vento	Se o edifício não está numa posição favorável ao sentido do vento e brisas predominantes, podem ser utilizados dispositivos para canalização do vento, tais como torres de vento.	<p>Torres eólicas, como as usadas em alguns países quentes (2 a 20m de altura), também podem ser úteis para criar o movimento de ar, quando o vento para ventilação cruzada não está disponível a nível do edifício. O abastecimento e extracção da torre de vento são feitos por pressão do vento, revertendo para “efeito de chaminé” quando não há vento suficiente.</p> <p>Em certas regiões com clima quente e seco, charcos ou potes de cerâmica com água são colocadas na base da torre eólica para fornecer arrefecimento evaporativo adicional.</p>

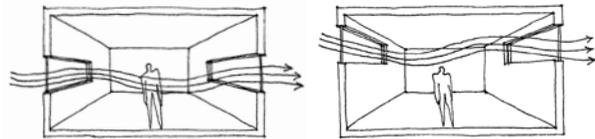
{ **QUADRO 10** } Estratégias de ventilação natural por pressão do vento, para arrefecimento do edifício e do ocupante.



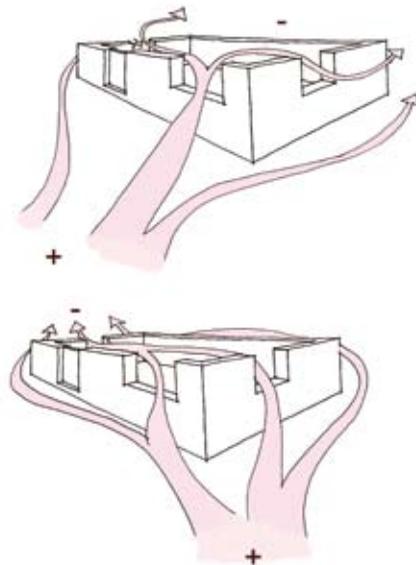
Os { QUADROS 10 e 11 } mostram as características da ventilação por pressão do vento e “efeito de chaminé”. O { QUADRO 12 } diz respeito a casos particulares de técnicas nocturnas e diurnas de ventilação, incluindo ventilação por pressão do vento e “efeito de chaminé”. O { QUADRO 13 } diz respeito à utilização de ventilação assistida.



{ FIG. 1.59 } Alguns padrões de ventilação para diferentes tamanhos e posições de janela.



{ FIG. 1.58 } Posição de aberturas para dois tipos de arrefecimento. A situação do primeiro esquema é ideal para o conforto do ocupante (arrefecimento) – a entrada de ar mais fresco é feita a nível inferior. A situação do segundo esquema serve para o arrefecimento do edifício – escoamento do ar aquecido, que sobe e se acumula junto ao tecto, é feito a nível superior. O uso de janelas altas, verticais, é ideal para permitir e controlar estes dois níveis de ventilação.

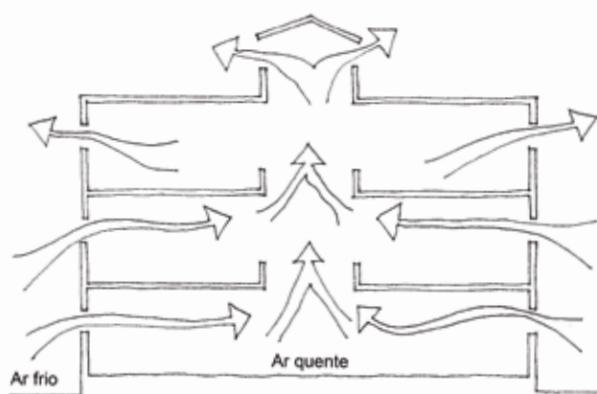


{ FIG. 1.60 } As pressões positivas e negativas causadas por diferentes direcções do vento e as posições das aberturas.



Efeito de chaminé	Descrição	Desempenho
Aberturas duplas de um único lado	Aberturas com posições baixa e alta, numa janela ou parede.	Pode ser eficaz até 6m ou duas vezes a altura do pé direito. Pode aumentar a profundidade da ventilação natural em salas de plano profundo. Depende da diferença de altura entre a entrada (inferior) e saída (superior).
Átrios	A introdução de um átrio oferece um bom potencial para ventilação por efeito de chaminé.	Os átrios podem ser utilizados em edifícios de maiores dimensões e devem ter uma altura considerável em países quentes, já que podem conduzir a sobreaquecimento.
Chaminés solares	Em chaminés solares, a radiação solar é usada para aumentar o efeito de chaminé. Quando as superfícies da chaminé são aquecidas pelo sol, a taxa de ventilação aumenta.	A chaminé solar deve terminar bem acima do topo do telhado, de modo a oferecer maior superfície exposta para aquecimento, potenciando a circulação por efeito de chaminé. O seu desempenho também é influenciado pelas pressões de vento no topo da chaminé.
Paredes com cavidade ventilada	Paredes com cavidade ventilada (ver também “massa térmica”).	As paredes com cavidade ventilada melhoram a dissipação do calor armazenado no edifício. Esta técnica é exclusiva para a remoção de calor do edifício.

{ QUADRO 11 } Estratégias de ventilação natural por efeito de chaminé.



{ FIG. 1.61 } Esquema de ventilação por efeito de chaminé num edifício de átrio.



{ FIG. 1.62 } Edifício para actividades culturais em Santo Antão. Aberturas a nível superior e em fachadas opostas, para ventilação cruzada, e abertura na cobertura para ventilação por efeito de chaminé.



{ FIG. 1.63 (1-4) } Átrio interior num edifício na cidade da praia. Promove iluminação natural e ventilação do interior por efeito de chaminé. Em climas quentes como em Cabo Verde, o topo do átrio deve estar pelo menos 5m acima do espaço do último piso ocupado, e deve ter aberturas para ventilação, por forma a evitar a acumulação de ar quente.

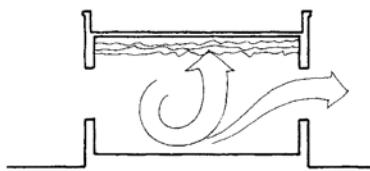
Dia/Noite	Descrição	Desempenho
Ventilação diurna	É a estratégia mais simples para melhorar o conforto quando a temperatura interna é superior à temperatura externa. Pode ser usada ventilação por pressão do vento, ou por efeito de chaminé.	Apropriado quando o conforto interior pode ser obtido na temperatura do ar exterior, e com variações de temperatura diurna inferiores a 10°C.
Ventilação nocturna	Usada para arrefecer a massa do edifício durante a noite. No final do dia, a temperatura de armazenamento (nas paredes, lajes, e outros elementos maciços) será aumentada sem degradar o conforto, aumentando também a capacidade de dissipação de calor do sistema. O calor é então libertado através de ventilação durante a noite, e o edifício está fresco na manhã seguinte (ver também massa térmica).	É especialmente adequada para situações em que as temperaturas exteriores são demasiado quentes durante o dia, e a ventilação diurna é impossível. A ventilação nocturna é eficaz quando as temperaturas nocturnas são substancialmente inferiores às temperaturas diurnas, com uma amplitude de 8°C – 10°C. O seu desempenho pode ser melhorado através da utilização de ventoinhas (ventilação mecânica). Esta técnica é utilizada para a remoção de calor do edifício.

{ QUADRO 12 } Uso de estratégias de ventilação natural em função da diferença entre as temperaturas externas e internas: ventilação diurna e nocturna.

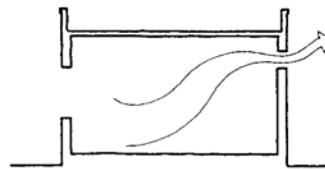


{ FIG. 1.63 (5) } Interior de torre de ventilação em habitação na ilha de São Vicente.

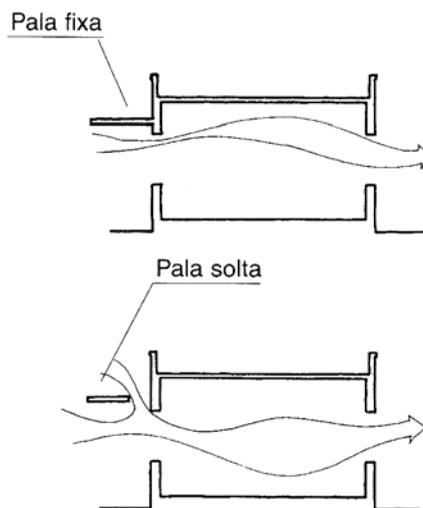
Quando a temperatura exterior é demasiado quente, há que prevenir os ganhos de calor por ventilação – causados pela infiltração de ar quente exterior dentro do edifício. Este tipo de ganhos pode ser minimizado através da redução da taxa de ventilação quando a temperatura exterior é maior do que a temperatura interior. A taxa de ventilação deve ser substancialmente aumentada nos períodos em que a temperatura exterior é menor do que a temperatura interior – por exemplo, durante a noite (ventilação nocturna).



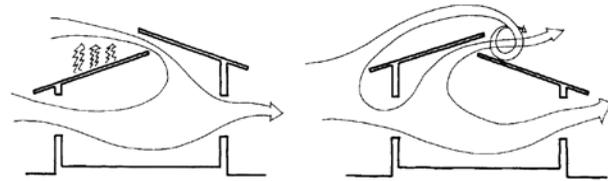
{ FIG. 1.64 } O ar quente deve ser puxado para o exterior para não se acumular no tecto.



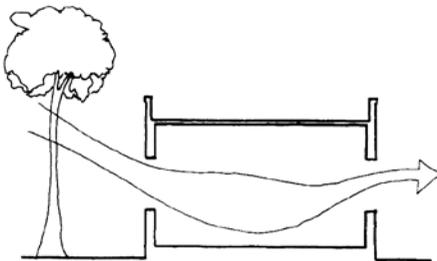
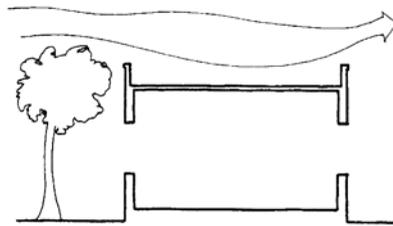
{ FIG. 1.65 } Quando os vãos da entrada de ar são mais pequenos do que os da saída de ar, há maior eficiência na sucção do ar fresco que expulsa o ar quente.



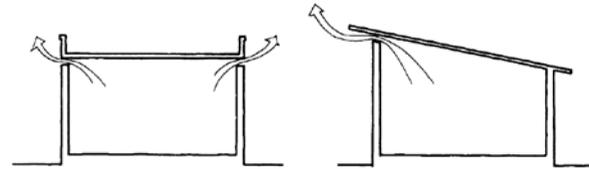
{ FIG. 1.66 } A pala distanciada da parede aumenta a entrada de ar.



{ FIG. 1.69 } No primeiro esquema, a clarabóia está mal localizada, porque o ar quente do telhado entra dentro do edifício. No segundo esquema, há um bom posicionamento – o ar quente do compartimento pode sair pela clarabóia.



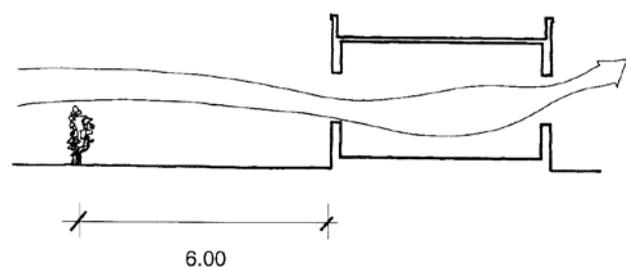
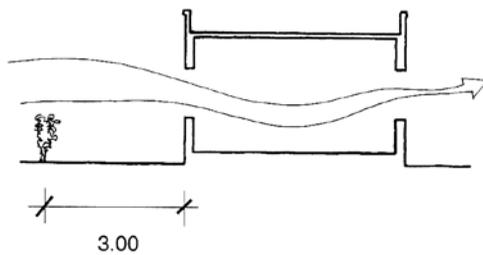
{ FIG. 1.67 } Com árvores baixas a brisa sobe; com árvores altas a brisa desce e refresca a habitação.



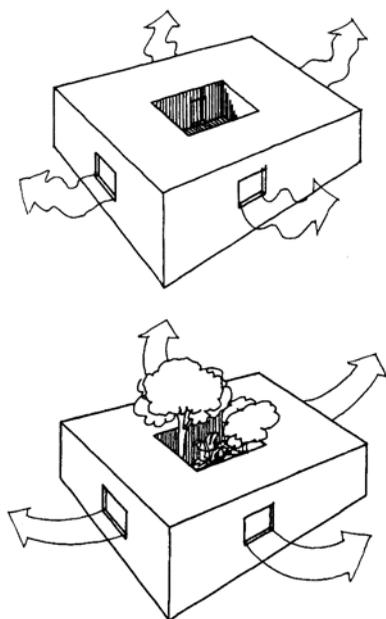
{ FIG. 1.70 } No caso das coberturas inclinadas, a abertura deve ser feita na parede mais alta.



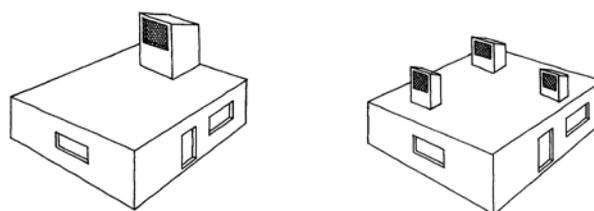
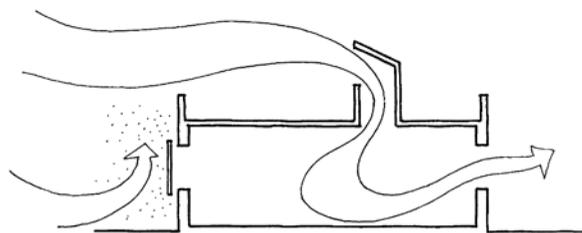
{ FIG. 1.71 } Dois recursos para forçar a movimentação do ar, através de abertura nos tectos.



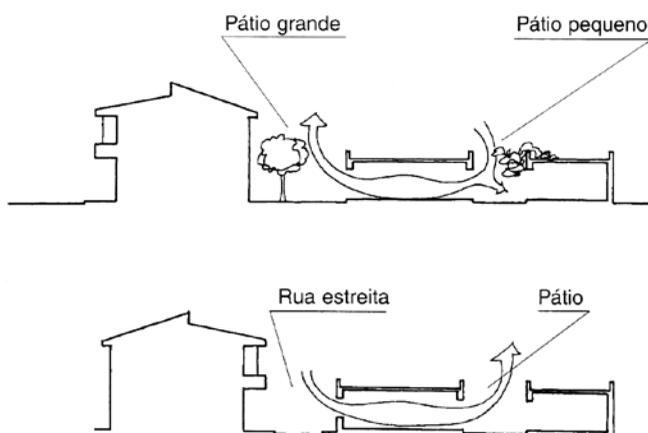
{ FIG. 1.68 } Quanto maior for a distância entre o edifício e as árvores, mais força terá a entrada da brisa.



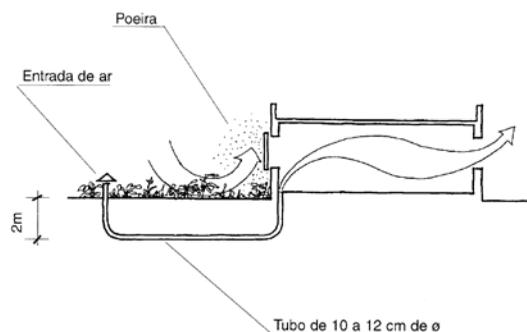
{ FIG. 1.72 } A inclusão de pátios nas habitações traz vantagens suplementares à climatização da casa. O ar fresco do pátio entra e circula nos compartimentos. Se o pátio tiver plantas, a climatização será maior. Nas zonas onde há poucas árvores, uma situação muito usual nas ilhas cabo-verdianas, a casa pode ser climatizada com um pátio para ser criada uma zona de sombra, onde o ar é mais fresco. O uso de pátio ou quintal possibilita mais aberturas na fachada, para ventilação dos compartimentos interiores.



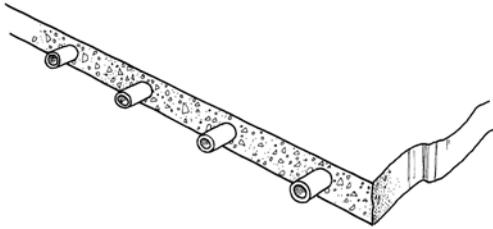
{ FIG. 1.74 } Podemos construir um captador central para a ventilação de todos os compartimentos ou pequenos captadores individuais (torres de vento). Uma forma de fazer entrar ar fresco e limpo no interior de um edifício é utilizar captadores, que permitem reciclar o ar viciado e aquecido. Quanto maior for a altura de captação, mais fresca é a brisa; evita-se também a entrada de poeiras arrastadas pelo vento. Em Cabo Verde, a direcção da brisa fresca é mais ou menos constante, o que torna esta solução extremamente eficaz.



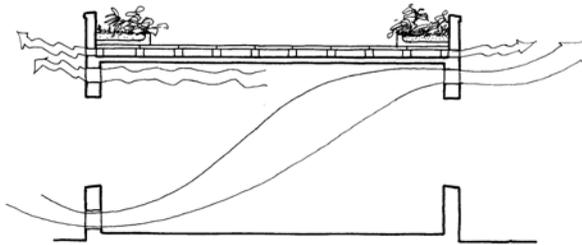
{ FIG. 1.73 } O movimento de ar fresco também pode ser produzido através de dois pátios, um mais pequeno que o outro. O ar do pátio mais pequeno, por ter mais sombra, é mais fresco do que o ar do pátio maior. Assim, o ar quente sobe, fazendo com que o ar fresco penetre melhor nos compartimentos entre os dois pátios.



{ FIG. 1.75 } Esquema de um edifício ventilado pelo subsolo. É possível baixar a temperatura interior da habitação através de um sistema de ventilação de subsolo. Esta técnica consiste em fazer passar o ar por debaixo do solo por meio de um tubo, a cerca de dois metros de profundidade, para tornar o ar mais frio. O tubo é conduzido até ao compartimento que se quer refrescar. É importante que o tubo esteja a essa profundidade para se obter ar fresco. A captação faz-se numa área fresca com sombra de árvores ou de plantas. A saída do tubo, dentro do compartimento, protege-se com uma rede de mosquiteiro, para evitar a entrada de insectos, e persianas com lâminas móveis, para controlar a entrada de ar.



{ FIG. 1.76 } Pormenor de um piso ventilado com tubos PVC. As lajes podem ter canais de circulação de ar para climatização da habitação. Estes canais devem ter entrada e saída para o exterior para que o ar circule e se renove no interior do piso. As aberturas devem ser protegidas contra a entrada de insectos.

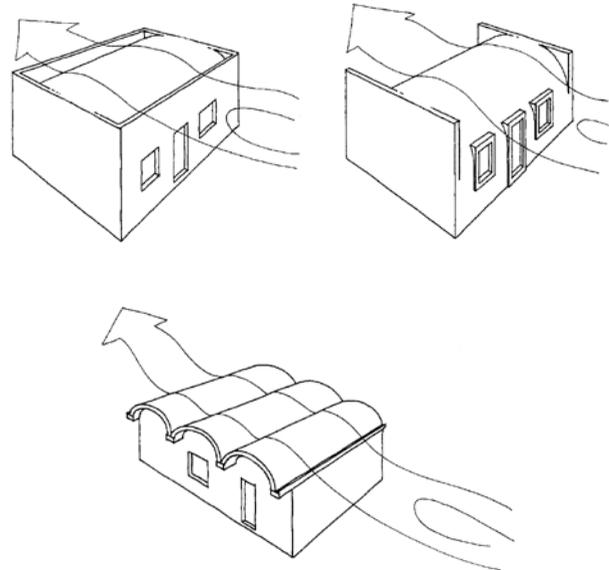


{ FIG. 1.77 } Esquema de um edifício ventilado pela cobertura. A maior parte dos ganhos e perdas térmicas dá-se através da cobertura, por estar mais exposta à insolação. Em Cabo Verde, o clima é seco e não há o problema de infiltrações das águas da chuva, por isso a cobertura é normalmente plana ou com pouca inclinação. A solução mais usual de cobertura em Cabo Verde é a laje maciça de betão armado, uma má solução em termos de eficiência energética. As lajes maciças de betão absorvem o calor do sol e têm custos elevados.

Algumas das medidas para baixar a temperatura nas lajes de cobertura são: isolar a cobertura com argamassa fina de cal e pozolana; fazer aberturas de saída de ar quente na parte mais alta das paredes; melhorar a entrada de ar com aberturas na parte baixa das paredes – orientadas na direcção dos ventos de forma a proporcionar no interior da habitação uma ventilação cruzada; isolar com caixa-de-ar; fazer canteiros. As lajes de betão aligeiradas com abobadilhas suportadas por vigotas pré-esforçadas são a

solução mais adequada ao clima de Cabo Verde. Além de serem leves, têm custos mais reduzidos e permitem uma boa ventilação.

A construção com abóbadas é outra solução energeticamente eficiente. A superfície curva da cobertura em abóbada aumenta o movimento do ar que lhe passa por cima. Para tirar partido desta vantagem, as abóbadas devem ser construídas no sentido contrário aos ventos dominantes.



{ FIG. 1.78 } Cobertura de abóbada rebaixada; cobertura de abóbada de meia-cana e cobertura de abóbada pré-fabricada.

Em regiões com períodos muito quentes, a ventilação natural pode ser reforçado com dispositivos mecânicos de refrigeração de baixo consumo energético, como ventoinhas. Os dispositivos de arrefecimento de baixa energia podem ser muito úteis em casos de edifícios existentes, especialmente naqueles onde o potencial da ventilação natural é limitado.



Descrição

VENTOINHAS

O uso de ventoinhas pode melhorar o desempenho das técnicas de ventilação natural. Ventoinhas de tecto, caixa ou oscilantes, aumentam as velocidades do ar interior e trocas por convecção, aumentando os processos convectivos e melhorando o conforto. Estes mecanismos podem também ser úteis quando a abertura de janelas causa a penetração de calor, excesso de velocidade do ar, ou problemas de ruído. Os sistemas de ventilação assistida, envolvendo ductos e aberturas especiais para o efeito, podem também ser utilizados para melhorar a circulação do ar através do edifício.

Desempenho

A utilização de ventoinhas de tecto, de caixa ou oscilantes podem permitir um aumento da temperatura de conforto interior, de 3°C-5°C, a 1m/s, digamos de 24°C a 28°C, reduzindo muito as exigências de arrefecimento.

As ventoinhas de tecto podem ter um período de retorno de apenas 3 anos.

A qualidade do movimento turbulento e variável de ar produzido pelas ventoinhas também produz efeitos mais confortáveis do que o movimento do ar uniforme.

Uma ventoinha de tecto ou de mesa não incomoda ou causa correntes de ar a 1m/s.

Os sistemas de ventilação assistida envolvendo ductos e aberturas especiais, fora da zona ocupada, não são utilizados para o resfriamento convectivo do corpo, mas para o arrefecimento da massa da construção e fornecimento de ar fresco. Estes sistemas podem ser muito mais baratos e consumir menos energia do que o ar condicionado.

{ QUADRO 13 } Ventilação assistida

Em situações muito pontuais em que o potencial de ventilação natural é reduzido e o uso de sistemas de ventilação de baixo consumo, como as ventoinhas, não são suficientes para colmatar as necessidades de ventilação e refrigeração do edifício, é preferível utilizar os chamados sistemas de “modo misto” – ou seja utilizar os sistemas de climatização apenas quando e onde for necessário. A utilização de estratégias de “modo misto” pode evitar o sobredimensionamento dos sistemas centralizados, reduzir os custos operacionais do edifício e economizar energia.

{ FIG. 1.79 } Posto de turismo na ilha de Santo Antão: observa-se o uso de abobadilhas, e aberturas na cobertura para ventilação.



1.8 Inércia térmica

Na maior parte das construções consolidadas em Cabo Verde, a envolvente opaca do edifício, as estruturas e as divisões internas são construídas com materiais maciços, como a pedra, o betão e o tijolo. A massa térmica actua como armazenamento de calor e frio, regulando e suavizando as oscilações de temperatura. A alta inércia térmica dos componentes de construção maciça diminui os valores máximos de temperatura radiante no Verão, proporcionando melhores condições de conforto. O calor armazenado durante o dia pode ser dissipado durante a noite através de ventilação nocturna. A inércia atrasa as trocas de calor por condução com o exterior, o que é particularmente benéfico durante as ondas de calor.

Ao contrário de outros dissipadores de calor, como a atmosfera, o céu, ou o subsolo, que forne-

cem um recurso quase ilimitado para este propósito, o uso da massa térmica é uma solução temporária, de transição. Após um certo ponto, o calor começa a acumular na massa do edifício e a massa térmica diminui a sua eficiência. Portanto, o uso da massa térmica deve ser conjugado com estratégias de ventilação para remover o calor acumulado, em particular com ventilação nocturna. As estratégias de ventilação nocturna aliadas a uma boa massa térmica podem reduzir as temperaturas médias internas durante o dia abaixo da média das temperaturas exteriores diurnas. No entanto, em edifícios com grandes ganhos internos, como edifícios de serviços com grande concentração de ocupantes e equipamento, isto é mais difícil de ser conseguido. Contudo, mesmo nestes casos particulares, as temperaturas médias diurnas no interior podem ser mesmo assim reduzidas para valores próximos da média exterior, ou um pou-



{ FIG. 1.80 } A construção tradicional e popular em Cabo Verde envolve o uso de materiais maciços, que conferem inércia térmica aos edifícios. Este tipo de construção é adequado a climas como o de Cabo Verde, quente e seco, com amplitudes térmicas significativas entre o dia e a noite.



co acima desta, com um desempenho ainda razoável em termos de arrefecimento passivo.

Quando são necessários sistemas auxiliares de refrigeração, como no caso dos edifícios de “modo misto”, a utilização de massa térmica pode atrasar a necessidade de refrigeração e reduzir os períodos de tempo em que se torna necessário arrefecer.

O desempenho da massa térmica depende da capacidade das características construtivas do edifício para a transferência de calor para o espaço, ou seja, depende do coeficiente de transmissão térmica dos



{ FIG. 1.81 } Nova construção, na cidade do Mindelo, utilizando materiais maciços.

Descrição

Desempenho

MASSA TÉRMICA

Elementos construtivos maciços, como paredes, estrutura, lajes.
A ventilação nocturna da massa térmica proporciona um meio eficiente de refrigeração do edifício.
À noite, quando a temperatura exterior é consideravelmente menor do que no interior, a ventilação nocturna é usada para dissipar o calor acumulado durante o dia na massa do edifício, para a atmosfera, de mais baixa temperatura, impedindo o sobreaquecimento no dia seguinte. O ar exterior é introduzido no edifício através das janelas, ou através de canais especiais incorporados na estrutura do edifício.

Os sistemas de refrigeração nocturna podem ser uma das mais eficientes técnicas de arrefecimento passivo. Este sistema exige taxas de ventilação, de 10 – 25 ach/h, tendo a construção de ser suficientemente maciça para armazenar o efeito de resfriamento até o dia seguinte. Este tipo de ventilação pode ser natural ou assistida por ventoinhas.

As paredes e a estrutura devem ser suficientemente expostas ao fluxo de ar, evitando o uso de tectos falsos, e de quaisquer outros elementos que poderiam impedir este contacto. A optimização da inércia térmica normalmente não exige acções complexas e caras – pode ser suficiente aumentar a exposição em massa térmica, por exemplo, através da remoção de tectos falsos e abrir as janelas existentes, tendo em conta as precauções de segurança, protecção contra insectos e correntes de ar. Para facilitar a ventilação nocturna, as janelas podem ter aberturas na parte superior.

{ QUADRO 14 } Técnicas que podem ser usadas para otimizar a utilização de massa térmica.



materiais empregues. O desempenho depende também da capacidade física desses materiais para armazenar calor, ou seja, o seu calor específico. A porção de massa térmica utilizada no processo corresponde tipicamente a uma espessura de 50 – 150mm a partir da superfície. O material maciço deve ter a maior exposição possível. Os problemas de acústica, por vezes causados pelo aumento da exposição dos elementos maciços (paredes, lajes), podem ser reduzidos pelo uso de tectos falsos perfurados, com absorvente de som.



{ FIG. 1.82 } Pousada projectada por Álvaro Siza na Cidade Velha, ilha de Santiago. Novas construções com utilização de materiais com forte inércia térmica (pedra e betão).



1.9 Arrefecimento evaporativo

O arrefecimento evaporativo é alcançado por um processo adiabático, em que a temperatura sensível do ar é reduzida e compensada por um ganho de calor latente. O uso de fontes e vegetação nos pátios, assim como o acto de derramar água no chão e a utilização de grandes vasos de barro poroso cheio de água nos quartos são bons exemplos de técnicas de arrefecimento evaporativo directo, usados em alguns dos países mais quentes de África e que também poderão ser aplicadas com sucesso em Cabo Verde.

Existem também técnicas de arrefecimento evaporativo indirecto, em que o ar é arrefecido sem que haja aumento do seu conteúdo em vapor de água. Através destes sistema, a temperatura do ar pode ser diminuída até se igualar à Temperatura de Bolbo Húmido. O consumo de água é bastante mais reduzido que em sistemas directos. Contudo, os sistemas indirectos envolvem o recurso a aparelhos mecânicos, que podem ser caros e requerer uma manutenção complexa.

{ FIG. 1.84 } Uso de vegetação no interior de uma casa no Mindelo: além de agradável, reduz ligeiramente a temperatura do ar.



{ FIG. 1.83 } Exemplos de uso de vegetação em espaços exteriores: além de oferecerem sombreamento e contribuírem para a beleza do local, a vegetação também contribui para uma ligeira redução da temperatura local através do processo de evapotranspiração resultante da fotossíntese (arrefecimento evaporativo).



1.10 Controle de ganhos internos

As principais fontes de calor no interior do edifício são: a iluminação eléctrica, a concentração dos ocupantes e os equipamentos que estes utilizam. Os ganhos internos de calor também podem contribuir significativamente para o sobreaquecimento, espe-

cialmente em edifícios de serviços de maiores dimensões. As principais estratégias para reduzir os ganhos internos de calor são:

- a) Evitar o uso excessivo de iluminação artificial;
- b) Optimizar a utilização da luz natural;
- c) Evitar ganhos excessivos de calor de ocupantes e equipamentos.

Descrição

Eficiência

Luz Artificial

O uso de iluminação artificial é muitas vezes excessivo, ou porque os níveis de iluminação são muito altos, os sistemas de iluminação são ineficientes, ou devido a uma má gestão por parte dos ocupantes. Os ganhos internos de calor provenientes da luz artificial podem variar de 6 a mais de 20 W/m².

É recomendado o uso de iluminação pontual, de secretária, com baixos níveis de iluminação de fundo

Fontes de luz de alta eficácia, com baixa emissão de calor e baixo consumo energético, como lâmpadas fluorescentes, devem ser utilizadas em vez das convencionais lâmpadas incandescentes, de tungsténio.

Em edifícios de serviços também podem ser usados extractos de ventilação junto das luminárias para reduzir os ganhos de calor.

Luz Natural

O uso da luz natural pode reduzir substancialmente as cargas de refrigeração, ao substituir ou complementar o uso de luz artificial durante o dia. A luz natural deve ser bem distribuída pelas várias divisões. Deve ser tomado em conta o conforto visual dos ocupantes, evitando situações de encadeamento e contraste luminoso excessivo.

Estima-se que por cada 1KWh evitado para iluminação na estação de arrefecimento, se poupam cerca de 0.3KWh de electricidade usada pelo ar condicionado.

Deve ser considerado que a área de espaço que pode ser iluminada naturalmente é a correspondente ao dobro da altura do tecto ao chão – em geral até cerca de 6m em profundidade, a partir das janelas. Regra geral, janelas localizadas a um nível mais alto têm um desempenho melhor do que janelas a um nível mais baixo, e janelas verticais altas, têm um desempenho melhor do que janelas horizontais em banda (visto que a luz do sol entra mais profundamente no espaço). A utilização de cores claras (reflexivas) nas paredes e decoração também aumenta os níveis de iluminação.

A utilização de clarabóias nos últimos andares deve ser feita com cuidado, dado que pode causar o sobreaquecimento durante o verão, assim como o encandeamento.

{ QUADRO 7 } Estratégias de utilização de diferentes tipos de iluminação para reduzir ganhos internos.





Descrição	Eficiência
<p>Pátios e Átrios</p> <p>A introdução de pátios e átrios pode melhorar a iluminação natural e a ventilação, reduzindo o consumo de energia da iluminação artificial e ar condicionado.</p>	<p>A introdução de átrios envidraçados deve ser cuidadosamente considerada em climas mais quentes, já que muitas vezes leva a problemas de sobreaquecimento. A zona naturalmente iluminada adjacente ao átrio a ser considerada é limitada à zona de visão do céu (o que corresponde a uma proporção de cerca de 3 para 1 entre a altura e a largura do átrio).</p>
<p>Ocupantes e equipamento interno</p> <p>Os ganhos internos provenientes dos ocupantes e equipamentos, como computadores e fotocopiadoras, podem produzir ganhos de calor anual na faixa de 15 a 30W/m².</p>	<p>A redução dos ganhos internos pode ser alcançada através da localização do equipamento de geração de calor em áreas especiais (por exemplo, sala de informática), com maiores taxas de ventilação (climatização especial, se necessário), servindo como espaços tampão, e longe dos ocupantes, se possível.</p> <p>Os ganhos internos dos ocupantes podem ser reduzidos evitando uma excessiva densidade de ocupação, no caso de escritórios, através de uma boa gestão da organização espacial.</p>

{ QUADRO 8 } Estratégias para reduzir ganhos internos.

1.11 O uso de controlos ambientais

Algumas técnicas de arrefecimento passivo, como a utilização de isolamento térmico ou de revestimento reflexivo para reduzir a penetração do calor dentro do edifício, não envolvem o uso de controlos operacionais, ou seja, os sistemas são fixos, inerentes ao edifício, não exigindo controlo por parte do ocupante ou interacção automática.

No entanto, em muitas outras estratégias passivas, como a abertura de janelas para ventilação natural, o ajuste de sombreamento ou a utilização de

ventoinhas, o desempenho do sistema é regulado por controlos operacionais. Nestes casos, a eficiência dos sistemas de redução do consumo de energia e a criação de ambientes confortáveis estão condicionadas não só pela eficiência dos controlos, mas também pelo pela forma como os ocupantes os utilizam. O uso de controlos ambientais permite aos utilizadores mudar o ambiente, adaptando-o às suas necessidades de conforto térmico. Consecutivamente, pode haver uma melhoria significativa na satisfação térmica, permitindo que os ocupantes vão ao encontro das suas necessidades específicas de conforto, reduzindo o desconforto por sobreaquecimento.

É importante que os ocupantes se apercebam que a utilização de controlos não só leva a uma melhoria da eficiência do próprio sistema, mas também tem um grande impacto sobre a poupança de energia. Para tal, o seu design deve ser simples, por forma a facilitar uma compreensão intuitiva sobre o seu uso.

1.12 Estratégias passivas e critérios de conforto térmico

As técnicas de design passivo podem ser aplicadas com um bom grau de eficácia. É verdade que não promovem o tipo de ambientes uniformes, de baixas temperaturas, encontradas em edifícios com ar condicionado. Coloca-se uma questão: esse tipo de ambientes internos é realmente necessário e desejável?

Em pesquisas realizadas por todo o mundo em edifícios naturalmente ventilados, onde as condições de ambiente térmico variam fora da zona de conforto convencional, um número maioritário de pessoas relataram sentir-se, de facto, confortáveis com o seu ambiente térmico. Outros estudos, realizados em edifícios com ar condicionado central, demonstraram uma insatisfação significativa com o ambiente térmico por parte dos ocupantes. Este descontentamento poderia ser atribuído a várias causas como a falta de “naturalidade” e os problemas de saúde inerentes ao sistema e ainda a outro factor muito importante: a falta de controlos am-

bientais existentes em edifícios com sistema centralizado, que inibem o processo natural de adaptação humana.

Existe hoje uma grande controvérsia em relação aos critérios de conforto térmico. As normas convencionais apresentam uma zona limitada de temperatura, como sendo teoricamente “ideal”, isto é, dentro da qual a grande maioria dos ocupantes de um edifício se vai sentir confortável. Estes padrões de conforto convencionais, como as actuais normas ASHRAE ou ISO, são considerados ainda como aplicáveis em qualquer lugar do mundo, apesar da grande variedade climática existente, com apenas uma pequena variação sazonal para situações de Verão e Inverno. Consideram temperaturas de Verão em torno de 22°C como ideais, com temperaturas máximas na ordem dos 26°C. Em países mais quentes, tal implica o recurso extensivo a sistemas de ar condicionado.

Por outro lado, existe hoje um vasto corpo de informação, que demonstra que as pessoas que vivem em países com climas mais quentes estão satisfeitas em temperaturas mais altas do que as pessoas que vivem em países com climas mais frios, e estas temperaturas são significativamente diferentes (superiores e inferiores, respectivamente) das temperaturas consideradas “ideais” pelos padrões convencionais.

Os edifícios que usam técnicas de arrefecimento passivo podem ser uma alternativa mais eficiente e económica, de baixo consumo energético e amigos do ambiente, a edifícios com ar condicionado. Estes edifícios bioclimáticos oferecem também ambientes



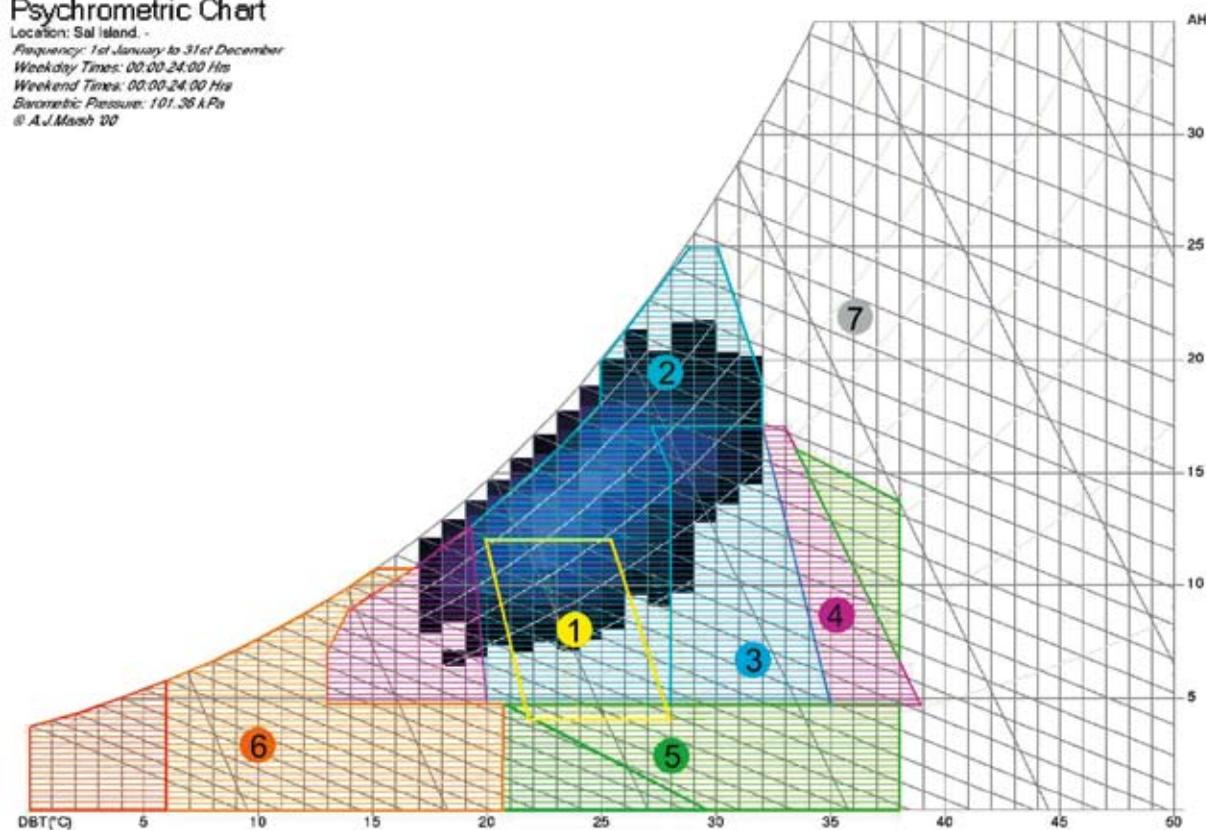
térmicos mais satisfatórios - não na sua capacidade de cumprir normas rigorosas, mas na melhoria do conforto fisiológico e psicológico dos ocupantes.

Para uma melhor percepção do que poderá significar o conforto interior de um edifício em Cabo Verde, a { FIGURA 1.85 } apresenta o gráfico psicrométrico referente à cidade do Sal. As manchas a

azul escuro na carta representam as características climáticas (temperatura de bolbo seco e húmido, humidade relativa e pressão de vapor), e com contorno amarelo, a zona convencional de conforto ASHRAE, considerada directamente pelo software ECOTECH - Weather Tools (um dos softwares de apoio à elaboração do presente manual).

Psychrometric Chart

Location: Sal Island -
 Frequency: 1st January to 31st December
 Weekday Times: 00:00-24:00 Hrs
 Weekend Times: 00:00-24:00 Hrs
 Barometric Pressure: 101.36 kPa
 © A.J.Mash 00



- { FIG. 1.85 } Diagrama psicrométrico - ilha do Sal. A mancha azul escura ilustra o perfil climático da região. O diagrama mostra como a zona convencional de conforto de Verão da ASHRAE (1) pode ser ampliada através da utilização de várias técnicas de arrefecimento passivo. As várias zonas apresentadas nos gráficos foram definidas por Givoni (1969) e correspondem a:
- {1} Zona convencional de conforto de Verão da ASHRAE, utilizada como padrão para o uso de ar condicionado (contorno amarelo)
 - {2} Zona de influência da ventilação diurna (contorno azul claro).
 - {3} Zona de influência da ventilação nocturna (contorno azul).
 - {4} Zona de influência da inércia térmica (contorno cor de rosa). Inclui zonas 2 e 3.
 - {5} Zona de influência do arrefecimento evaporativo (contorno verde). O arrefecimento evaporativo pode também ser utilizado nas zonas 2, 3 e 4, para temperaturas do bolbo seco superiores a 21°C.
 - {6} Zona de aquecimento passivo (contorno amarelo torrado) e zona de aquecimento activo (contorno castanho claro).
 - {7} Zona onde o ar condicionado é necessário (fundo branco).

Nesta figura encontram-se ainda sobrepostas as zonas de influência das diversas técnicas de arrefecimento passivo, baseados em pesquisa realizada por Givoni (1969). O diagrama mostra como a zona convencional de conforto poderia ser ampliada através da utilização de várias técnicas de arrefecimento passivo. As estratégias referenciadas são as mais adequadas ao bom desempenho do edifício nessa zona climática. Fora dessas zonas, o uso de ar condicionado é requerido.



De acordo com este diagrama, a estratégia com maior impacto é a ventilação natural (2 – realce a azul claro), sendo também importantes a ventilação nocturna (3 – azul escuro), a inércia térmica (4 – rosa claro), e o arrefecimento evaporativo (5 – verde). Há um pequeno período em que é necessário aquecimento, que pode também ser obtido de forma passiva (aproveitando a energia solar), por exemplo através de uma correcta orientação e dimensionamento dos vãos. Destaca-se também que estas estratégias passivas cobrem praticamente todo perfil climático (mancha azul escura), mostrando que, em teoria, não há praticamente nenhuma necessidade de recorrer a sistemas activos de ar condicionado para arrefecimento.

Para as poucas situações de excepção, em períodos excepcionalmente quentes correspondentes à pequena margem que se localiza na zona activa (7 – onde a climatização artificial é necessária), existe hoje tecnologia alternativa aos sistemas convencionais de climatização: o chamado AVAC solar, um sistema mecânico de ar condicionado em que o uso de electricidade proveniente de combustíveis fósseis é substituído pelo da energia solar, uma fonte renovável, reduzindo assim o impacto negativo sobre o ambiente, e também os custos de manutenção.

{ FIG. 1.86 } O uso do ar condicionado pode ser evitado através da correcta utilização de design passivo, evitando encargos económicos e danos ambientais.

{ capítulo 2 }

Escolha dos
Materiais de Construção

A selecção racional de materiais para construção implica uma análise do seu comportamento ao calor e ao frio; durabilidade; manutenção e ainda o reconhecimento dos materiais existentes na região, para evitar transportes ou importações. Neste capítulo são referidos diversos materiais adequados à construção em Cabo Verde, sendo feita uma distinção entre materiais naturais e compostos.

2.1 Materiais naturais

- **Pedra**

A pedra de origem vulcânica é o material mais abundante nas ilhas de Cabo Verde. Há ilhas onde se encontram calcários (pedra branca), conglomerados (pedra vermelha) e sienitos (pedra cinzenta claro com pintas pretas). Na ilha de Santo Antão encontra-se uma rocha sedimentar, comprimida, que resultou de depósitos alterados de pozolana e de areia e que pode ser trabalhada

com a serra e o malho. As pedras são desmontadas nas pedreiras com cunhas, alavancas e também com dinamite.



{ FIG. 2.1 } Uso da pedra na construção: diferentes texturas de fachada.



{ FIG. 2.2 } Uso tradicional (esquerda) e contemporâneo (direita) da pedra na construção de paredes exteriores.

• Areia

A areia é um granulado natural originado da desagregação das rochas pela acção do vento e da chuva até formar grãos bastante reduzidos. É o inerte mais utilizado na construção. Em Cabo Verde há areias basálticas e calcárias. Na ilha do Fogo, nas proximidades da Chã das Caldeiras, encontramos areia de lava que são as escórias mais finas resultantes da erupção vulcânica. Também se produz areia pela trituração mecânica de rochas. Neste caso, chama-se areia mecânica.

As areias aconselhadas para construção são as das ribeiras, de minas, como do Tarrafal de Santiago, de vulcão.

Deve evitar-se o uso de areia do mar. Em Cabo Verde, as areias de mina ou das ribeiras são escassas, recomendando-se o uso de areia mecânica. A extrac-

ção de areia das praias deve ser absolutamente interdita, porque altera o equilíbrio ambiental. O movimento e as correntes marinhas são estabilizadas e equilibradas ao longo de muitos séculos. Quando estas se alteram pela extracção de areia causam imprevisíveis problemas ecológicos. Por outro lado, a areia das praias funciona como um filtro e um retentor de água do mar, evitando a sua penetração nos terrenos próximos. Se essa areia for extraída, esses terrenos ficam sujeitos a uma salinização, de tal ordem, que não poderão ser mais cultivados. As areias empregam-se para fazer misturas para trabalhos de alvenaria. Para fazer paredes, usam-se sem passar pelo crivo. Para reboco e acabamento, utiliza-se a areia mais fina ou crivada. Classificação das areias: Areia grossa: grão de 1 a 3 mm; areia média: grão de cerca de 1 mm; areia fina: grão de menos de 1 mm.



• Brita

A brita ou cascalho mais usual em Cabo Verde é de pedra basáltica e a sua dimensão varia entre 15 a 30 mm. A brita fina ou gravilha tem de dimensão entre 15 a 30 mm. As britas usam-se, essencialmente, no betão armado para as coberturas, em vigas e pilares.

• Jorra

A jorra vulcânica ou “gravilha” é uma lava granulada e muito leve utilizada para a construção em Cabo Verde. É um dos ingredientes mais importantes da constituição do betão. A qualidade do betão é determinada pela sua resistência. Quanto maior for a resistência das gravilhas, maior será a resistência do betão. A jorra vulcânica utiliza-se na constituição de betões ligeiros, com menor necessidade de resistência, como por exemplo nos blocos para paredes. A jorra não deve ser usada para os elementos estruturais como vigas, pilares e lajes, que precisam de betões de maior resistência. Para esses casos usa-se a brita. A extracção da jorra deve ser cuidada para evitar acidentes e desequilíbrios de ordem ambiental.

• Terra

Quase todos os tipos de terra servem para a construção de paredes, seja por meio de blocos – adobe – ou por meio de taipas – uma espécie de caixa de madeira e barrotes sem fundo nem tampa, preenchida com terra, que se emprega para encher paredes. O adobe é um tijolo de barro sem cozer. Como as terras são

mais ou menos argilosas e diferentes de zona para zona, é necessário ensaiá-las para as melhorar antes de as usar. A uma terra que é pobre, junta-se uma mais rica, ou seja, com mais argila e a uma mais pegajosa, que é demasiado rica em argila, adiciona-se areia. A terra deve estar isenta de cascalho. As paredes de adobe são bastante resistentes e fazem-se desde há milhares de anos, em todo o mundo. Existem países que nem sequer têm pedra e o recurso natural para construir muros é a terra. Ainda hoje se podem apreciar construções de adobe com centenas de anos. Em Cabo Verde, esta técnica de fazer paredes também já foi utilizada. A primeira padaria da família Matos em São Vicente foi construída em adobe.

• Argila

A argila é barro. É uma terra limpa com partículas muito finas, quase sem areia. Os produtos de argila, depois de cozidos, são chamados produtos de cerâmica ou materiais cerâmicos. Nas ilhas onde a argila é de boa qualidade e há disponibilidade de combustível – lenha, gás, óleo queimado – pode ser fomentada a criação de pequenas unidades familiares de produção de materiais cerâmicos para a construção.

• Pozolana

Há mais de dois mil anos os romanos descobriram as grandes propriedades da pozolana. A pozolana é um tufo vulcânico muito leve; é um material excepcional para a construção e encontra-se com abundância na ilha de Santo Antão. As pozolanas foram utilizadas



em grandes obras do Império Romano. A sua utilização consta nos textos de Vitruvius, do século I a.C. Os romanos descobriram as capacidades ligantes das argamassas pozolánicas, utilizando-as na cúpula do Panteão de Roma e em outras grandes obras do Império. A pozolana contém grande quantidade de sílica e quando é finamente moída e misturada com cal ou cimento produz um cimento de grande qualidade. É também um material muito leve e constitui um excelente isolamento térmico. O aproveitamento das jazidas de pozolana permitiria evitar o uso de muitos materiais importados. Cabo Verde possui esta grande riqueza geológica em abundância e continua a importar cimentos de má qualidade e a preços elevados.

{ FIG. 2.3 } Jazidas de pozolana na ilha de Santo Antão.



A pozolana quando é moída de forma fina e misturada com cal ou cimento Portland dá um cimento com excepcionais propriedades hidráulicas e com vantagens na construção de habitações, cisternas e levadas. A pozolana é também um isolante térmico e acústico de grande eficiência. As paredes construídas com este material são mais frescas do que as construídas com blocos de cimento, tornando a temperatura da habitação mais amena. Há alguns anos atrás, a pozolana foi o material de grandes obras em Cabo Verde: o cais do Porto Grande em Mindelo, o de Porto Novo e o da Praia. Recentemente, foi utilizada nas construções hidráulicas em Santo Antão e em edifícios em São Vicente, como o “Lar Nhô Djunga”. Uma mistura na proporção de 1 parte de cal ou de cimento Portland para 3-5 partes de pozolana bem moída resulta num cimento que pode ter várias aplicações em obra, especialmente em paredes. A seguinte mistura pode ser aplicada para blocos:

Cimento – 1 parte; pozolana – 3 partes; areia – 8 partes; jorra – 20 partes. Os blocos feitos com pozolana devem ser regados pelo menos durante 20 dias. A água do mar pode ser utilizada no fabrico de elementos de pozolana. A reacção do sal com a pozolana é positiva e reforça a resistência do material.

{ FIG. 2.4 } Produção de blocos de pozolana na ilha de Santo Antão.





Em Santo Antão existem depósitos de pozolana granulada ou pedra-pomes, que se designam “o gravilhão de pozolana”. Esta pozolana é de várias granulometrias e pode ser utilizada para o fabrico de betões leves, de grande resistência. Os blocos fabricados com o gravilhão fino e médio – “pedra-pomes” – são muito leves, resistentes e isoladores térmicos e acústicos. O material também é excelente para o fabrico de argamassas acústicas. Relativamente à extracção de pozolana, a exploração das jazidas deve ser feita em patamar e não em profundidade. Por ser uma rocha não consolidada, as partes mais altas podem desmoronar, com facilidade, impondo medidas rígidas de segurança no trabalho. É necessário extrair com moderação para assegurar a preservação ambiental da região onde existem estas formações.

• Madeira

A madeira é um material pouco viável em Cabo Verde, por ser muito dispendioso e geralmente importado. As madeiras mais utilizadas são o mogno, o bissilon, a casquinha para as portas, janelas e coberturas e o pinho para as cofragens.

• Palha

A palha é um material tradicional ainda hoje utilizado nas regiões agrícolas de algumas ilhas, para cobertura das casas. Já não é tão comum na habitação principal, mas quando é bem tratado constitui um excelente material de isolamento

térmico para as coberturas das habitações. Actualmente, a palha mais utilizada em Cabo Verde é a de folha de cana-de-açúcar.

• Sisal

O sisal é uma planta fibrosa que se encontra nas regiões altas e húmidas do país. Ainda há poucas dezenas de anos, exportava-se a fibra produzida em algumas ilhas. A fibra do sisal é utilizada na construção de telhas, placas de revestimento e abobadilhas. As telhas ou outros elementos fabricados com uma argamassa armada de sisal, para além de serem económicas e de fácil fabrico artesanal, são uma alternativa às telhas de fibrocimento importadas. Estas telhas importadas possuem amianto na sua composição, uma matéria cancerígena, sendo interdito o seu fabrico. O “carrapato” é uma espécie da família do sisal. As suas folhas fibrosas são maiores do que as folhas de sisal e as fibras que dele se extraem são mais frágeis, mas ambas servem para produzir telhas.

• Cariço

A cana de cariço tem várias aplicações na construção. Ainda hoje se utiliza nas ilhas agrícolas para fazer tectos falsos e celeiros. A cana é espalmada, tecendo-se depois um entrançado que se chama esteirado, com que se podem fabricar ainda outros elementos, como divisórias leves e janelas. Esse tipo de usos já não é muito corrente pela escassez do cariço e pelo gradual desaparecimento de artesãos que fabricam esses materiais. Todavia, o ca-



riço pode ser reabilitado e ser usado como entrançado para dar resistência a placas de betão ou vigotas simples, ou na construção de paredes de construção leve e com custos muito reduzidos.

2.2 Materiais compostos

• Tijolo ou ladrilho

Embora tenha havido na ilha da Boavista, no início do século XX, uma produção industrial de tijolos, não há essa tradição em Cabo Verde. Contudo, em regiões com terras argilosas, vale a pena fabricar artesanalmente esse tipo de material que tem várias aplicações em obra. O problema que se põe, mesmo quando há argila no local, é o combustível. Mas é sempre possível encontrar uma solução para a queima dos ladrilhos. O tijolo é um adobe cozido. A técnica de preparação do barro e o seu fabrico são os mesmos, obedecendo a idênticos cuidados que a secagem. Também se devem molhar os moldes de madeira antes de os encher. A cozedura dos tijolos ou ladrilhos é feita em fornos a lenha, ou com outro combustível com gás, ou ainda óleo queimado. Em Santo Antão, foi improvisado um forno a lenha numa gruta de pozolana, na qual se adaptou uma chaminé.

• Terra-cimento

A terra-cimento ou solo-cimento tem grandes vantagens económicas e construtivas. Utiliza-se uma mis-

tura de cimento e terra que pode ser constituída por 1 parte de cimento e 7–16 partes de terra. A sua aplicação em paredes ou lajes não apresenta quaisquer desvantagens em relação ao bloco de cimento.

• Cal

A cal utiliza-se para fazer argamassas de assentamento. Até à introdução do cimento no final do século XIX, a argamassa de cal foi o principal material para assentar paredes ou para rebocos. Antigamente, a cal era produzida em Cabo Verde, especialmente na ilha da Boavista. A cal fabrica-se com a pedra de cal calcinada. A pedra de cal é branca e encontra-se em algumas ilhas. Os cacos de búzios que os pescadores deixam junto às praias, quando são calcinados, resultam numa boa cal.

{ FIG. 2.5 (1) }



• Gesso

O sulfato de cal hidratado, que aparece sob forma de pedra ou areia, quando é desidratado dá origem ao gesso. No Egito, o gesso foi o aglomerado usado na construção das pirâmides. Na ilha do Maio, o gesso aparece sob a forma de areia. Este material é de muito fácil fabrico e utiliza-se essencialmente para acabamento de paredes e de tectos.



• Cimento

É um aglomerante ou ligante mineral em pó, à base de calcário e de argila. Por ser um ligante hidráulico, o cimento endurece sob a acção da água, tal como o gesso e a cal hidráulica. O cimento industrial é conhecido como Portland por ter sido descoberto numa região com esse nome em Inglaterra. O cimento revolucionou a construção desde a 1ª Guerra Mundial, respondendo aos imperativos de reconstruir rapidamente as cidades dilaceradas pela guerra. O cimento é obtido pela calcinação de pedras calcárias e argilas em diferentes proporções. A composição do cimento é variável, segundo as aplicações a que se destina. Na sua composição entra, muitas vezes, uma percentagem de pozolana ou aditivos pozolânicos para melhorar o seu comportamento à água, passando a designar-se cimento pozolânico.

{ FIG. 2.5 } Exemplos de aplicação do cimento: 1 – estrutura em betão; 2 – blocos maciços (conferem maior inércia térmica); 3 – blocos perfurados (com caixa de ar para isolamento).

{ FIG. 2.6 } Estaleiro da comunidade de Lajedos em Santo Antão.



{ capítulo 3 }

Água



Actualmente uma em cada seis pessoas no mundo não tem acesso a água potável, e África é o continente mais afectado. Os problemas ligados à água estão intimamente conectados com a saúde. Muitas vezes, a água aparece contaminada por bactérias originárias de matérias orgânicas de diversas origens: resíduos humanos, resíduos animais e lixos industriais, provocando cólera, disenteria, febre tifóide, esquistossomose, ancilostomíase e tracoma. A água contaminada das principais causas de morte no mundo. A escassez de água potável é um problema enfrentado em África, mas que se agrava a um ritmo galopante em todo o Mundo. Por isso, actualmente, a investigação nesta área é prioritária, e a implementação de medidas nos países africanos, poderá constituir um potencial modelo para o ocidente, num futuro próximo.

Brian Edwards (2008) refere-se à água como “o petróleo do futuro”. A resolução de problemas de sustentabilidade em Cabo Verde deve privilegiar as questões ligadas a este bem essencial e ao saneamento. É necessário criar redes de abastecimento

de água não contaminada; incrementar equipamentos sanitários apropriados e a colecta e tratamento de águas residuais e esgoto, contribuindo para a saúde da população.

Em Cabo Verde existem muitas regiões cujo único recurso de abastecimento é de nascentes, que se situam a grandes distâncias de aglomerados habitacionais e em locais de difícil acesso. Há muitas situações de crianças e adolescentes que despendem parte do seu tempo a procurar e transportar água para as suas famílias. Este problema contribui para o abandono ou insucesso escolares e conseqüentemente alimenta a pobreza. Muitas famílias gastam grande parte do seu rendimento em água potável engarrafada, que tem custos muito mais elevados do que nos países desenvolvidos. Em Cabo Verde, a chuva quando cai causa enormes prejuízos, em muitos casos com o arrastamento de terras aráveis para o mar. O país não possui sistemas de retenção para aproveitar estas águas. A dessalinização da água do mar é um dos recursos explorados em algumas ilhas que se abastecem exclusivamente deste sistema.



Há localidades abastecidas por lençóis aquíferos subterrâneos e outras por nascentes, através de cisternas municipais. Um recurso com potencial em zonas de altitude, mas que ainda não é explorado convenientemente é o da captação da água, através da condensação de nuvens baixas.

3.1 Métodos de captação

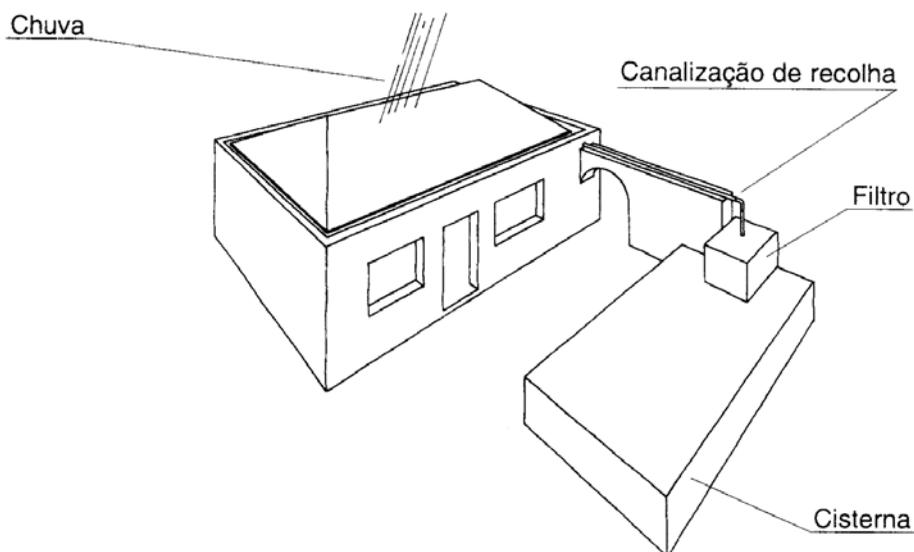
• Captação da água da chuva

Em algumas zonas rurais ainda se constrói por cada habitação a respectiva cisterna para recolha da água da chuva. Nas ilhas do Fogo e da Brava, grandes cisternas para o abastecimento público ou de proprieda-

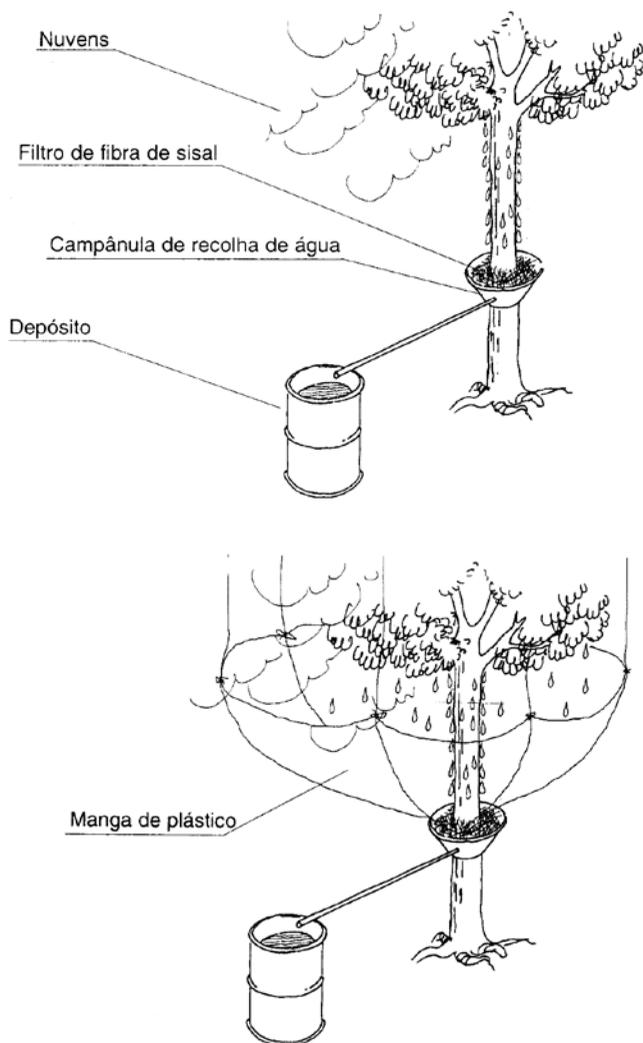
des agrícolas ainda provam como os antigos construtores tinham em conta a escassez de água potável e a importância de a armazenar. Nas regiões onde não existem sistemas de abastecimento regular de água, recomenda-se a construção de cisternas domésticas para o armazenamento da água na época das chuvas.

• Captação da água das nuvens

Para as famílias que vivem em zonas de altitude onde se podem recolher grandes quantidades de água por condensação das nuvens, é possível instalar um sistema de recolha adaptado às suas necessidades. Nessas zonas, podem-se obter quantidades significativas de água durante alguns meses e armazená-la em cisternas para usar em tempo seco.



{ FIG. 3.1 } Cisterna doméstica de recolha da água da chuva.

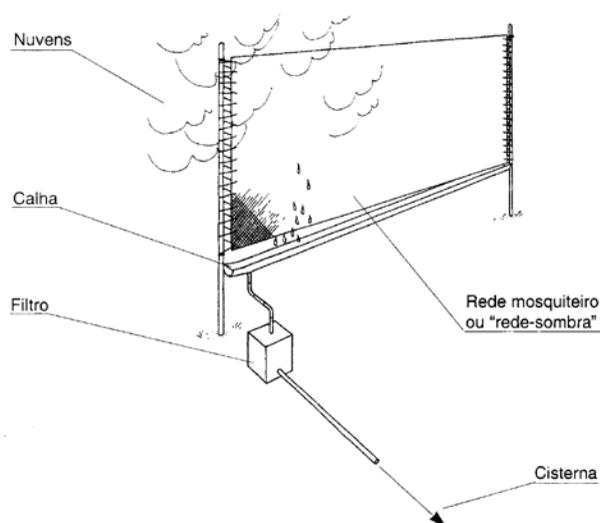


{ FIG. 3.2 } Sistema de recolha da água das nuvens.

O primeiro esquema corresponde ao sistema simples, que rende cerca de 60 litros por hora por cada copa de um pinheiro médio. A captação pode ser melhorada se a água for canalizada por uma campânula, através de oleados ou mangas de plástico. Desta forma, as gotas de água não são canalizadas para o tronco.

• Captação por condensação

Um sistema de captação mais elaborado consiste na instalação de superfícies de redes – mosquiteiro ou “rede sombra” que se usa na agricultura – montadas na vertical de forma a provocar a condensação pelo impacto das nuvens. A água é recolhida por um canal montado em toda a extensão da rede e canalizada para uma cisterna, depois de passar por um filtro.

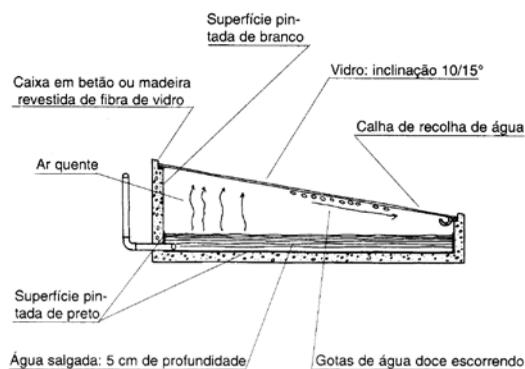


{ FIG. 3.3 } Sistema de recolha da água através de redes.



• Sistema de água doce por evaporação solar da água do mar

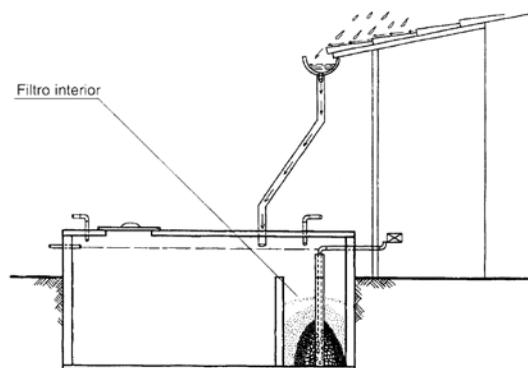
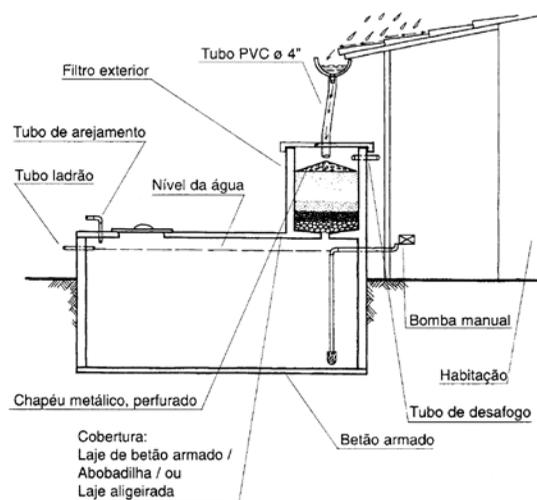
Da água do mar ou a partir de águas salobras podemos ter água doce por evaporação solar. A produção de água por metro quadrado pode ir de 4 a 6 litros por dia. O processo consiste em fazer evaporar a água dentro de um recipiente fechado (evaporador ou destilador solar), cuja tampa é um vidro inclinado. O vapor de água em contacto com o vidro condensa e a água purificada é recolhida. O evaporador deve ser orientado a Sul e em lugar acessível para facilitar a limpeza.



{ FIG. 3.4 } Sistema de captação da água do mar – vista lateral e perspectiva de um destilador solar.

• Captação e conservação da água da chuva

Um dos principais problemas para a sobrevivência e melhoria da qualidade de vida das populações rurais é a escassez ou a falta de água potável para o consumo humano. Um bom sistema de armazenamento de água consiste numa cisterna equipada com um filtro que recolhe e conserva a água da chuva canalizada da cobertura da habitação.



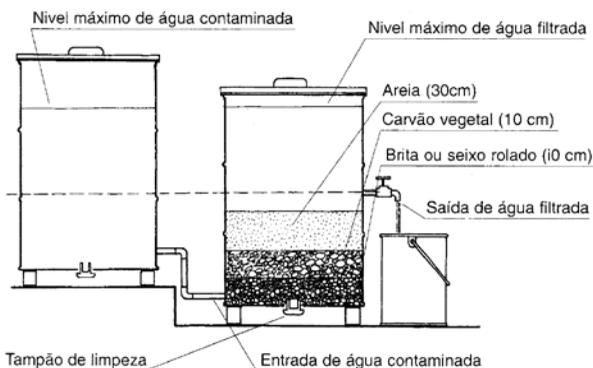
{ FIG. 3.5 } Sistema de filtração da água da chuva.

3.2 Métodos de potabilização

Métodos físicos:

• Filtração

A água de qualidade duvidosa deve ser filtrada. Embora a filtração ajude a eliminar as bactérias, não é suficiente para garantir a potabilização da água. Um sistema de um filtro de areia e cascalho de construção simples com um bidão de 200 litros pode ser uma boa solução para o meio rural.



{ FIG. 3.6 } Sistema de filtração com um bidão com filtro de areia e cascalho.

• Ebulição

A ebulição é o melhor método para destruir os microrganismos patogénicos que se encontram na água. Para que este método seja efectivo é necessário que a água seja fervida.

Método químico:

Existem vários métodos químicos para o tratamento da água, mas o cloro é sem dúvida o elemento mais importante para a desinfecção da água. A lixívia é de fácil controlo, económica e eficiente. Deve-se filtrar a água previamente antes de juntar a lixívia que deve ficar em repouso durante cerca de 20 minutos antes de ser usada. Para cada litro de água é necessário juntar duas gotas de lixívia.

3.3 Abastecimento

Os custos de um sistema de abastecimento de água às comunidades são muito mais baixos relativamente aos custos que uma família dispensa em tempo e esforço para o seu auto-abastecimento. Neste caso, os perigos de contaminação da água são mais evidentes. A importância social de um sistema de abastecimento domiciliário de água é indiscutível, justificando-se todos os esforços para o realizar. A longo prazo, é o sistema mais barato de obter água potável, uma vez que proporciona: melhores condições para a saúde; maior poupança e conseqüentemente maior riqueza; um meio ambiente mais saudável. O aproveitamento adequado dos sistemas de abastecimento de água consiste em evitar desperdícios ou fugas de água, que nunca se justificam, especialmente num país onde os recursos são escassos.

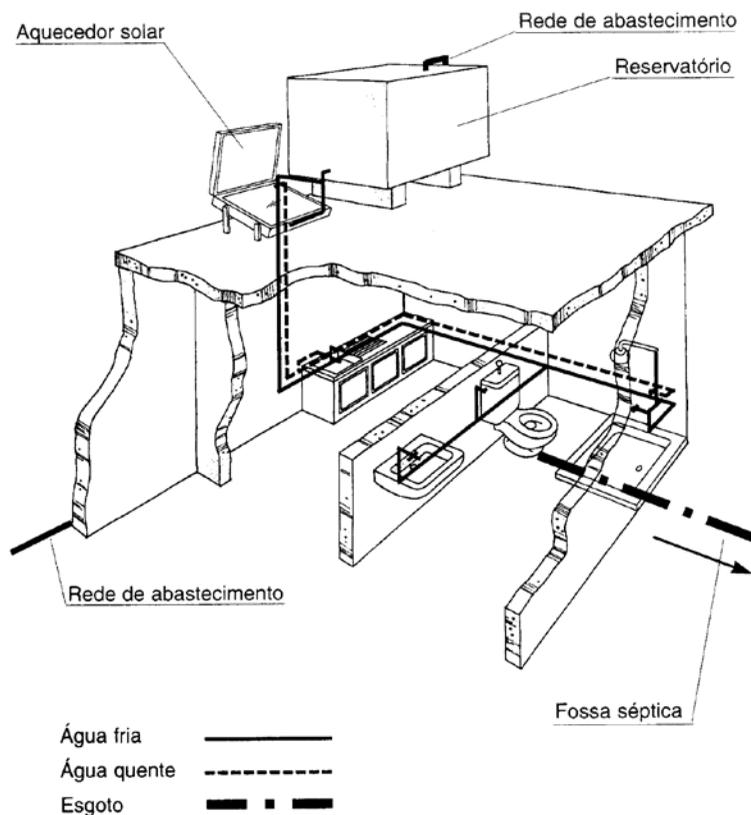


3.4 Instalação

O princípio de distribuição de água corrente numa habitação aplica-se tanto no meio rural como no meio urbano. Estas instalações, que se designam instalações sanitárias, consistem em tubos de distribuição de água aos equipamentos sanitários e seus acessórios e na evacuação das águas negras. A existência de um sistema de abastecimento de água exige a presença de um sistema de evacuação de águas negras.



{ FIG. 3.8 } Central de dessalinização da água do mar, na ilha do Sal.



{ FIG. 3.7 } Sistema de abastecimento de água numa habitação.



{ FIG. 3.9 } Casas em construção na ilha de Santo Antão, com preparação da cobertura para recolha da água das chuvas.



{ FIG. 3.10 } Barragem mini-hídrica na ilha de Santiago, para abastecimento de água às populações e produção de energia eléctrica.

{ capítulo 4 }

Energia



4.1 Poupança de energia

Considerando o impacto negativo do uso de combustíveis fósseis no meio ambiente (aquecimento global e poluição atmosférica), e a crescente diminuição de reservas destes combustíveis (como o petróleo) a nível global, é urgente a promoção do uso de energias alternativas, renováveis, bem como a racionalização do consumo, evitando gastos desnecessários.

A prática de uma arquitectura bioclimática, referida no capítulo 1, é o primeiro passo para uma redução significativa do consumo energético em edifícios.

A nível dos utilizadores, a poupança de energia deve ser iniciada com pequenos gestos quotidianos, que não têm implicações ao nível do conforto de quem usufrui dos espaços interiores do edifício. A economia energética implica uma mudança de hábitos. A utilização racional dos electrodo-

mésticos, para não ser desperdiçada energia, é a primeira regra de poupança – utilizar a máquina de lavar a roupa com o máximo de roupa possível, manter sempre fechada a porta do frigorífico e apagar as luzes dos compartimentos quando estes estão desocupados, são alguns exemplos de medidas básicas. A selecção de lâmpadas de baixo consumo e a escolha de electrodomésticos com classe de eficiência A, A+ ou A++ são outras duas estratégias facilmente alcançáveis.

4.2 Sistemas activos de energia renovável

Em Cabo Verde, o sol e o vento são as duas fontes de energia renovável de que se pode tirar mais partido. O movimento das ondas do mar e as diferenças térmicas do oceano são outras fontes de energia para explorar.



4.2.1 Energia solar térmica

Os painéis solares térmicos aproveitam a energia solar para aquecimento da água. Esta tecnologia tem custos irrisórios comparativamente aos gastos com electricidade em aquecimento de água. Os colectores de aquecimento solar devem ser instalados nas coberturas dos edifícios, orientados a Sul e com 30° de inclinação. A sua instalação está dependente da localização do depósito de água fria.

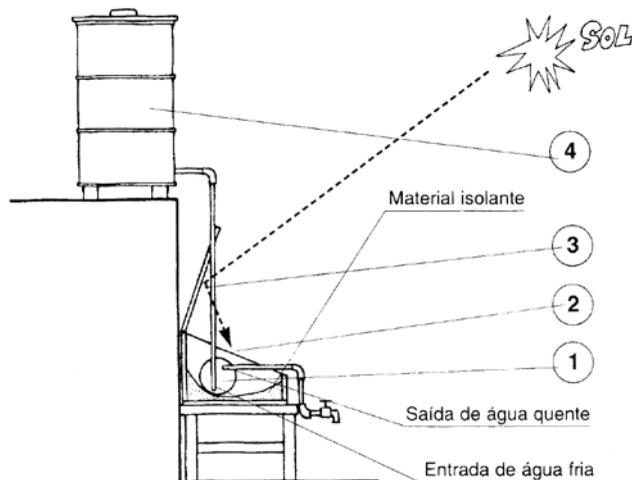
Processo de auto-construção de um sistema com depósito para aquecimento de água

Um sistema para aquecimento de água para uso corrente numa habitação pode ser construído com meios acessíveis.

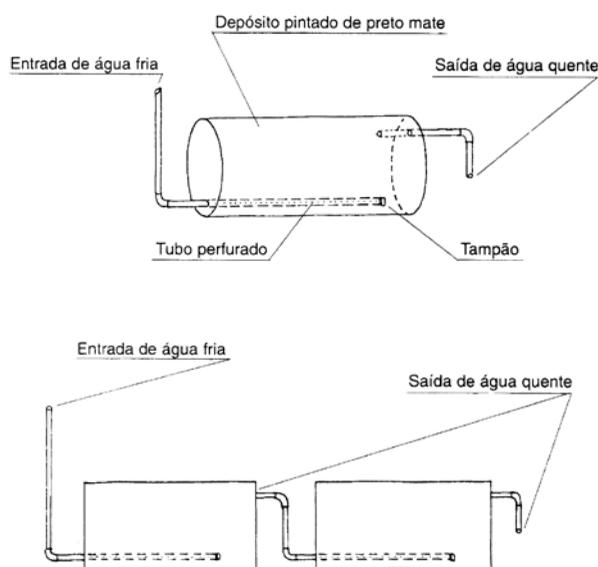
Elementos necessários:

- { 1 } Um depósito de 40–60 litros pintado de preto para absorver uma maior quantidade de calor;
- { 2 } Uma caixa isoladora pintada de branco e com tampo de vidro para isolar o ar quente;
- { 3 } Uma tampa isoladora e reflectora pintada de branco para melhorar a incidência do sol. À noite serve para cobrir a caixa e conservar o calor ganho durante o dia.
- { 4 } Um depósito de água fria.

Para se rentabilizar este sistema e aumentar a quantidade de água quente, devemos instalar vários tanques pequenos ligados entre si, em vez de um só.



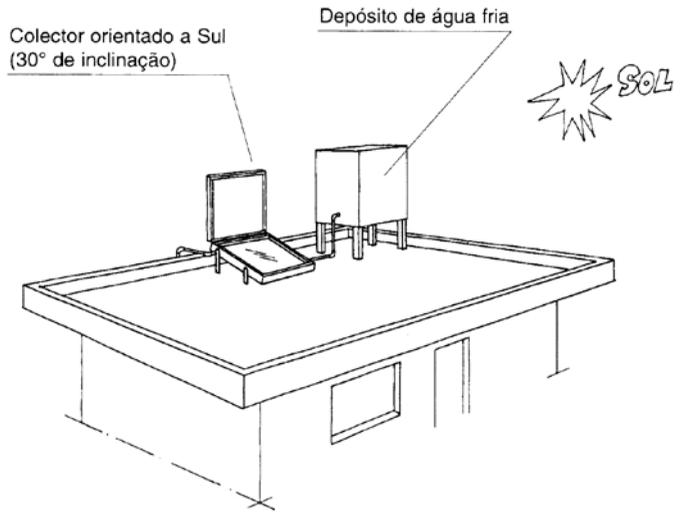
{ FIG. 4.1 } Sistema com depósito para aquecimento de água.



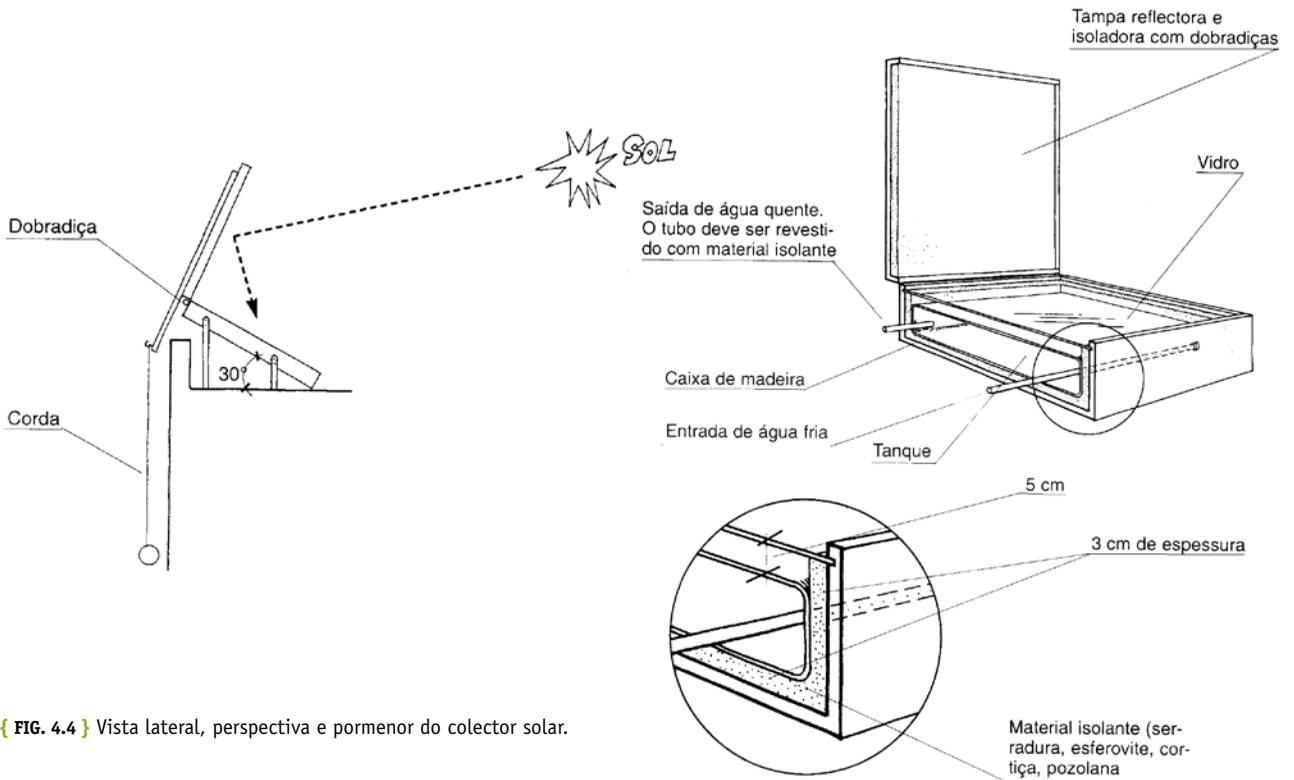
{ FIG. 4.2 } Depósito de água isolado e ligação de vários depósitos.

Processo de auto-construção de um colectador solar

Um depósito de gasolina de um carro velho pode ser convertido num colectador solar. Este pode ser ligado à rede de água ou abastecido por um depósito. O colectador deve estar orientado a Sul, para captar mais radiações solares, com cerca de 30 graus de inclinação e próximo do tanque de água. A tampa reflectora e isoladora deve funcionar com dobradiças e ter um dispositivo que permita tapar a caixa à distância, sem necessidade de subir ao telhado. Esta caixa deve fechar muito bem para evitar que se perca o calor durante a noite. O colectador pode estar conectado à rede de água ou então ser abastecido por um depósito.



{ FIG. 4.3 } Localização do colectador solar na cobertura do edifício.

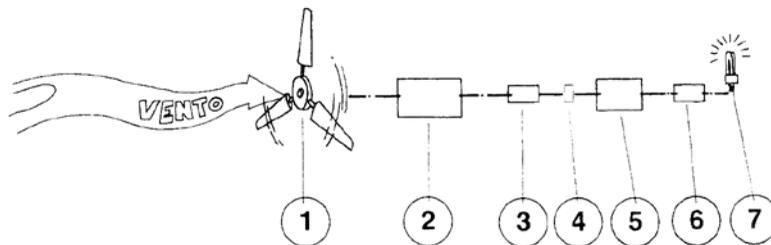
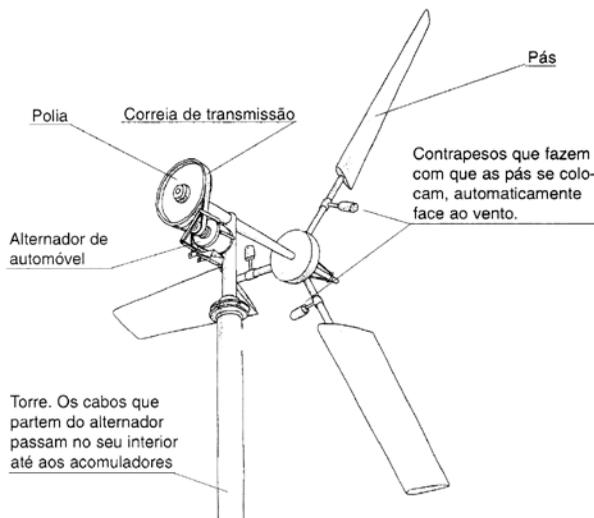


{ FIG. 4.4 } Vista lateral, perspectiva e pormenor do colectador solar.



4.2.2 Energia eólica

O aproveitamento da energia do vento é tradicionalmente feito em algumas ilhas cabo-verdianas para a bombagem de água dos poços e a produção de electricidade. A electricidade obtida através dos geradores pode ser conectada a uma rede de distribuição e utilizada posteriormente em caso de ausência de ventos. A energia eólica é uma mais-valia em ilhas onde não há combustíveis fósseis.



1. Pás
2. Alternador
3. Regulador de tensão
4. Disjuntor
5. Bateria
6. Conversor para 220 V
7. Lâmpada

Processo de auto-construção de aerogeradores

É possível construir um aerogerador com capacidade de produção até 750 watts com a reciclagem de materiais.

Elementos necessários:

- { 1 } Um alternador de automóvel;
- { 2 } Pedacos de madeira ou fibra de vidro para pás;
- { 3 } Tubos.

No processo de produção de energia eólica, a energia fornecida pelo aeródinamo – alternador – é acumulada em baterias a partir das quais se faz a distribuição. Entre o alternador e as baterias é necessário instalar um regulador de tensão e um disjuntor para evitar os dias excepcionais a nível de consumo. Por isso, é necessário instalar baterias de reserva que guardam uma grande quantidade de energia para essas eventualidades.

{ FIG. 4.5 } Elementos para a auto-construção de um aerogerador.

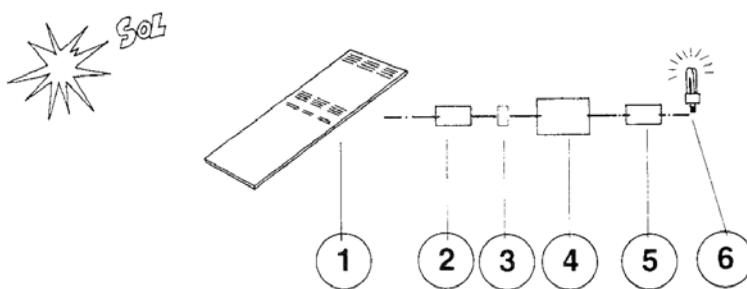
4.2.3 Energia fotovoltaica

A energia fotovoltaica consiste na conversão da radiação solar em energia eléctrica, através de células solares. Os painéis fotovoltaicos não produzem ruídos ou resíduos, excepto no final da sua vida útil. A tecnologia fotovoltaica e solar passiva formam um sistema ideal. Em Cabo Verde há fortes radiações solares durante todo o ano, por isso uma habitação com este sistema é auto-suficiente na produção de energia eléctrica. Os painéis fotovoltaicos são incorporados normalmente na cobertura do edifício ou nas fachadas, mas também há telhas com células fotovoltaicas incorporadas. Os painéis fotovoltaicos contribuem para uma imagem “high-tech” dos edifícios, o que os torna sedutores para os arquitectos contemporâneos. Faltam incentivos fiscais do Governo para promoverem o incremento da sua aplicação.

4.2.4 Biogás ou gás metano

O lixo que é produzido pelo homem e despejado no meio ambiente, libertando gases tóxicos, pode ser “purificado” e aproveitado, através da eliminação da sua toxicidade e transformação em energia – o gás metano. O sistema de produção de biogás está associado à reciclagem de resíduos orgânicos ou outros produzidos diariamente.

O gás metano resulta da fermentação anaeróbica de resíduos orgânicos, com ausência de oxigénio, para provocar o apodrecimento da matéria orgânica. O biogás não é tóxico, podendo ser utilizado com segurança. As lamas resultantes do processo de produção, ricas em azoto, podem ser utilizadas como adubo. A produção de gás metano é uma alternativa ao consumo de lenha em Cabo Verde, onde a madeira é praticamente toda importada.



1. Painel solar (painel de células solares)
2. Regulador de tensão
3. Disjuntor
4. Bateria
5. Conversor para 220 V
6. Lâmpada

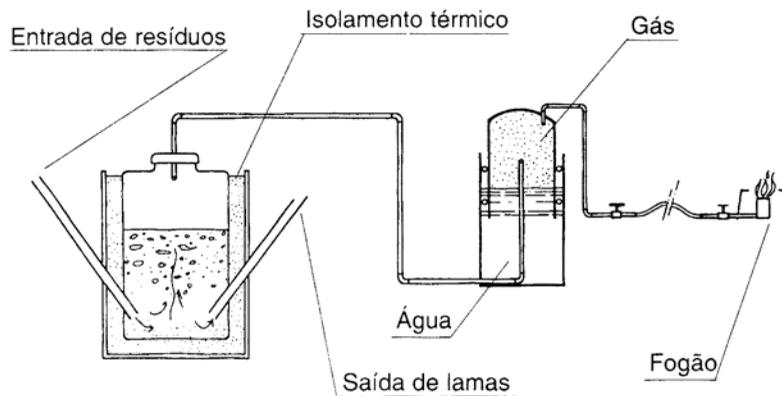
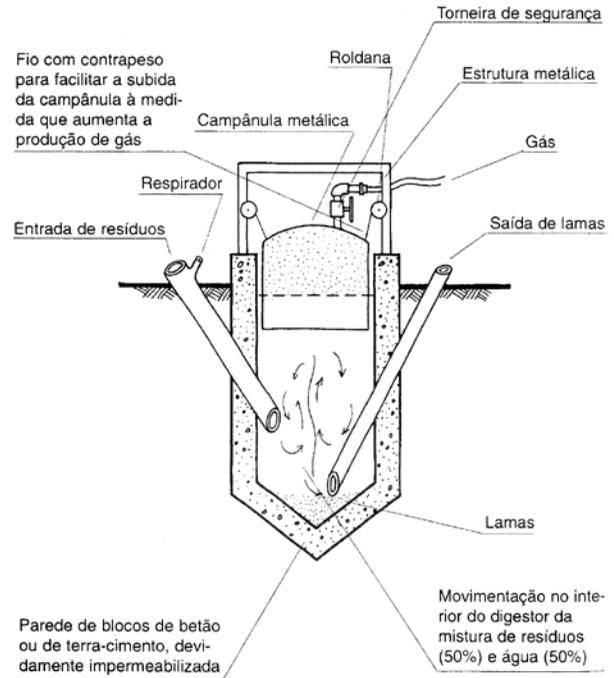
{ FIG. 4.6 } Elementos para a auto-construção de um painel fotovoltaico.



Processo de auto-construção de pequenas unidades de produção de biogás

O método mais simples para a construção de uma pequena unidade de produção de biogás exige apenas um tanque, que é utilizado tanto para a fermentação, como para a recolha de gás. Os sistemas mais elaborados articulam dois tanques – um para o digestor e outro para a recolha de gás.

Em ambos os casos, os disjuntores quando não são subterrâneos exigem um isolamento térmico, para que a temperatura dos resíduos no seu interior, que deve ser de 35°, seja constante. Os resíduos devem ser misturados com água, antes de serem vazados para o tanque. A mistura pode ter 50% de água e 50% de resíduos.



{ FIG. 4.7 } Elementos para a auto-construção de pequenas unidades de produção de biogás.



{ FIG. 4.8 } Painel solar térmico na cobertura de uma habitação, para aquecimento de águas, na ilha de Santiago.



{ FIG. 4.10 } Paineis fotovoltaicos para produção de electricidade.



{ FIG. 4.9 } Uso de um antigo sistema de energia eólica no espaço rural.

{ capítulo 5 }

Saneamento



Há uma interdependência entre as condições económicas das pessoas, os seus hábitos de higiene e a salubridade dos ambientes que habitam. Ao sistema de conexão recíproca entre estes três elementos é associado um outro no contexto de Cabo Verde: a água. A escassez de água em Cabo Verde e a falta de iniciativa para recorrer a sistemas de captação de água agrava a falta de condições de higiene das habitações.

Uma grande parte da população cabo-verdiana vive em ambientes rurais ou periferias, onde as instalações sanitárias e as infra-estruturas de saneamento são escassas.

Os aglomerados familiares são, na maior parte dos casos, numerosos e, muitas vezes, as habitações comportam não só as famílias, mas também os animais que estas possuem. A vivência em condições de higiene precárias provoca doenças, como a febre tifóide, e agrava ainda mais o estado económico destas famílias.

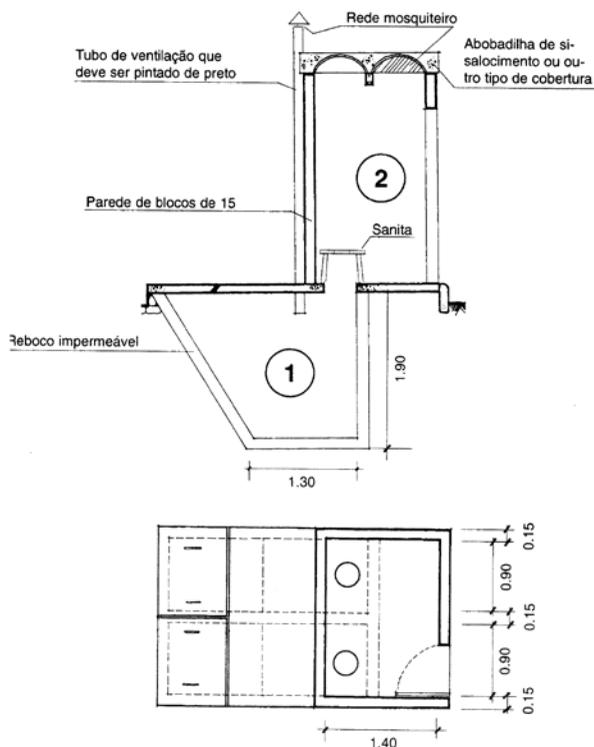
Os resíduos são fontes de contaminação do ambiente natural e como tal devem ser confinados e eliminados, para evitar focos de infecção.

Uma resposta eficaz e económica, em Cabo Verde para o isolamento e tratamento dos resíduos orgânicos é o recurso a latrinas secas.

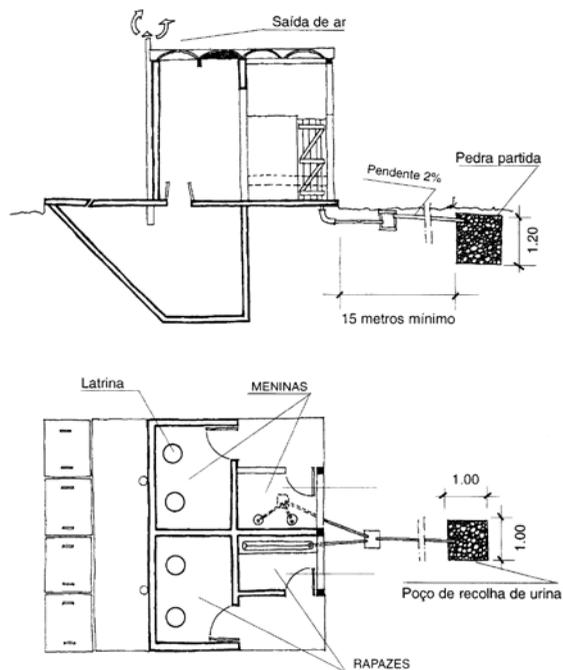
5.1 Latrina seca

As experiências feitas com latrinas secas têm tido resultados muito positivos. A latrina seca, de forma económica, resolve o problema do isolamento e da eliminação das fezes humanas.

Este sistema é de fácil manutenção e especialmente indicado para habitações e escolas em zonas rurais ou de periferia sem uma rede de abastecimento de água. A utilização de materiais locais torna esta solução mais sustentável.



{ FIG. 5.1 } Auto-construção de uma latrina seca.



{ FIG. 5.2 } Auto-construção de uma latrina seca com tanque duplo.

Processo de auto-construção da latrina seca com tanque duplo

2 Estruturas

Sub-estrutura: a parte da construção abaixo do nível do terreno ou a sub-estrutura da latrina, que também chamamos de tanque, fosso ou fossa, deve ser: rectangular com 1.30mx0.90m (medidas para cada tanque) e a altura recomendada é de 1.80m.

A fossa deve ser revestida com blocos e rebocada para impermeabilização.

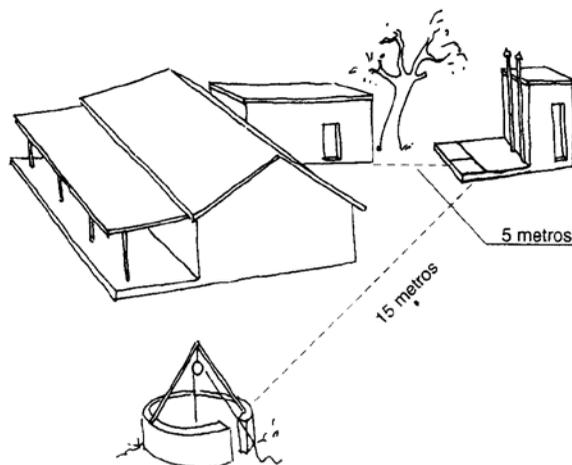
Sobre-estrutura: O abrigo deve conter uma porta

para protecção das condições climatéricas adversas, um sistema de ventilação e uma sanita.

O tempo de utilização de um poço para uma família de seis pessoas, segundo as experiências já desenvolvidas, pode ser de cinco a seis anos.

No entanto, independentemente deste tempo que é meramente indicativo, logo que o nível das matérias fecais chegue a cerca de 50 cm, deve-se cobrir o fosso com terra, tapar o buraco e criar um novo tanque. A transferência do tanque, deverá ser feito no interior da casinha ou abrigo que, para este caso, terá dimensões apropriadas.

{ FIG. 5.3 } Localização da latrina seca.



Esta latrina pode ser geminada e ampliada, para utilização numa escola.

A localização da latrina deverá ter em conta as seguintes condicionantes:

- } A distância mínima entre a latrina e a casa deverá permitir uma orientação voltada a sul, de modo a haver uma maior incidência do sol sobre a tampa dos tanques;
- } Em terrenos com pendentes, a latrina deve estar situada na parte mais baixa;
- } Quando há poços no terreno de implantação, a distância mínima deverá ser de 15 metros.

As regras de manutenção para o correcto funcionamento da latrina devem incluir as seguintes acções:

- } Proteger todas as entradas de ar com rede de mosquiteiro para evitar a entrada de moscas na latrina;
- } Não guardar nada dentro do abrigo e manter a porta sempre fechada;
- } Tapar o buraco quando este não está a ser utilizado;
- } Não deitar água ou outro líquido dentro do fosso, incluindo desinfectantes;
- } Deitar cinzas dentro do fosso.

5.2 Fossa séptica

A fossa séptica é um método eficaz e de baixo custo para a eliminação de resíduos orgânicos e de pequenas quantidades de águas negras em habitações unifamiliares ou de um conjunto de habitações, quando não existem sistemas de esgoto.

A instalação da fossa séptica numa habitação implica água corrente em quantidade suficiente para garantir o bom funcionamento do sistema.

Compartimentos

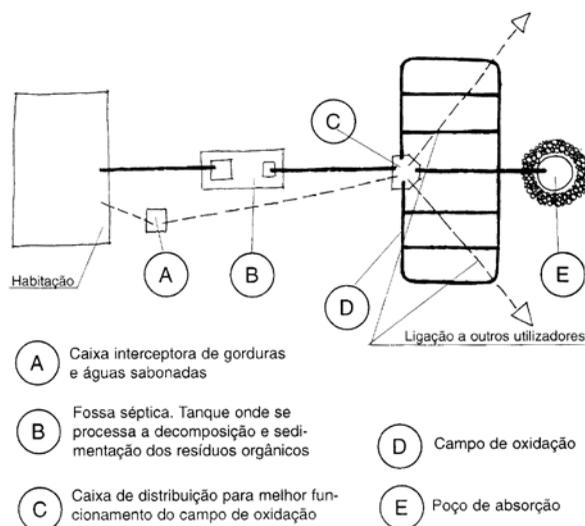
Tanque séptico: É um tanque impermeável, geralmente subterrâneo, construído segundo determinados requisitos, que mantendo as águas em repouso, provoca a sedimentação e a formação de natas. Com o tempo, o volume de natas e a sedimentação tendem a desaparecer deixando uma água entre as duas camadas pela acção de seres microscópicos que se desenvolvem no tanque.



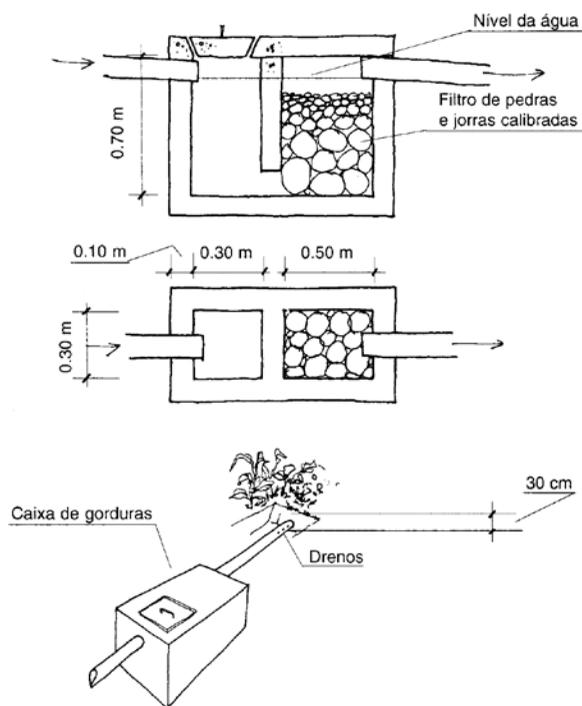
O ambiente interior tem de ser favorável ao desenvolvimento destes seres – sem oxigénio nem luz. Esses seres, que se chamam de anaeróbios, sobrevivem nos resíduos orgânicos, transformando-os em líquidos e em gases. Com essa transformação, as águas ficam de tal forma expostas ao ar, que rapidamente oxidam, tornando-se inofensivas pela acção de outras bactérias que precisam de oxigénio para sobreviver.

Campo de oxidação e poço de absorção: Instalação para oxidar o efluente, ou seja, as águas negras que saem do depósito séptico. O campo de oxidação consiste numa série de drenos instalados no subsolo de um terreno poroso e pelos quais se distribui o efluente, que oxida em contacto com o ar contido nos poros do terreno. O poço de absorção substitui o campo de oxidação, quando não se dispõe de terreno suficiente para a instalação articulada do campo de oxidação e do poço.

Caixa de separação de gorduras e sabão: Entre a habitação e a fossa séptica deve-se construir uma caixa para reter as gorduras das lavagens da cozinha. Esta caixa também recebe as águas dos banhos e da lavagem da roupa que poderão ser reaproveitadas para regar um jardim. Neste caso, este sistema intermédio deve ser montado sem ligação à fossa nem ao poço de absorção. A água sem gorduras passa pela caixa, que também funciona como filtro, e depois é conduzida para o jardim.



{ FIG. 5.4 } Esquema de instalação de uma fossa séptica.



{ FIG. 5.5 } Caixa de separação de gorduras e sabão.

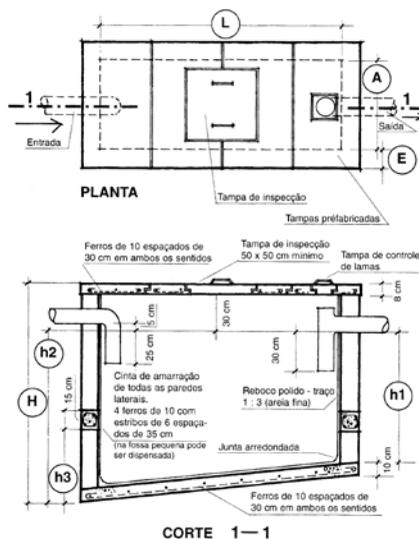
Pessoas servidas		Capacidade do tanque em litros
serviço doméstico	serviço escolar externo	
até 10	até 30	1.500
11 a 15	31 a 45	2.250
16 a 20	46 a 60	3.000
21 a 30	61 a 90	4.500
31 a 40	91 a 120	6.000
41 a 50	121 a 150	7.500

Tabela para o desenho das fossas sépticas:

Para se construir uma fossa, com as normas funcionais, de forma a evitar problemas, devemos seguir uma tabela que tem em conta os seguintes factores:

Para serviço doméstico: capacidade de 150 litros/pessoa/dia e um período de retenção de 24 horas.

Para escolas: no período de trabalho escolar a contabilização é feita com 8 horas de trabalho/dia/pessoa. Para se calcular a capacidade de uma fossa para uma escola estabelece-se a relação entre o período de retenção (24 horas) e o período de trabalho escolar (8 horas) e depois relaciona-se o resultado com a capacidade doméstica.

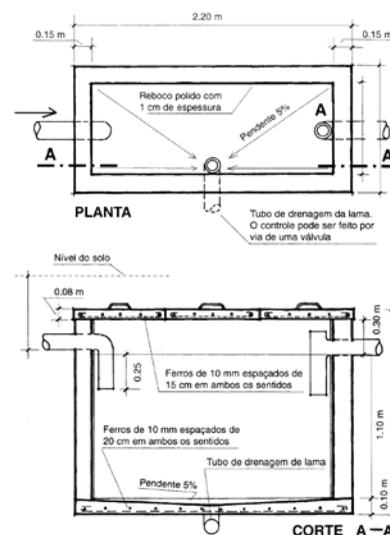


{ FIG. 5.7 } Fossa séptica-tipo.

Dimensões em metros						
L	A	h1	h2	h3	H	E
1.90	0.70	1.10	1.20	0.45	1.68	0.15
2.00	0.90	1.20	1.30	0.50	1.78	0.15
2.30	1.00	1.30	1.40	0.55	1.88	0.15
2.50	1.20	1.40	1.60	0.60	2.08	0.15
2.90	1.30	1.50	1.70	0.65	2.18	0.30
3.40	1.40	1.50	1.70	0.65	2.18	0.30

{ FIG. 5.6 } Tabela para o desenho das fossas sépticas.

Para exemplificar, apresentamos a seguinte situação: temos as dimensões de uma fossa de uso doméstico que serve 40 pessoas. Queremos saber quantas pessoas de uma escola uma fossa, com as mesmas características daquela que já foi executada, pode servir, se o período de funcionamento é de 8 horas. Dividimos o período de retenção – 24 – pelo período de trabalho – 8. O resultado é 3. Multiplicamos o resultado por 40 (capacidade da fossa). Então, concluímos que a fossa pode servir uma população escolar de 120 pessoas (3x40).



{ FIG. 5.8 } Fossa séptica rectangular para dez pessoas.

{ capítulo 6 }

Casos de Estudio

Os cinco casos de estudo apresentados localizam-se na ilha de Santo Antão. É descrita a comunidade de Lajedos, o seu Sítio Museológico e o restaurante Babilónia. São também referidas duas habitações unifamiliares, uma em Lajedos e outra localizada às portas de Porto Novo.

6.1 Comunidade de Lajedos

Lajedos é uma comunidade rural isolada, no interior da ilha de Santo Antão, com cerca de 900 habitantes. O Atelier Mar é uma ONG que trabalha com esta comunidade desde 1990 no planeamento e implementação de um projecto de desenvolvimento integrado – o “Projecto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos”. As componentes individuais do projecto têm focado a educação; o desenvolvimento de formas alternativas de emprego; a investigação e o desenvolvimento de materiais e tecnologias

de construção utilizando recursos naturais; a agricultura e o turismo solidário. Alguns dos residentes da comunidade possuem quartos para acolher turistas, sedimentando o turismo sustentável e solidário. Muitos edifícios, como as duas escolas, foram erguidos através de um processo de auto-construção, com a participação da comunidade.



{ FIG. 6.1 } Rua principal.



{ FIG. 6.2 } Escola primária e instalações sanitárias da escola.



Medidas de sustentabilidade e eficiência energética

- } Construção de espaços públicos revestidos com ladrilhos produzidos no estaleiro da comunidade.
- } Construção de um núcleo museológico, uma loja e um bar.
- } Existência de fornos e de um estaleiro para produção local de blocos de materiais autóctones, afirmando a autonomia de materiais para construção e a não dependência de importações.
- } Integração de painéis solares com capacidade para abastecer vários edifícios da comunidade.



{ FIG. 6.4 } Instalações do bar e vista do painel solar.



{ FIG. 6.3 } Praceta e espaço de venda de produtos locais.

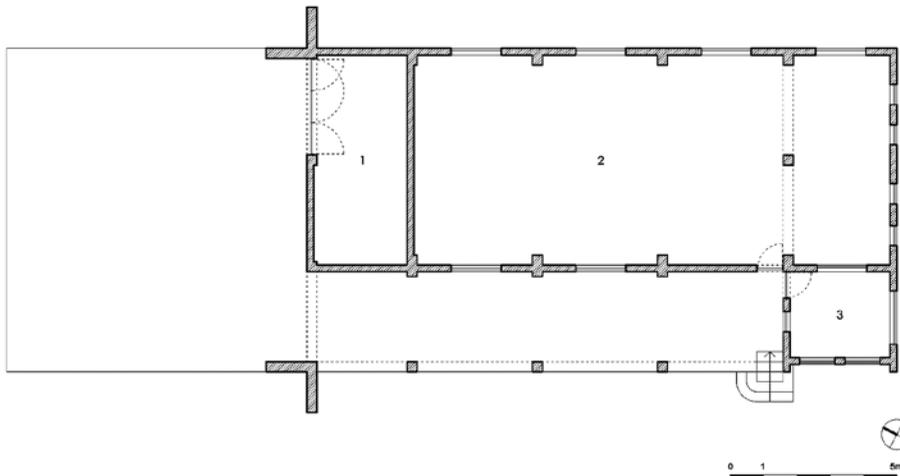


6.2 Sítio Museológico de Lajedos

A criação do Sítio Museológico faz parte de uma estratégia alargada do Atelier Mar de promover o turismo local e regional, com ênfase cultural. O Sítio Museológico está integrado numa crescente rede de intervenções comunitárias que pretendem intensificar o seu potencial global. O edifício desenvolve-se no eixo Noroeste-Sudeste.

Medidas de sustentabilidade e eficiência energética

- } Uso de materiais locais – pozolana.
- } Zona de entrada voltada a Sudoeste, com varanda sombreada por cobertura fixa.
- } Utilização de sistema de aberturas em grelha nas paredes para iluminação e ventilação.
- } Revestimento da laje de cobertura com uma técnica local, que é muito leve e tem custos reduzidos – telha com argamassa armada de sisal.



LEGENDA: 1-ARMAZEM 2-AUDITÓRIO 3-SALA DE APOIO

{ FIG. 6.5 } Planta do Sítio Museológico de Lajedos.



{ FIG. 6.7 } Alpendre de entrada do Sítio Museológico.



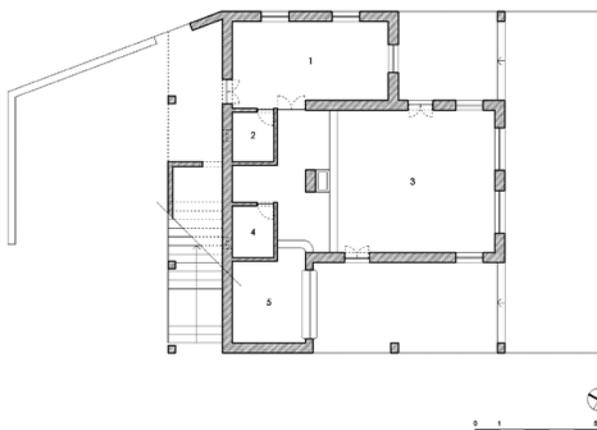
{ FIG. 6.6 } Vista da entrada do Sítio Museológico de Lajedos e de uma parede com aberturas em grelha para ventilação e iluminação.



{ FIG. 6.8 } Vista do edifício da Babilónia.

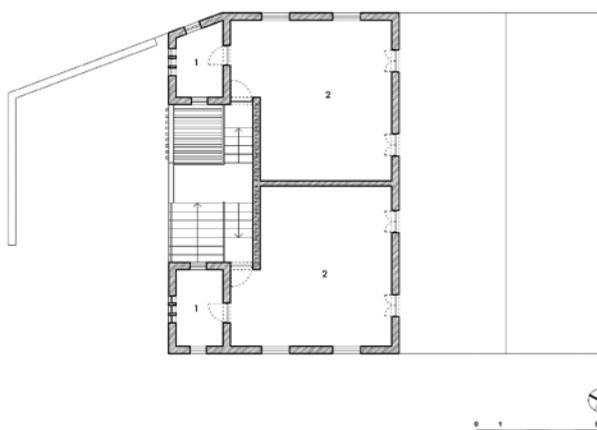
6.3 Babilónia

O restaurante Babilónia é um espaço construído pelo Atelier Mar, na sequência do desenvolvimento da comunidade de Lajedos. A Babilónia constitui um centro de apoio ao desenvolvimento do Turismo Solidário no Concelho de Porto Novo. O edifício é rodeado por uma extensa área cultivada. A zona da horta abastece o restaurante e funciona também como espaço de experimentação para os técnicos do projecto “Porto Novo Rural”, que neste momento fazem experiências com a moringa. Os excedentes de produção são para venda nas povoações próximas. O edifício está numa encosta orientada a Sudeste.



LEGENDA: 1-COZINHA 2-ARRUMIO 3-SALA DE REFECÇÃO 4-SANITÁRIO 5-BAR DE APOIO À ESPLANADA

{ FIG. 6.9 } Planta do piso térreo.



LEGENDA: 1-QUARTO DE BANHO 2-QUARTO

{ FIG. 6.10 } Planta do piso 1.



{ FIG. 6.11 } Vistas do edifício.



Medidas de sustentabilidade e eficiência energética

- } Piso ventilado
- } Pequenas aberturas a nível superior para evitar o sobreaquecimento.
- } Utilização de materiais locais. As paredes são em pozolana e o embasamento em basalto.
- } Grande área de espaço exterior coberto, sombreado para uma boa climatização.



{ FIG. 6.14 } Espaço exterior de refeições.



{ FIG. 6.12 } Fachada principal e aberturas nas lajes para ventilação.



{ FIG. 6.13 } Pozolana e basalto.



6.4 Casa Leão Lopes e Maria Estrela

A habitação, pertencente ao núcleo habitacional de Lajedos, encontra-se numa encosta orientada a Nordeste. A utilização de materiais naturais na construção e as técnicas vernaculares de construção dão um telurismo ao edifício, tornando-o num elemento que se funde com a paisagem envolvente.



{ FIG. 6.15 } Estrada para Lajedos, ilha de Santo Antão.

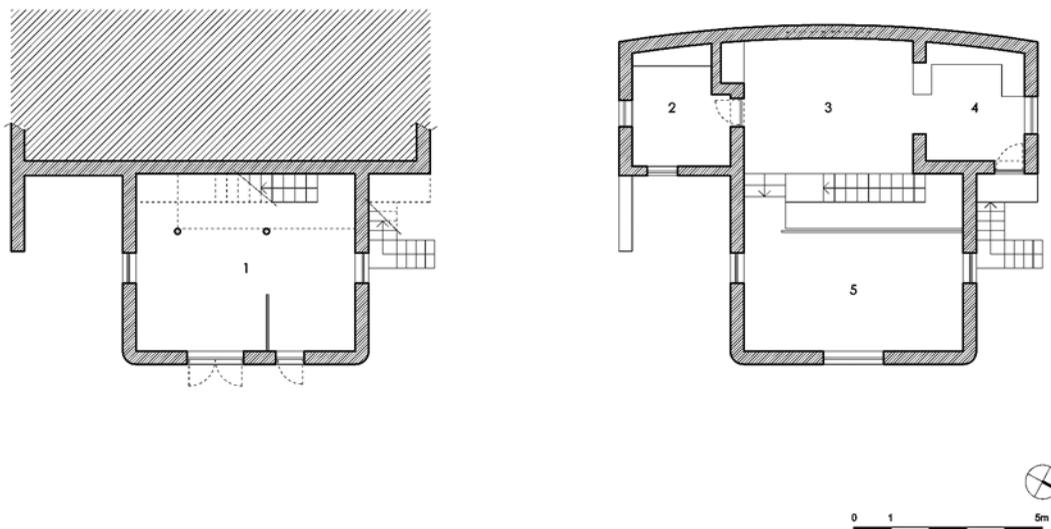


{ FIG. 6.16 } Fachadas Noroeste e Nordeste.



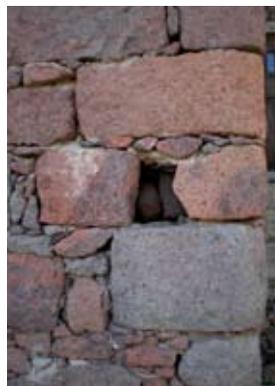
Medidas de sustentabilidade e eficiência energética

- } Utilização de materiais obtidos directamente da natureza: pedra, madeira e colmo (cobertura).
- } Espaço exterior ajardinado.
- } Instalação de um painel fotovoltaico.
- } Pequenas aberturas nas paredes para ventilação.



LEGENDA: 1-ENTRADA 2-QUARTO DE BANHO 3-SALA DE JANTAR 4-COZINHA 5-SALA DE ESTAR

{ FIG. 6.17 } Plantas do piso térreo e do piso 1.



{ FIG. 6.18 } Janela da sala de estar e pequena abertura para ventilação.

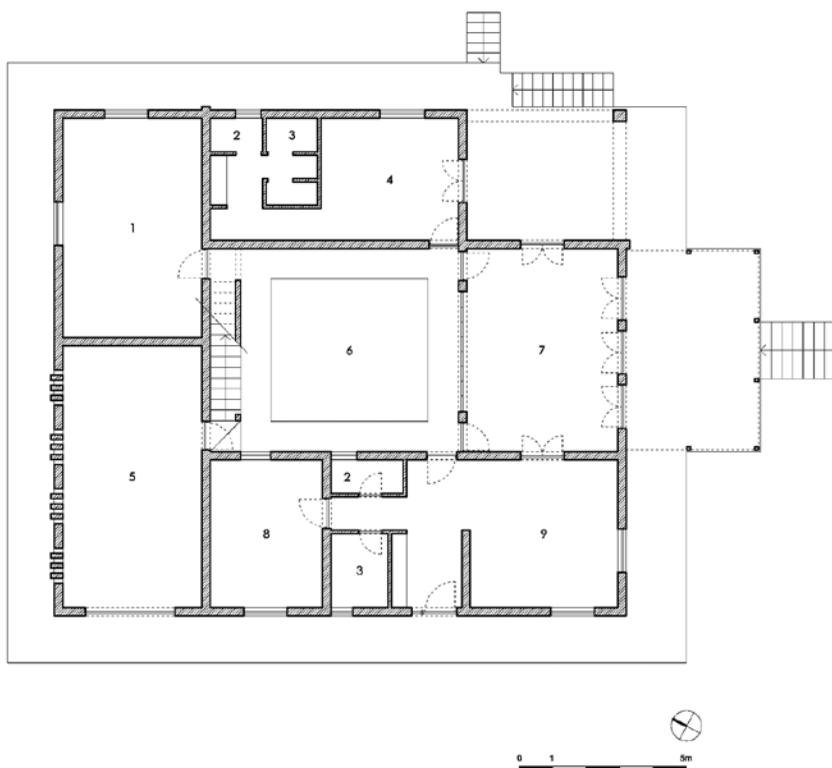


6.5 Casa Jean Denis

A habitação, entre Lajedos e Porto Novo, é um exemplo de autonomia energética. A habitação está equipada com painéis fotovoltaicos, um painel solar térmico e um gerador eólico. A energia produzida torna o edifício independente e auto-suficiente. A par desta utilização de energias renováveis, há uma série de opções que têm a ver com a forma e a orientação do edifício, que aumentam o conforto interior. O edifício está voltado para o mar, e é orientado segundo o eixo Noroeste-Sudeste.



{ FIG. 6.19 } Vista da Casa Jean Denis.



LEGENDA: 1-BIBLIOTECA 2-SANITÁRIO 3-DUCHE 4-QUARTO DE CASAL 5-OFICINA 6-PÁTIO 7-SALA DE ESTAR 8-QUARTO DE HÓSPEDE 9-COZINHA

{ FIG. 6.20 } Planta do piso térreo.



{ FIG. 6.21 } Vistas da fachada Sudeste.



{ FIG. 6.22 } Vistas da cobertura e do gerador eólico.

Medidas de sustentabilidade e eficiência energética

- } Organização dos espaços da casa em torno de um pátio interior para uma boa climatização (sombreamento, ventilação).
- } Instalação de um painel solar térmico e de painéis fotovoltaicos.
- } Instalação de um gerador eólico para consumo doméstico.
- } Pequenas aberturas sombreadas para uma boa ventilação na zona da garagem.

- } Terraço coberto com carijó e voltado para Sudeste.
- } Incorporação de redes de mosquiteiro nas portas e janelas voltadas para o pátio interior, para uma boa ventilação.
- } Utilização de basalto e pozolana nas paredes da habitação e muros exteriores.
- } Fossa séptica com várias filtragens.
- } Utilização da água do mar para abastecimento da piscina.



{ FIG. 6.23 } Aberturas no espaço da garagem.

{ FIG. 6.24 } Cobertura em carijó e porta com rede de mosquiteiro.



6.6 Sumário: recomendações gerais para Cabo Verde

• Medidas políticas

- { 1 } Estratégias para assegurar o direito a casa própria a todos os cidadãos. Este desafio, que pretende dar resposta ao problema habitacional, implica a participação das populações, incrementando-se um processo de arquitectura participada das comunidades;
- { 2 } Instalação de infra-estruturas básicas de água e saneamento;
- { 3 } Benefícios fiscais para a aquisição de sistemas activos de energia como painéis fotovoltaicos, térmicos e geradores eólicos para consumo doméstico;
- { 4 } Investimento na educação e formação – informação sobre construção sustentável e eficiência energética nas escolas;
- { 5 } Promoção de materiais autóctones e de baixo custo.

• Prioridades na construção da habitação

- { 1 } Escolha de um terreno e de uma orientação solar adequada, atendendo também à direcção dos ventos;
- { 2 } Utilização de materiais autóctones duráveis;
- { 3 } Adopção de medidas de captação da água;
- { 4 } Aproveitamento do sol e do vento. Estes dois recursos naturais têm força suficiente em Cabo Verde para tornar o edifício auto-suficiente a nível energético;
- { 5 } Recurso à construção por partes, faseando a construção com o financiamento disponível – habitação evolutiva;
- { 6 } Inclusão de árvores e arbustos nas imediações da habitação para climatização – arranjos paisagísticos.

{ Bibliografia }



- ALLARD, Francis; SANTAMOURIS, M. (eds.) (1988), *Natural Ventilation in Buildings: A Design Handbook*, James and James, London.
- ASHRAE (Ed.), AAVV (2006), *ASHRAE Green Guide: The Design, Construction and Operation of Sustainable Buildings*, Elsevier, Butterworth-Heinemann, Burlington
- AULICIEMS, A.; SZOKOLAY, S.V. (1997), *Thermal Comfort*, ed. PLEA (PLEA notes) in association with the Department of Architecture of the University of Queensland, Brisbane.
- BAKER, Nick; STEEMERS, K. (2000), *Energy and Environment in Architecture: A Technical Design Guide*, E&FN Spon, London.
- BAKER, N.; FANCHIOTTI, A.; STEEMERS, K. (1993) *Daylighting in Architecture: A European Reference Book*, produced for the Commission of the European Communities, ed. James and James, London.
- BAKER, Nick (1987) *Passive and Low Energy Building Design for Tropical Island Climates*, Ed. Commonwealth Science Council, London.
- BRECSU (1995) Report 31 "Avoiding or minimising the use of air-conditioning", ed. BRE, Energy Efficient Office, Department of the Environment, Garston.
- CHING, Francis D.K. (2000) – *Dicionário Visual de Arquitetura*. Ed. Martins Fontes, São Paulo
- CLEMENTS-CROOME, D. (ed.) (1997) *Naturally Ventilated Buildings; Buildings for the Senses, the Economy and Society*, E&FN Spon, London.
- COOK, Jeffrey (1989) *Passive Cooling*, ed. MIT press, Cambridge Massachusetts.
- CORBELLA, O.; YANNAS, S. (2003) *Em busca de uma Arquitetura Sustentavel para os Trópicos*, Editora Revan, Rio de Janeiro
- CORREIA GUEDES, M; ALVES, L.. (2008) "The SURE-Africa project: Sustainable Urban Renewal - Energy Efficient Buildings for Africa", in *Proceedings of 5º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia, e 2º Congresso de Engenharia de Moçambique: A Engenharia no Combate à Pobreza, pelo Desenvolvimento e Competitividade* (CLME 2008 – IICEM), Maputo 2-4 Setembro 2008, Ed. INEGI, Porto
- CORREIA GUEDES, M., (2000) "Passive Cooling Design in Southern European Office Buildings", Ph.D. Thesis., The Martin Centre for Architectural and Urban Studies - Faculty of Architecture of the University of Cambridge, Cambridge, UK,
- DE DEAR, R.; BRAGER, G. (1998) "Developing an Adaptive Model of Thermal Comfort and Preference" (Final Report on ASHRAE RP-884 project), in *ASHRAE Transactions*, V. 104, Pt.1, Atlanta.
- EDWARDS, Brian (2008) *O Guia Básico para a Sustentabilidade*. Ed. Gustavo Gili, Barcelona.
- EDWARDS, Brian; TURRENT, David (eds.) (2000): *Sustainable Housing: Principles and Practice*, E&FN Spon, London
- FATHY, Hassan (1973) *Architecture for the poor: an experiment in rural Egypt*, The University of Chicago Press, Chicago.
- FRANCIS, E. (2000) "The application of passive down-drawght evaporative cooling (PDEC) to non-domestic buildings" In *Proceedings of PLEA 2000- Architecture and City Environment, Cambridge June 2000*, ed. Koen Steemers and Simmos Yannas, James and James, London.



- GIVONI, Baruch (1994) *Passive and Low Energy Cooling for Buildings*, Van Nostrand Reinhold, New York.
- GIVONI, Baruch (1969) *Man, Climate and Architecture*, ed. Henry Cowan, ASP, London.
- GONZÁLEZ, F. (2004) *Arquitectura Bioclimática en un entorno sostenible*. Editorial Munilla-Lería, Madrid.
- GOULDING, J.; LEWIS, J.O.; STEEMERS, T. (eds.) (1993), *Energy Conscious Design – A Primer for Architects*, Batsford for the Commission of the European Communities, London.
- GOULDING, J.; LEWIS, J.O.; STEEMERS, T. (eds.) (1992), *Energy in Architecture – The European Passive Solar Handbook*, Batsford for the Commission of the European Communities, London.
- HIGUERAS, Ester (2006) *Urbanismo Bioclimático*. Ed. Gustavo Gili, Barcelona.
- HYDE, Richard (Ed.) (2008) *Bioclimatic Housing: Innovative Designs for Warm Climates*, Earthscan, Cromwell press, Trowbridge
- KIENDL, Anthony (2008) *Informal Architectures – Space and Contemporary Culture*. Black dog publishing, London
- KOCH-NIELSEN, H. (2002) *Stay Cool: A Design Guide for the Built Environment in Hot Climates*, Earthscan, Cromwell Press, London
- KOENISBERGER, O.H.; INGERSOLL, T.G.; MAYHEW; A.; SZOKOLAY, S.V. (1973) *Manual of Tropical Housing and Building: Part One – Climatic Design*, Ed. Longman, Hong Kong
- LENGEN, Johan Van (2004) *Manual do Arquitecto Descalço*, Livraria do Arquitecto, Porto Alegre
- LOPES, Leão (2001) *Manual Básico de Construção – Guia ilustrado para a construção de habitação*. Ed. Ministério das Infra-estruturas e Habitação, Mindelo
- MARKUS, T.A., MORRIS, E.N. (1980) *Buildings, Climate and Energy*, Pitman Publishing limited, London.
- MENDLER, S.; ODELL, W.(2000) : *The HOK Guidebook to Sustainable Design*”, John Wiley & Sons, New York
- METEOTEST (2005), computer software; *METEONORM: Global Meteorological Database for Solar Energy and Applied Climatology*, ed. Swiss Federal Office of Energy, Bern.
- MOSTAFAVI, M.; DOHERTY, G. (eds., 2010) *Ecological Urbanism*, Harvard School of Design, Lars Muller Publishers, Baden.
- NICOL, F.; HUMPHREYS, M.; SYKES, O.; ROAF, S. (eds.) (1995) *Standards for Thermal Comfort – Indoor temperature Standards for the 21st Century*, published by E & F Spon, London, pp. 3-13.
- NICOLOPOULOU, M. (1998), *Thermal Comfort In Outdoor Urban Spaces*, PhD Thesis, The Martin Centre for Architectural and Urban Studies, Cambridge University, Cambridge.
- OLGYAY, Victor (1963) *Design With Climate - Bioclimatic Approach to Architectural Regionalism*, Princeton University Press, Princeton.
- OLIVER, Paul (2003) *Dwellings*, ed. Phaidon, London



- ONG, Boon-Lay; BAY, Joo-Hwa (2006) *Tropical Sustainable Architecture: Social and Environmental Dimensions*, Architectural Press, Oxford
- OSELAND, N.A.; HUMPHREYS, M.A.; NICOL, J.F.; BAKER, N.V.; Parsons, K.C. (1998) *Building Design and Management For Thermal Comfort*, Report prepared for CIBSE, ed. BRE (CR 203/98).
- PEZZI, Carlos Hernandez (2007) *Un Vitruvio Ecológico Principios y práctica del proyecto arquitectónico sostenible*. Editorial Gustavo Gili, Barcelona.
- PLAINIOTIS, Stellios; JI, Yan (2006) *Design for Sustainability*. Ed. China Architecture & Building Press, Beijing
- ROAF, Sue; CRICHTON, D.; NICOL, F., (2005) *Adapting Buildings and Cities for Climate Change: a 21st Century Survival Guide*, ed. Elsevier, Architectural Press, Oxford.
- ROAF, S.; FUENTES, M.; THOMAS, S.; (2003) *Ecohouse 2: A Design Guide*, ed. Elsevier, Oxford.
- ROGERS Richard; GUMUCHDJIAN, Philip – *Cidades para um pequeno planeta*. Barcelona: Gustavo Gili, 2001;
- ROMERO, Marta Adriana Bustos – *Arquitetura bioclimática do espaço público*. Brasília: Editora UnB, 2001
- SALMON, Cleveland (1985) *Architectural Design for Tropical regions*, ed. John Wiley & Sons, New York
- SANTAMOURIS, M; Asimakopoulos (eds.) (1996) *Passive Cooling of Buildings*, James and James, London
- SZOKOLAY, S.V. (1975) *Solar Energy and Building*, The Architectural Press, London.
- SZOKOLAY, S.V. (1985), “Passive and low energy design”, in *proceedings of the PLEA 1985 conference*, Pergamon press, London.
- SZOKOLAY, S.V. (2004) *Introduction to Architectural Science: The basis of Sustainable Design*, ed. Architectural Press, Oxford
- TIRONE, L.; NUNES, K. (2008) *Construção Sustentável*. Ed. Tirone Nunes, Lisboa
- THERMIE PROGRAMME ACTION (1994), *Natural and Low Energy Cooling in Buildings*, ed. Panos Liveres, for the European Commission Directorate- General for Energy, Centre for Renewable Energy sources, Pikermi, Greece.
- THERMIE PROGRAMME ACTION (1995), *Tools and Techniques for the design and evaluation of Energy Efficient Buildings*, ed. University College Dublin – Energy Research group for the European Commission Directorate- General for Energy.
- THOMAS, Randall (1996), *Environmental Design: An Introduction for Architects and Engineers*, ed. Randall Thomas, published by E & F Spon, London.
- THOMAS, Randall (ed., 2003) *Sustainable Urban Design*, published by E & F Spon, London.
- WATSON, D.; LABS, K. (1983) *Climatic Building Design*, ed. Mc Graw-Hill, New York.

{ Anexos }



A1 Desempenho bioclimático: programas de análise.

Existem hoje diversos programas de *software* para análise do desempenho energético e de conforto em edifícios, que são importantes ferramentas de apoio ao projecto de arquitectura. Estes programas permitem dimensionar e quantificar níveis de conforto interior e consumos de energia do edifício, informando também sobre quais as melhores estratégias de projecto a implementar em relação, por exemplo, à orientação do edifício, sombreamento, dimensão de áreas de envidraçado, materiais de construção, ou regimes de ventilação. Para além do apoio ao projecto arquitectónico, que deve integrar as estratégias bioclimáticas desde a sua concepção inicial (em termos de nova construção e também de reabilitação), estas ferramentas poderão ser úteis na decisão sobre normas e recomendações a determinar ao nível da construção no País.

Entre vários softwares disponíveis, como o Energy Plus, o DOE ou o Ecotect, a escolha para a realização das simulações a apresentar neste manual recaiu sobre o Ecotect, por ser o programa mais adequado para Arquitectos, oferecendo uma utilização mais simplificada e uma interface visual apelativa. Apesar de não ter a robustez e precisão de cálculo dos outros programas referidos, mais vocacionados para áreas de Engenharia, permite

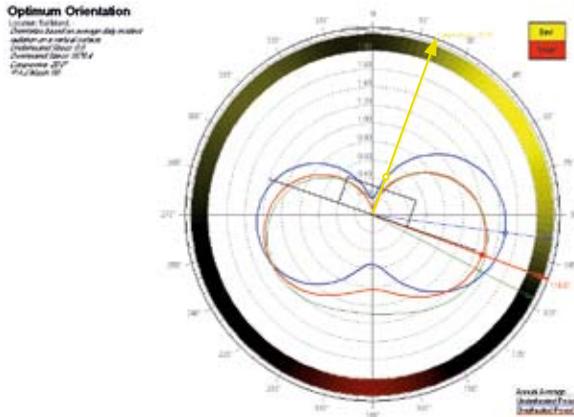
identificar as soluções de projecto que mais influenciam o futuro desempenho energético e de conforto do edifício. Paralelamente, foram também realizadas as mesmas simulações com o *software* Energy Plus, sendo os resultados obtidos semelhantes aos produzidos pelo Ecotect.

São primeiro apresentados os dados climáticos de referência, estimados pelo *software* Meteo-norm, e inseridos depois no Ecotect.

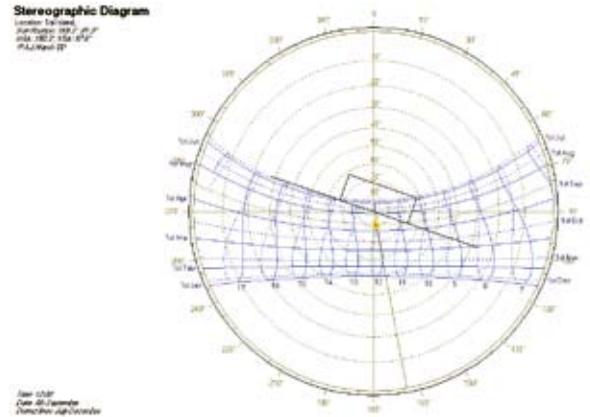
Descrevem-se depois os resultados das simulações realizadas utilizando o *software* Ecotect para um pequeno caso de estudo, uma habitação na ilha do Sal; mostrando uma sequência de análises para optimização do desempenho energético e de conforto. Estas simulações devem ser consideradas a título indicativo, como demonstração sucinta das capacidades do programa. Os resultados identificam as principais medidas passivas a implementar, e a sua importância relativa – informando desta forma o processo de projecto de Arquitectura. No âmbito de trabalhos de investigação, em que é requerido um maior nível de precisão de resultados, será necessário desenvolver um estudo mais aprofundado, incluindo, por exemplo, monitorizações *in situ*, envolvendo medições e questionários numa amostra significativa de edifícios e utilizadores.

A1.1 Contexto climático

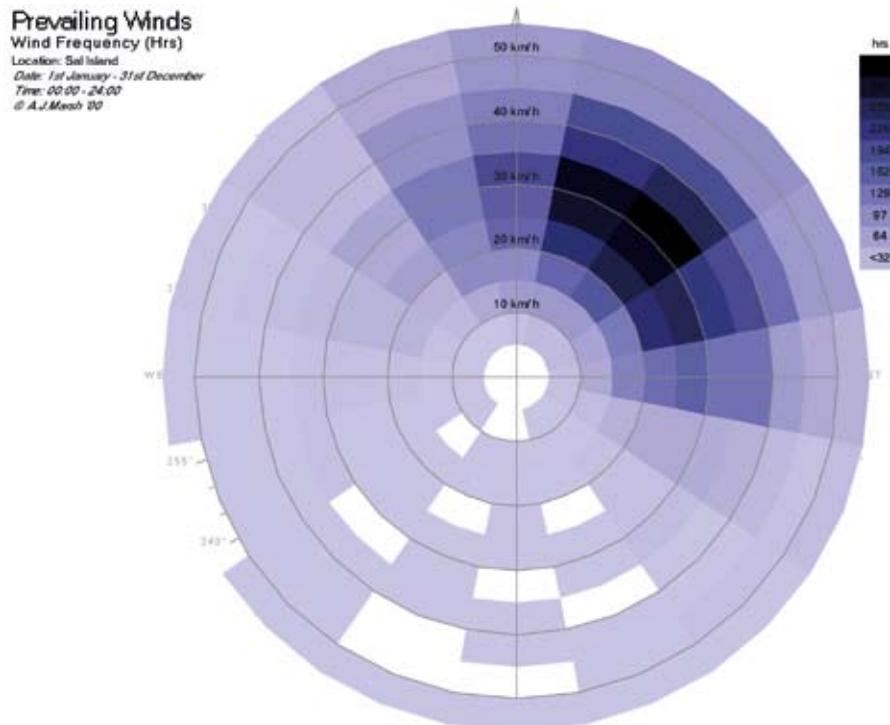
Ilha do Sal



{ FIG. A1.1 } Orientação solar otimizada na ilha do Sal.



{ FIG. A1.2 } Diagrama estereográfico para a ilha do Sal. A linha amarela corresponde ao dia 4 de Setembro (dia quente).



{ FIG. A1.3 } Diagrama do regime anual de ventos para a ilha do Sal, mostrando a frequência dos ventos dominantes.



Prevailing Winds

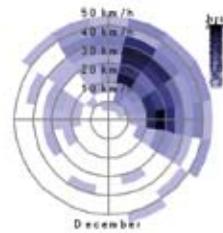
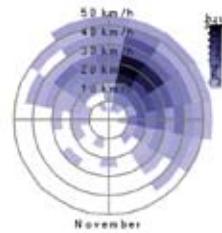
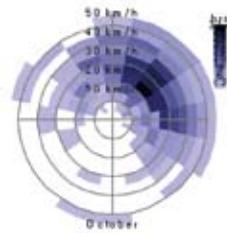
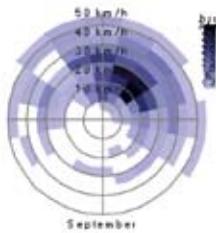
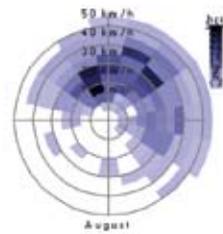
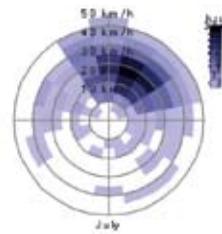
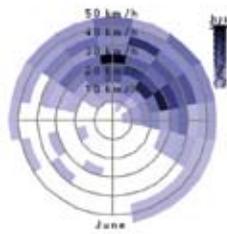
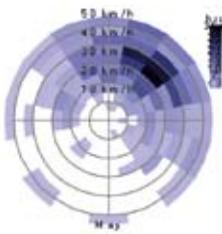
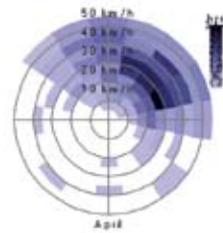
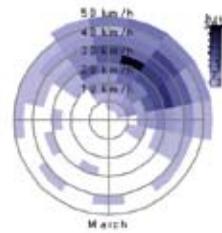
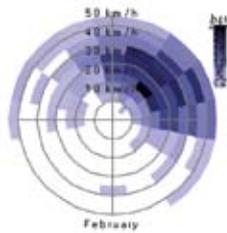
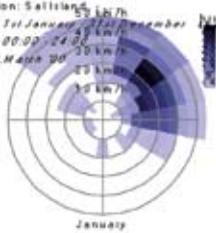
Wind Frequency (Hrs)

Location: Sal Island

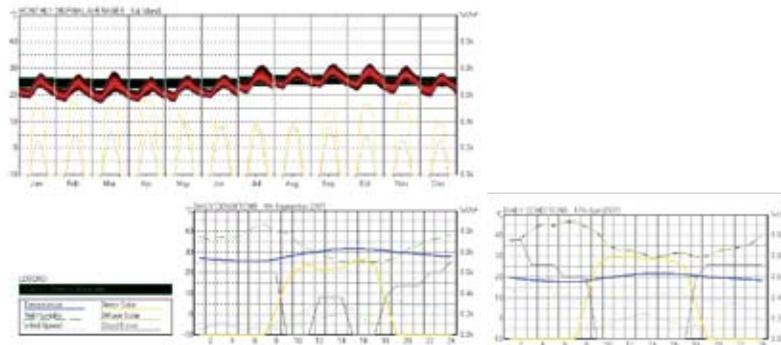
Date: 1st January 2011 to 31st December

Time: 00:00 - 24:00

© A.J. Math 2011



{ FIG. A1.4 } Diagramas dos ventos dominantes da ilha do Sal, nos diferentes meses do ano.



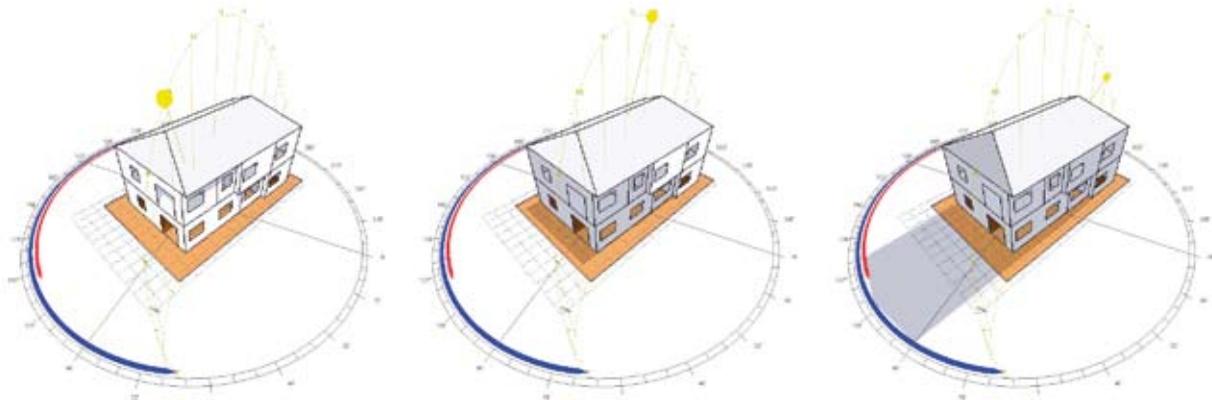
{ FIG. A1.5 } Em cima: gráfico com o perfil anual de valores médios de temperatura para a ilha do Sal. A meio: valores de temperatura do ar (azul), humidade relativa (tracejado verde), velocidade do vento (tracejado azul claro), radiação solar directa (amarelo) e difusa (tracejado), para um dia quente (4 de Setembro), na ilha do Sal. Em baixo: valores para um dia frio (17 de Abril). Valores estimados, obtidos através do software METEONORM.

A1.2 Modelo de habitação unifamiliar

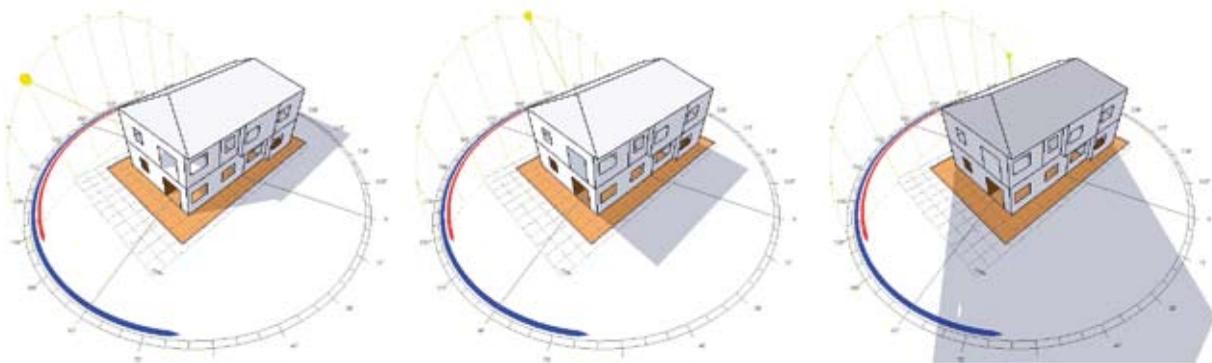
Foi desenhado no programa Ecotect um edifício de habitação de dois pisos. O projecto foi desenvolvido de forma expedita e simplificada, como seria numa situação corrente num gabinete de Arquitectura, procurando que as soluções escolhidas se adequassem ao contexto. Os dados climáticos utilizados são os estimados para a ilha do Sal (obtidos a

partir do *software* METEONORM), dado não ter sido possível encontrar dados climáticos detalhados (e.g. valores horários) para as outras Ilhas.

A partir de uma proposta inicial de projecto, já de acordo com a orientação óptima dada pelo mesmo programa, foram sendo realizadas alterações a aspectos construtivos e arquitectónicos, como o tipo de materiais de construção a utili-



{ FIG. A1.6 } Percurso solar de Verão, num dia quente (4 de Setembro).



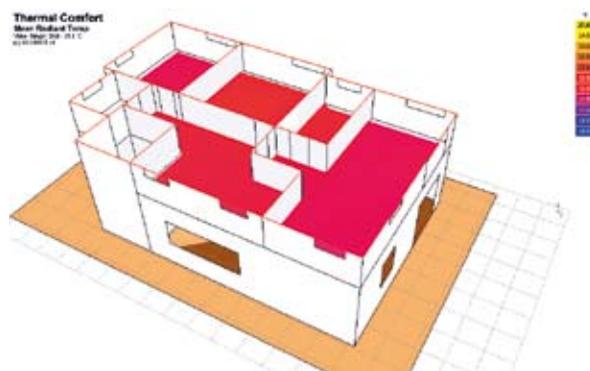
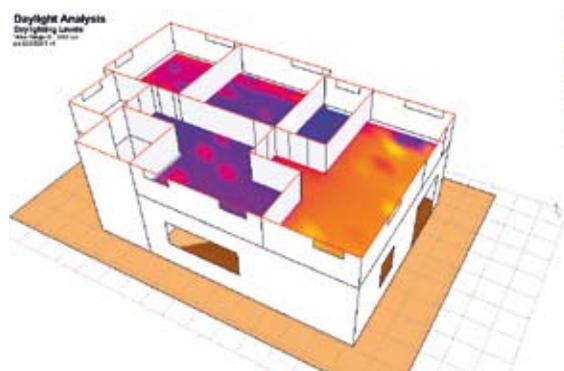
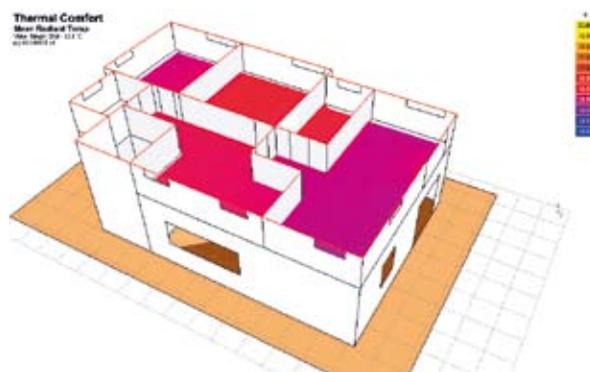
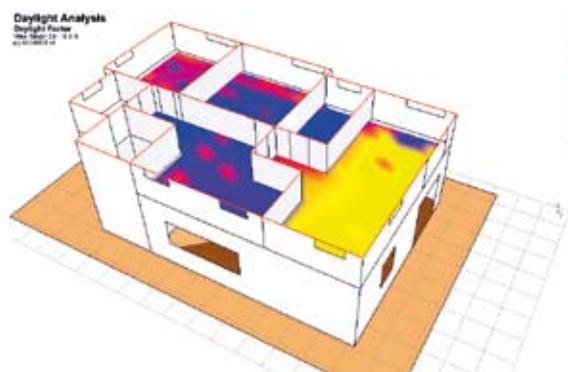
{ FIG. A1.7 } Percurso solar de Inverno, num dia frio (17 de Abril).



zar, nível de isolamento, área de envidraçado ou sombreamentos. A planta dos pisos foi desde o início concebida por forma a maximizar a área passiva. É de seguida ilustrado este processo de análise – desde a solução inicial à solução optimizada – sendo apresentados os resultados das etapas mais significativas, em termos de projecções solares, iluminação natural, temperatura ra-

dianete, consumos energéticos, e níveis de conforto térmico.

Na proposta inicial foi considerada uma área de envidraçado de 30% em todas as fachadas, utilizando vidro simples. As paredes das fachadas são de um único pano, construído em blocos compactos de cimento (sem caixa de ar) com reboco exterior e interior, e estrutura em betão armado.



{ FIG. A1.8 } Análises de Iluminação Natural: situação inicial. Factor luz e iluminâncias para um dia frio (17 de Abril). Os valores do Factor Luz dia encontram-se entre 2 e 10%, correspondendo a uma variação entre 200 e 1600 Lux. Com excepção da sala de estar, a Nascente, os valores são aceitáveis, dentro dos limites recomendados. Na sala de estar podem contudo ocorrer níveis excessivos de iluminação, causadores de encadeamento – é recomendada a utilização de sombreamento exterior e interior, e redução da área de envidraçado nesta fachada.

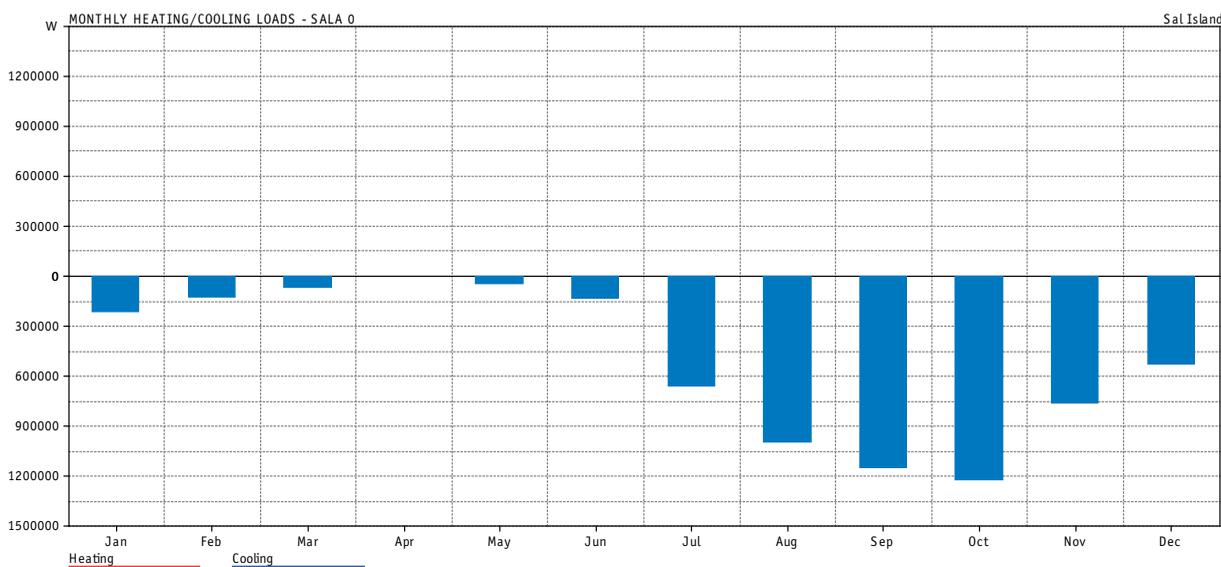
{ FIG. A1.9 } Análise do desempenho térmico: situação inicial. Temperatura radiante para um dia quente, 4 de Setembro (esquerda), e um dia frio, 17 de Abril (direita). No dia frio as temperaturas variam entre os 21,5° e os 23°C, mantendo-se bem dentro dos limites de conforto. Contudo, no dia mais quente as temperaturas variam entre os 29° e os 31°C, indicando possível desconforto por sobreaquecimento.

Consumos para climatização

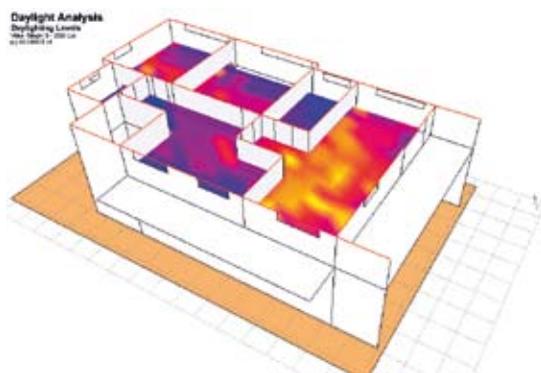
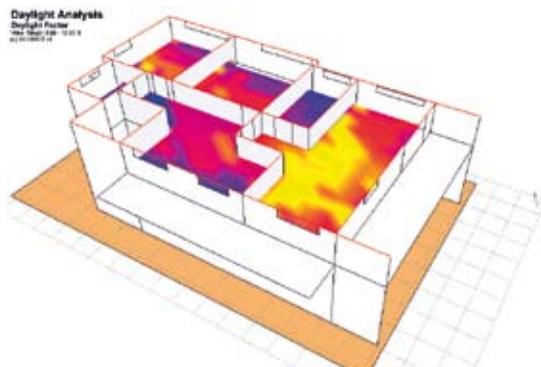
Neste primeiro cenário, o consumo anual de energia foi de aproximadamente 92 kWh/m², o que constitui um gasto energético considerável para uma habitação. Na Europa Central, uma família comum consome um total de aproximadamente 70 kWh/m² por ano, enquanto que num domicílio com um desempenho energético otimizado não se ultrapassam os 40 kWh/m² por ano. De modo a melhorar o desempenho energético e de conforto do edifício, foram de seguida testadas novas alterações ao projecto do edifício. Estas mudanças foram muito simples e consistiram na alteração dos materiais de construção das paredes e da cobertura, no redimensionamento da área de envidraça-

dos e na introdução de elementos de sombreamento. Para cada alternativa foram calculados os respectivos consumos energéticos.

Assim, no passo seguinte foi adicionada mais inércia térmica ao edifício, substituindo a parede simples por uma parede dupla de 30 cm de espessura, construída também com blocos compactos de cimento e estrutura de betão armado. O consumo anual foi reduzido para 79 kWh/m² (menos 13kWh/m² do que o inicial). A esta solução foram adicionadas palas horizontais e verticais para sombreamento, tendo havido uma ligeira redução do consumo anual, para 78.6 kWh/m² – sendo os maiores benefícios obtidos em termos de conforto visual (redução de encadeamento), na sala de estar a Nascente.



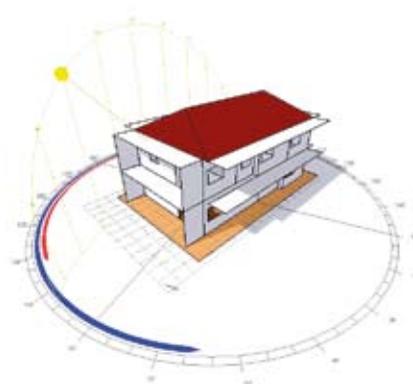
{ FIG. A1.10 } Consumo energético estimado para climatização. Observa-se que o consumo se deve exclusivamente ao arrefecimento, não havendo necessidade de aquecimento. Nesta simulação consideraram-se limites de conforto entre 18°C e 24°C, i.e. o sistema de climatização entra em funcionamento quando o limite de 24°C é atingido.



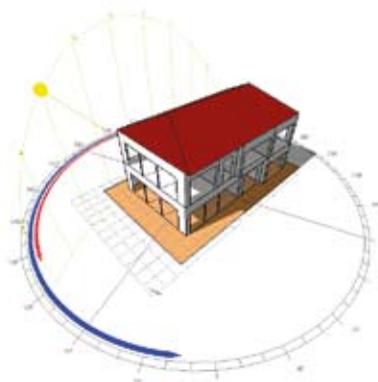
Numa quarta fase da análise foram adicionados 60mm de isolamento térmico pelo exterior (EPS), nas fachadas e cobertura, tendo, em consequência, havido um decréscimo do consumo energético anual para 76,4 kWh/m². Foram seguidamente reduzidas as áreas de envidraçado a Sul (para 20%), e a Nascente e Poente (para 15%), e substituído o material de construção das paredes exteriores (30 cm) para tijolo perfurado (em vez de blocos compactos de cimento), por forma a reforçar o isolamento da habitação, tendo-se obtido uma redução do consumo energético anual para 70,2 kWh/m² – um valor já mais razoável.

A título de curiosidade, foi também realizada uma simulação para o mesmo edifício, mas sem sombreamentos, sem isolamento e com uma área

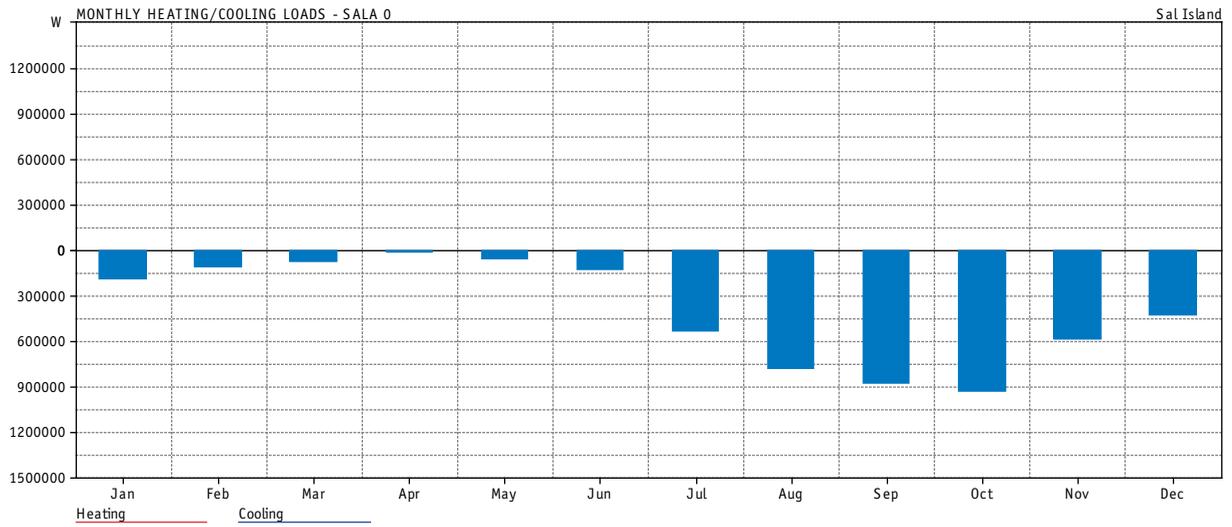
de 80% de envidraçado em todas as fachadas – uma situação que por vezes se encontra em alguns edifícios de serviços. Como resultado foi obtido um valor de 113,2 kWh/m², mais 43 kWh/m² que a solução otimizada, o que corresponde a um acréscimo de 38% no consumo do edifício. Este cenário implica também um aumento muito significativo do desconforto interior por sobreaquecimento.



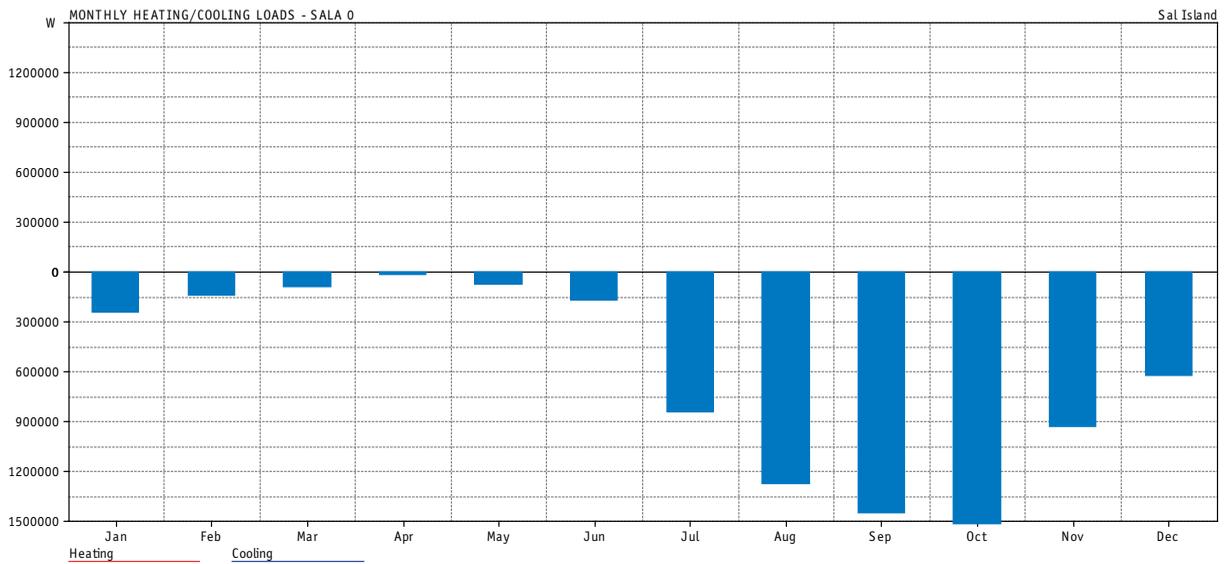
{ FIG. A1.11 } Introdução de sombreamento horizontal e vertical. Os níveis de iluminação interior são satisfatórios em ambas as estações (simulação para dia quente, em cima, e dia frio, em baixo). Foi melhorada a situação de potencial ocorrência de encadeamento na sala de estar a Nascente.



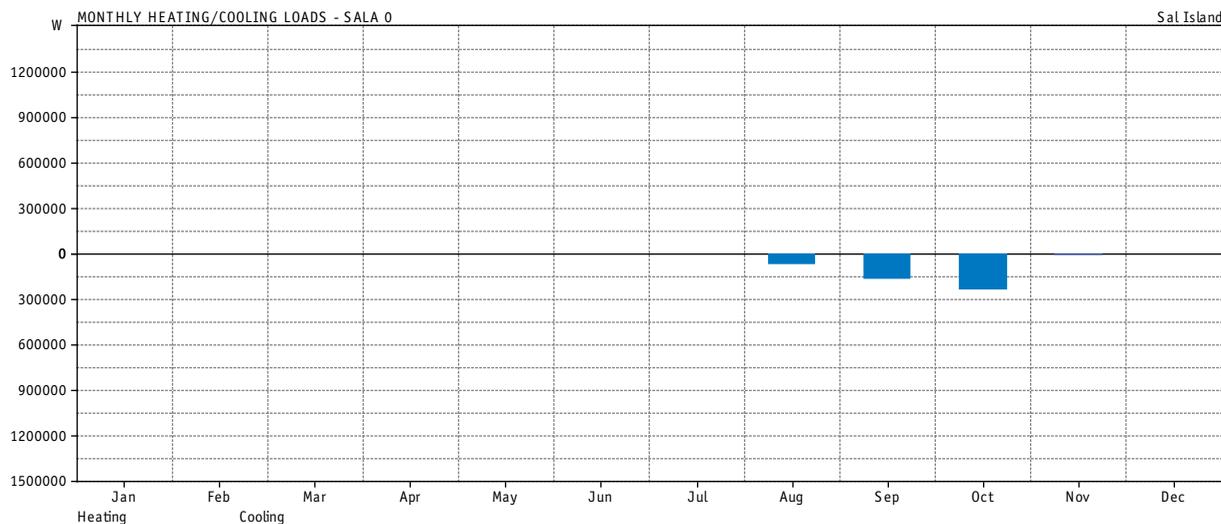
{ FIG. A1.13 } Situação com excesso de área de envidraçado (80% da área de fachada). Vai causar um aumento de mais de 38% do consumo energético anual, e situações críticas de desconforto por sobreaquecimento.



{ FIG. A1.12 } Consumo energético anual estimado para climatização, para a solução com mais inércia, sombreamento e isolamentos (para limites de conforto entre 18°C e 24°C). Houve um decréscimo de 24% relativamente à solução considerada inicialmente, para 70,2 kWh/m², um valor mais razoável.



{ FIG. A1.14 } Situação com excesso de área de envidraçado (80% da área de fachada), implicando um aumento acentuado das necessidades de refrigeração.

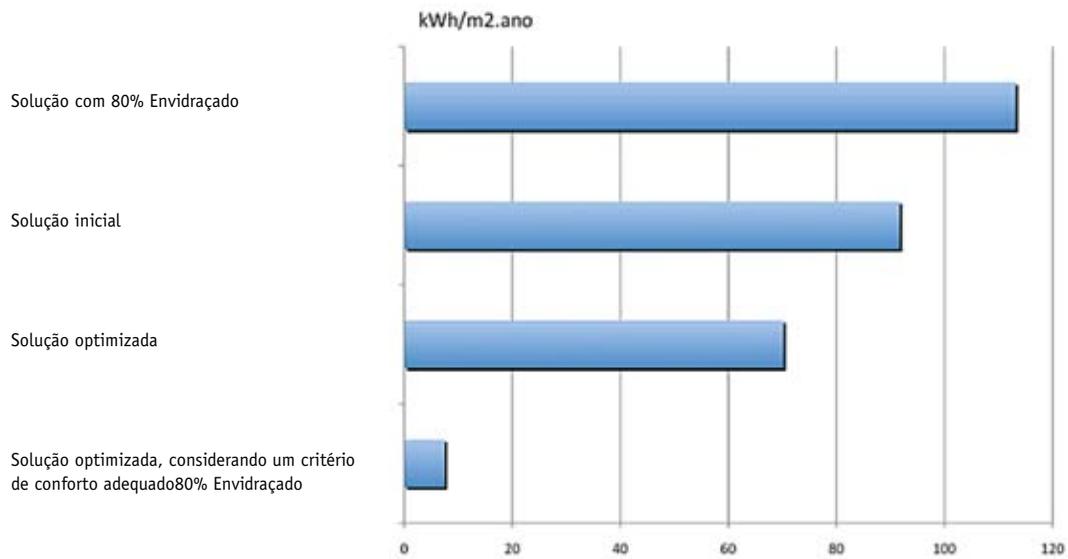


{ FIG. A1.15 } Consumo energético anual estimado para climatização, para a solução otimizada, para limites de conforto entre 18°C e 28°C. Há um decréscimo do consumo de 89% comparativamente ao uso (inadequado) de um critério de conforto convencional (18°C-24°C). O consumo anual baixa para um valor muito reduzido 7,52 kWh/m², valor que reflecte as necessidades reais de climatização. O uso apropriado de estratégias bioclimáticas pode gerar ambientes confortáveis durante praticamente todo o ano, dispensando o uso de aparelhos de ar condicionado.

Por fim, partindo da solução otimizada **{ FIGURA 1.13 }**, procedeu-se à calibração dos limites de temperatura para o conforto interior. Como referido no subcapítulo 1.11 (“Estratégias passivas e critérios de conforto”), os critérios de conforto convencionais utilizados internacionalmente são demasiado inflexíveis, e pouco adaptados ao contexto local, não considerando os mecanismos de adaptação e as preferências reais dos ocupantes. A utilização de critérios convencionais (por oposição ao modelo adaptativo), resulta num excessivo consumo energético, com implicações negativas em termos ambientais, económicos e sociais. Constituem também uma barreira significativa à aplicação de estratégias bioclimáticas, que podem gerar ambientes mais confortáveis, naturais e saudáveis.

Assim, e com base no modelo adaptativo de conforto, foram considerada uma zona de conforto entre os valores entre 18°C e 28°C, em sintonia com o contexto climático local, substituindo a zona convencional usada (por defeito) nas simulações anteriores (entre 18°C e 24°C). O resultado, apresentado na **{ FIGURA 1.15 }**, revela uma redução drástica dos consumos energéticos para arrefecimento. É aqui importante lembrar que, para o clima local, em teoria, se correctamente aplicadas, o uso de estratégias bioclimáticas pode gerar ambientes confortáveis durante praticamente todo o ano, dispensando o uso de aparelhos de ar condicionado.

Por fim, a **{ FIGURA 1.13 }** apresenta uma comparação entre os vários resultados obtidos na análise.



{ FIG. A1.16 } Comparação de resultados das várias simulações realizadas, a partir do modelo inicial.



{ FIG. A1.17 } Rua de Santa Maria, ilha do Sal.

Autores: Luís Calixto, Joana Aleixo, Manuel Correia Guedes (IST)



A2 O sistema LiderA

SISTEMA VOLUNTÁRIO PARA AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DOS AMBIENTES CONSTRUÍDOS

A2.1 Enquadramento: a importância de utilizar sistemas integrados para a procura da sustentabilidade no projecto e construção

As actividades humanas, de que é um exemplo a construção, têm acompanhado o crescimento populacional. De acordo com a UNEP e a UNDP a população mundial atingiu os 6 464 milhões em 2005 (UNEP, 1999; UNDP, 1998) e segundo as mesmas fontes, a economia mundial quintuplicou o seu tamanho, nomeadamente por via do aumento do nível de vida individual das populações, da maior capacidade de mobilizar recursos e do consequente impacte ambiental.

A construção é um vasto processo/mecanismo para realizar os ambientes construídos e infra-estruturas que suportem o desenvolvimento das sociedades. Esta pode incluir a extracção e beneficiação de matérias-primas, a produção de materiais e componentes, o ciclo do projecto da construção, da viabilidade do projecto, as obras de construção, operação e gestão, até a desconstrução do ambiente construído (CIB, 2002).

Os países africanos de língua oficial Portuguesa têm diferentes condições climáticas, culturais e económicas, apesar de existirem muitos aspectos

em comum entre eles. É possível, tal como definido pela Agenda 21 (CIB, 2002), focarem-se aspectos comuns e reconhecer a diversidade no facto de cada solução dever ser ajustada e apropriada ao contexto local.

Estes países partilham também de barreiras comuns para a implementação da construção sustentável (CIB, 2002), como incertezas ambientais e económicas, por vezes reduzida compreensão e capacidade da área da sustentabilidade da construção, pobreza e subsequentemente baixo investimento urbano, falta de dados precisos e envolvimento dos vários agentes.

Os desafios envolvem a rápida urbanização, a existência de práticas, infra-estruturas, soluções construtivas e urbanas inadequadas, sendo as oportunidades a procura de habitação, infra-estruturas e zonas urbanas sustentáveis, fomento de desenvolvimento rural, educação, aposta em valores tradicionais ajustados e na inovação para a sustentabilidade.

Em muitos casos, esse aumento quantitativo significativo das construções não se reflectiu num aumento das preocupações ambientais, nem na procura de eficiência em termos dos consumos energéticos e de materiais, colocando assim na agenda a necessidade de uma abordagem mais activa da dimensão ambiental na procura sustentabilidade.

Nesta lógica e associado à perspectiva de desenvolvimento sustentável e da sua aplicação às construções, promove-se a procura de soluções ar-

quitectónicas de bom desempenho bioclimático, devendo, nesse aspecto estrutural, alargar as questões da sustentabilidade a serem consideradas nos ambientes construídos.

A sustentabilidade da construção significa que os princípios do desenvolvimento sustentável são aplicados de forma compreensível ao ciclo da construção. Este processo global (holístico) deseja restaurar e manter a harmonia entre os ambientes naturais e construídos, enquanto se criam aglomerados urbanos que afirmam a dignidade humana e encorajam a equidade económica (CIB, 2002).

A Construção Sustentável é, ainda hoje, um conceito novo para a Indústria da Construção, dispondo de múltiplas perspectivas, o que desafia o aparecimento de instrumentos que permitam avaliar a procura da sustentabilidade.

As formas práticas de avaliar e reconhecer a construção sustentável são cada vez mais uma realidade nos diferentes países, destacando-se as que fomentam a construção sustentável através de sistemas voluntários de mercado (CIB, 1999; Silva, 2004) e as que permitem avaliar desde logo o desempenho ambiental dos edifícios.

A nível internacional, existem já vários sistemas (Portugal, Reino Unido, Estados Unidos da América, Austrália, Canadá, França, Japão, entre outros), para reconhecer a construção sustentável. Entre essas abordagens destaca-se o sistema de apoio e avaliação da construção sustentável para Portugal e para os Países de Língua Oficial

Portuguesa, denominado de LiderA (www.lidera.info), isto é liderar pelo ambiente, que seguidamente se apresenta.

A2. 2 LiderA como instrumento para avaliar o caminho para a Sustentabilidade nos Países de Língua Oficial Portuguesa

O sistema LiderA

O sistema LiderA (Pinheiro, 2004) tem como objectivo liderar a procura de boas soluções ambientais e de sustentabilidade nas diferentes fases, desde o plano ao projecto e à obra, manutenção, gestão, reabilitação, até à fase final de demolição.

Para esse objectivo considera-se relevante que os planos, projectos, actividades construtivas, edifícios, infra-estruturas e ambientes construídos olhem a sustentabilidade de uma forma integrada, abrangendo várias vertentes, já que basta uma delas não estar assegurada para que a sustentabilidade efectiva seja difícil de atingir.

No LiderA a procura da sustentabilidade engloba a integração local, o consumo de recursos (como por exemplo a energia, a água, os materiais e a produção alimentar), as cargas ambientais, o conforto ambiental, a vivência socioeconómica e o uso sustentável.

Para cada uma destas seis vertentes, são consideradas áreas (no total vinte e duas, ver { **FIGURA A2.1** }). Em cada uma área são definidos critérios (que na versão de aplicação aos Países de Língua Oficial Portuguesa considera vinte e dois critérios).



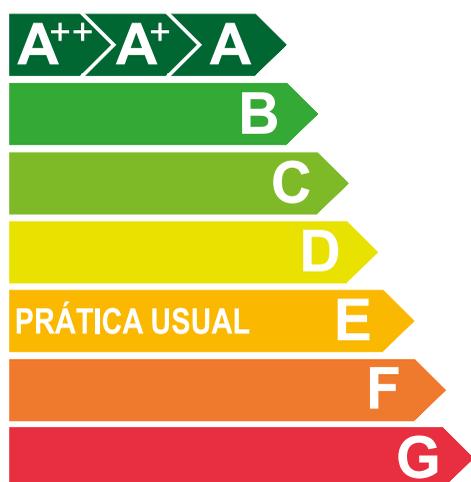
{ FIG. A2.1 } Vertentes e áreas (subdivisão das vertentes) consideradas pelo Sistema LiderA para a procura da sustentabilidade.

A procura da sustentabilidade (nas vertentes, áreas e critérios) pode ser classificada em níveis maiores ou menores do desempenho nesse caminho para a sustentabilidade, nomeadamente das classes de menor desempenho G, E até às classes

de maior desempenho A, A+ e A++, que revelam uma maior sustentabilidade.

Esta escala é definida tendo em consideração a prática usual não sustentável, que é classificada como classe E, até uma boa prática que assuma necessidades de consumos ou reduções da ordem de 2 vezes (classe A), da ordem das 4 vezes (Classe A+) ou da ordem das 10 vezes (Classe A++).

Por exemplo, a utilização de grandes áreas envidraçadas na fachada do edifício origina consumos energéticos e necessidades de arrefecimento muito elevados. Assim, através da área envidraçada (solução adoptada) ou através dos consumos de energia (quilogramas equivalentes de petróleo (kgep) por m² ou kWh/m²) tal é classificada como classe E. A redução da área envidraçada no edificado e a utilização de princípios bioclimáticos (adequada orientação, sombreamento, fomento da ventilação natural,



{ FIG. A2.2 } Níveis de Desempenho Global.

entre outros) permite melhorias energéticas nesse edifício que podem chegar a reduções dos consumos de 2 a 10 vezes (Classes entre A e A++).

Esta classificação pode ser efectuada de forma **qualitativa**, nomeadamente se estão considerados os princípios da sustentabilidade em cada vertente (ver explicação da aplicação desta abordagem no capítulo 4.1) de forma **semi-quantitativa**, através da resposta a um conjunto de questões dentro de cada vertente e abrangendo as diferentes áreas (ver capítulo 4.2) ou através de uma base **quantitativa** com o valor do desempenho definido em cada critério (ver capítulo 4.3).

Esta lógica permite a aplicação do sistema, desde as fases iniciais de planeamento e projecto, até fases de projecto mais detalhadas, culminando na fase de operação do edificado e ambientes construídos. Tal permite avaliar e procurar melhorias, mesmo com níveis de informação reduzidos e ir progredindo até níveis de informação elevados.

Essa lógica assume que o nível de sustentabilidade, por exemplo no consumo de energia, varia de uma habitação para um escritório, ajustando os diferentes níveis de desempenho ao tipo de serviço do ambiente construído e potenciando a procura de soluções ajustadas e eficientes.

Assim, o sistema, ao definir princípios e níveis de desempenho na sustentabilidade, diferencia as soluções a considerar, contribuindo para adoptar soluções e propostas mais eficientes no caminho da sustentabilidade pretendida.

Princípios para a Sustentabilidade

Para o LiderA a procura de sustentabilidade nos ambientes construídos – edifícios, infra-estruturas e outros espaços construídos – baseia-se em procurar bom desempenho em seis vertentes a serem adoptados através dos seguintes princípios:

{ 1 } Valorizar a dinâmica local e promover uma adequada integração. Para tal sugere-se que a integração local procure essa dinâmica no que diz respeito às áreas do Solo, dos Ecossistemas Naturais e da Paisagem e Património;

{ 2 } Fomentar a eficiência no uso dos recursos, abrangendo as áreas da Energia, da Água, dos Materiais e da Produção Alimentar;

{ 3 } Reduzir o impacte das cargas ambientais (quer em valor, quer em toxicidade), envolvendo as áreas dos Efluentes (esgotos), das Emissões Atmosféricas (poeiras e gases), dos Resíduos (lixos), do Ruído Exterior e da Poluição térmico-lumínica (efeito de ilha de calor e excesso de luz);

{ 4 } Assegurar a qualidade do ambiente, focada no conforto ambiental, nas áreas do Conforto Térmico, Iluminação, Qualidade do Ar, e Acústica;

{ 5 } Fomentar a vivência socioeconómicas sustentável, passando pelas áreas do Acesso para Todos, da Diversidade Económica, das Amenidades e Interação Social, da Participação e Controlo, e dos Custos no Ciclo de vida;

{ 6 } Assegurar a melhor utilização sustentável dos ambientes construídos, através da Gestão Ambiental e da inovação.



A2.3. Que aspectos considerar

Esses princípios podem ser avaliados e implementados considerando a aplicação nas várias áreas e critérios, que seguidamente se explicam de forma sumária, abrangendo as seis vertentes consideradas.

A2.3.1 Assegurar uma boa Integração Local

Na perspectiva da sustentabilidade, a localização dos empreendimentos, constituindo a fase inicial de desenvolvimento do projecto, assume-se como um dos aspectos chave do mesmo. Efeitos como a ocupação do solo, as alterações ecológicas do território e da paisagem, a pressão sobre as infra-estruturas e as necessidades de transportes, estão associados à escolha do local e condicionam o seu desempenho ambiental.

No geral, a decisão da escolha do local é da responsabilidade do promotor e deve estar associada ao conhecimento das sensibilidades e particularidades ambientais do mesmo. É útil proceder a uma avaliação das perspectivas de sustentabilidade ao nível da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) se for um plano ou um programa, ou ao nível do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), no caso de ser um projecto de dimensões significativas, ou ainda ao nível de uma análise ambiental expedita, no caso de empreendimentos de dimensão reduzida.

A escolha do local associa-se ao modelo de desenvolvimento perspectivado, o qual se deve

inter-relacionar com a dinâmica local e regional. O modelo adoptado deve integrar-se na perspectiva de desenvolvimento sustentável, ou seja de acordo com o princípio “pensar globalmente, agir localmente”.

A forma de crescimento sustentável (sua localização e integração) é um aspecto muito questionado. Uma solução pode assentar, por exemplo, nos princípios de um crescimento inteligente (referenciado na literatura anglo-saxónica como *smart growth*) que considera a aplicação de 10 princípios (ICMA e *Smart Grow Network*, 2003a; ICMA e *Smart Grow Network*, 2003b):

- { 1 } Uso misto do solo;
- { 2 } Adoptar as vantagens de projectar edifícios compactos;
- { 3 } Criar uma gama de oportunidades de habitações e de escolhas;
- { 4 } Criar uma vizinhança baseada na distância que se pode percorrer a pé;
- { 5 } Criar aspectos distintivos, ou seja, comunidades atractivas com uma forte noção do local;
- { 6 } Manter os espaços abertos, as zonas cultivadas, a beleza natural e as áreas ambientais críticas;
- { 7 } Focar e desenvolver em direcção às comunidades existentes;
- { 8 } Fornecer variedades de opções de transporte;
- { 9 } Tornar decisões de desenvolvimento previsíveis, justas e efectivas em termos de custos;
- { 10 } Encorajar a comunidade e a colaboração dos vários agentes envolvidos (*stakeholder*) nas decisões de desenvolvimento.



Os aspectos ambientais particulares da localização (por exemplo, a topografia, geologia, geotecnia) devem ser entendidos não como um problema, mas como uma oportunidade de desenvolver essas especificidades locais, devendo ser equacionados.

Para contribuir para a sustentabilidade na vertente da Integração Local, considera-se relevante considerar a dinâmica do solo, valorizar e preservar a ecologia local, assegurar a integração na paisagem e a valorização e preservação do património.

No quadro seguinte { **QUADRO A2.1** } sumarizam-se os principais aspectos considerados na vertente da Integração Local. No quadro apresenta-se uma indicação da importância através da ponderação, ou seja do peso de cada área/critério (w_i); por exemplo o solo tem um peso de 7 %. Simultaneamente, deve-se verificar se aplicam requisitos legais (notação de Pre-req, significa que se deve ver se existem pré requisitos legais) e apresenta-se o número do critério, no caso de 1 a 6 (A1 a A3).

É essencial dispor de informação ambiental da zona. Complementarmente e em função das características do local e do empreendimento, pode ser relevante considerar outros aspectos, tais como a condição dos solos.

A2.3.2 Reduzir as necessidades de Recursos

O consumo de recursos, como a energia, a água, os materiais e os recursos alimentares, associa-se a impactes muito significativos do ponto de vista do edificado, sendo este um aspecto fundamental no que se refere à sustentabilidade, nas diferentes fases do ciclo de vida dos empreendimentos.

Os Recursos constituem uma vertente que, numa perspectiva da sustentabilidade, assume um papel fundamental para o equilíbrio do meio ambiente, uma vez que os impactes provocados podem ser muito significativos e podem ocorrer nas diferentes fases do ciclo de vida dos empreendimentos.

Vertentes	Área	Wi	Pre-Req.	Critério	Nºc
Integração local	Solo	7%	S	Valorização territorial	A1
	Ecosistemas naturais	5%	S	Valorização ecológica	A2
3 Critérios	Paisagem e património	2%	S	Valorização paisagística e patrimonial	A3
14%					

{ **QUADRO A2.1** } Integração Local: Áreas e Critérios de base considerados.



A possibilidade de produção alimentar pontualmente para a disponibilização de alimentos, para a ocupação de tempo ligada à natureza e para a redução dos edifícios e das zonas, pode contribuir pontualmente para a redução da pegada do transporte, é um aspecto a considerar.

Vertentes	Área	Wi	Pre-Req.	Critério	Nºc
Recursos	Energia	17%	S	Gestão da energia	A4
	Água	8%	S	Gestão da água	A5
	Materiais	5%	S	Gestão dos materiais	A6
4 Critérios					
32%	Produção Alimentar	2%	S	Produção local de alimentos	A7

{ QUADRO A2.2 } Recursos: Áreas e Critérios de base considerados.

Vertentes	Área	Wi	Pre-Req.	Critério	Nºc
Cargas ambientais	Efluentes	3%	S	Gestão dos efluentes	A8
	Emissões atmosféricas	2%	S	Gestão das emissões atmosféricas	A9
	Resíduos	3%	S	Gestão dos resíduos	A10
5 Critérios	Ruído exterior	3%	S	Gestão do ruído	A11
12%	Poluição ilumino-térmica	1%	S	Gestão ilumino-térmica	A12

{ QUADRO A2.3 } Cargas Ambientais: áreas e critérios de base considerados.

A2.3.3 Reduzir e valorizar as Cargas Ambientais

As cargas ambientais geradas decorrem das emissões dos efluentes líquidos, das emissões atmosféricas, dos resíduos sólidos e semi-sólidos, do ruído e dos efeitos térmicos (aumento de temperatura) e luminosos.

Os impactes das cargas geradas pelos ambientes construídos e actividades associadas decorrem das emissões de efluentes líquidos, das emissões atmosféricas, dos resíduos sólidos e semi-sólidos produzidos, do ruído e complementarmente da poluição térmico-lumínica. Esta vertente foca-se nos edifícios e nas estruturas construídas, bem como na estreita relação que estes estabelecem com o exterior.

A2.3.4 Assegurar um bom nível de Conforto Ambiental

No que diz respeito aos edifícios e ambientes construídos, alguns dos problemas de conforto associados à má qualidade da construção e acabamentos, à fissuração, ventilação deficiente e a falta de manutenção, são os problemas menos identificados.

Desta forma, verifica-se que mesmo em edifícios com uma qualidade construtiva superior, os problemas são muitos e, em grande parte, dizem respeito ao conforto para os ocupantes. Nesta perspectiva, reforça-se a ideia de que o que se anda a construir não só não obedece aos critérios de eficiência energética, como não proporciona a satisfação dos ocupantes.

À luz dos modos de vida actuais e tendo em conta a consciência mais ponderada sobre as questões ambientais e económicas por parte da sociedade em geral, torna-se essencial que os edifícios e os ambientes exteriores respondam não só às exigências de eficiência energética mas também à satisfação dos utentes, pelo que a intervenção nesta área assume um papel relevante e necessário, que deve ser equacionado. Não há regras rígidas e rápidas ou soluções únicas para criar ambientes que respondam ao conforto e ao bem-estar humanos.

No entanto, devem existir métodos de quantificação que demonstrem a eficácia e a eficiência das soluções adoptadas. Essas soluções devem estar associadas a estratégias específicas que dependam dos ocupantes, das actividades e do programa. Os factores seguintes podem ser úteis na consideração de diferentes escalas e questões, facilitando desta forma a capacidade dos ocupantes modificarem as suas condições de conforto nos espaços interiores e exteriores.

A2.3.5 Contribuir para a Vivência Socioeconómica

A criação de ambientes construídos pode contribuir também, de forma relevante, para uma melhor vivência. A questão da vivência económica está relacionada directamente com a sociedade e abrange vários aspectos sociais e económicos, ao garantir o acesso para todos, a dinâmica económica, as aménidades e a interacção social, a participação e o controlo, e os baixos custos no ciclo de vida.



Vertentes	Área	Wi	Pre-Req.	Critério	Nºc
Conforto ambiental	Qualidade do ar	5%	S	Gestão da qualidade do ar	A13
	Conforto térmico	5%	S	Gestão do conforto térmico	A14
3 Critérios	Iluminação e acústica	5%	S	Gestão de outras condições de conforto	A15
15%					

{ **QUADRO A2.4** } Conforto Ambiental: áreas e critérios de base considerados.

A vivência socioeconómica é uma vertente que relaciona directamente a sociedade com o espaço em que esta se situa. Dos vários aspectos sociais e económicos que compõem esta interacção fazem parte:

} no Acesso para Todos – a acessibilidade e a mobilidade, que abrangem o tipo e a facilidade de movimentos e deslocações realizados pela população;

} nas Amenidades e Interação Social – a qualidade e o tipo de amenidades que compõem o espaço, influenciando a qualidade de vida da população e o tipo de interacção social que se fomenta entre a população;

} na Diversidade Económica – a dinâmica económica que, tal como o nome indica, abrange uma maior ou menor variedade de espaços com diferentes tipos de funções e economia;

} na Participação e Controlo – o controlo e a segurança, que garante uma maior ou menor segurança da população e desta com o espaço envolvente, e

as condições de participação nas decisões importantes, que influenciam a sua qualidade de vida;

} nos Custos no Ciclo de Vida – a garantia de baixos encargos durante o ciclo de vida dos ambientes construídos, que estabelecem uma relação mais adequada entre o preço e qualidade.

} Pretende-se que estes aspectos sejam abordados de forma a garantir crescentemente uma estrutura e vivência socioeconómica mais versátil e eficiente para a qualidade de vida da população residente e flutuante.

A2.3.6 Contribuir para o Uso sustentável

A gestão e uso sustentável, quer através da informação a fornecer aos agentes envolvidos, quer através da aplicação de sistemas de gestão, pode assegurar a consistência e concretização dos critérios e soluções com reflexos no desempenho ambiental, uma dinâmica de controlo e melhoria

contínua ambiental dos empreendimentos, e a promoção da inovação. Entre os aspectos relevantes estão o nível de informação e a sensibilização dos utentes (através da criação de, por exemplo, um manual), a adopção de um Sistema de Gestão Ambiental e a inovação de práticas, quer nas soluções, quer na integração e na operação.

Um dos elementos que se pretende reforçar e incentivar aquando da aplicação de soluções que

promovam a sustentabilidade é a adopção de medidas inovadoras. A capacidade para apresentar elementos inovadores na projecção, construção, operação e demolição dos edifícios tem de ser enaltecida, já que cada vez mais os projectos têm a necessidade de se tornarem cada vez mais sustentáveis, pelo que os desafios adquirem uma dimensão de desempenho muito superior à que actualmente se regista.

Vertentes	Área	Wi	Pre-Req.	Critério	Nºc
Vivência socioeconómica	Acesso para todos	5%	S	Contribuir para acessibilidade	A16
	Diversidade económica	4%	S	Contribuir para a dinâmica económica	A17
	Amenidades e interacção social	4%	S	Contribuir para as amenidades	A18
	Participação e controlo	4%	S	Condições de controlo	A19
5 Critérios 19%	Custos no ciclo de vida	2%	S	Contribuir para os baixos custos no ciclo de vida	A20

{ **QUADRO A2.5** } Vivência sócio-económica: áreas e critérios de base considerados.

Vertentes	Área	Wi	Pre-Req.	Critério	Nºc
Uso sustentável	Gestão ambiental	6%	S	Promover a utilização e Gestão	A21
2 Critérios					

{ **QUADRO A2.6** } Uso sustentável: áreas e critérios de base considerados.



A2.4 Aplicar o LiderA no desenvolvimento dos Planos, Projectos e Soluções

A2.4.1 Aplicar de forma preliminar

O sistema LiderA, através da sua aplicação nos empreendimentos, permite suportar o desenvolvimento de soluções que procurem a sustentabilidade. Ou porque se encontra numa fase inicial ou porque o nível de informação é reduzido, a abordagem é qualitativa. Pode assim avaliar-se o edifício ou zona existente e procurar soluções, utilizando para o efeito dois conjuntos de questões que abrangem, as primeiras, os seis princípios referidos (vertentes), e as segundas o conjunto de questões quanto à abrangência da aplicação (ver { QUADRO A2.7 }).

Analisar se estão assumidos os princípios de sustentabilidade no caso de análise

Para aplicar os princípios da sustentabilidade sugere-se um processo iterativo de análise, para verificar se estão a ser aplicados os princípios e em caso de não serem que aspectos devem ser incluídos no plano ou projecto para os concretizar.

Ao efectuar a análise identificam-se soluções que podem dar resposta a estes princípios (ver as questões colocadas na segunda coluna e inserir a resposta na quarta coluna do { QUADRO A2.7 }) indicando (na terceira coluna do { QUADRO A2.7 }) se foi considerado o princípio parcialmente (atribuindo-lhe um valor de 1) ou totalmente (atribuindo-lhe o valor de 2).

Os valores atribuídos devem ser somados no final. No caso de a soma ser superior a 6 indica que se está a caminhar para a sustentabilidade, mas que importa considerar outros aspectos. Se tiver um valor de 12 então é porque estão assumidos os princípios chave da sustentabilidade. Caso seja inferior a 12 deve ser considerado que aspectos poderão vir a ser incorporados e que oportunidades de melhoria existem para o caso em análise, sendo de considerar a possibilidade de as incorporar.

Analisar se princípios de sustentabilidade estão a ser aplicados nas diferentes áreas de sustentabilidade no caso de análise

Para analisar a abrangência da aplicabilidade dos princípios às várias áreas da sustentabilidade, também através de um processo iterativo de análise, deve verificar-se em primeiro lugar se se abrange as diferentes áreas e, no caso de não serem abrangidas, que aspectos devem ser incluídos no plano ou projecto para as incluir.

Ao efectuar a análise, identificam-se soluções que podem dar resposta para estas áreas (ver as questões colocadas na quinta coluna e inserir a resposta na oitava coluna do { QUADRO A2.7 }) indicando (na sétima coluna do { QUADRO A2.7 }) se foi considerado o princípio parcialmente (atribuindo-lhe um valor de 1) ou totalmente (atribuindo-lhe o valor de 2).

Os valores atribuídos devem ser somados no final. No caso de a soma ser superior a 6 indica que se está a caminhar para a sustentabilidade, mas com uma abrangência parcial, pelo que é de

Assumir dos princípios?

Abrangência da Aplicação?

Vertente	Questões iniciais?	NPT	Descrição	Área	Abrangência da aplicação	NPT	Descrição
Integração local	Está prevista a valorização da dinâmica local e promover uma adequada integração?			Solo	A integração local procura essa dinâmica no que diz respeito à área do Solo, aos Ecossistemas naturais e Paisagem e ao Património?		
				Ecossistemas naturais			
				Paisagem e património			
Recursos	Está assumido o fomentar da eficiência no uso dos recursos naturais?			Energia	Abrange a área da Energia, a Água, os Materiais e os recursos Alimentares?		
				Água			
				Materiais			
				Produção alimentar			
Cargas ambientais	Está previsto o reduzir do impacto das cargas ambientais (quer em valor, quer em toxicidade)?			Efluentes	Envolve as áreas dos Efluentes (esgotos), as Emissões Atmosféricas (poeiras e gases), os Resíduos (lixos), o Ruído Exterior e a Poluição Ilumino-térmica (excesso de luz e efeito de ilha de calor)?		
				Emissões atmosféricas			
				Resíduos			
				Ruído exterior			
				Poluição ilumino-térmica			
Conforto ambiental	Está assegurada a qualidade do ambiente, focada no conforto ambiental?			Qualidade do ar	Está considerada a Qualidade do Ar, do Conforto Térmico, da Iluminação e Acústica?		
				Conforto térmico			
				Iluminação e acústica			
Vivência socioeconómica	Assume-se fomentar as vivências socioeconómicas sustentáveis?			Acesso para todos	É abrangido o Acesso para Todos (incluindo a transportes públicos), considera os Custos no Ciclo de vida, a Diversidade Económica, as Amenidades e a Interação Social e Participação e Controlo?		
				Diversidade económica			
				Amenidades e interação social			
				Participação e controlo			
				Custos no ciclo de vida			
Uso sustentável	Estão assumidos condições de boa utilização sustentável?			Gestão ambiental	Estão assumidos modos de gestão sustentável e possibilidades de inovação?		
				Inovação			

{ QUADRO A2.7 } Princípios e abrangência da aplicação. NPT Não (0), Parcial (1), Total (2).



analisar se não se devem considerar outros aspectos. Se tiver um valor de 12, então é porque estão assumidos princípios chave da sustentabilidade, abrangendo as diferentes áreas. Caso seja inferior a 12 deve ser considerado que aspectos podem vir a ser incorporados e que oportunidades de melhoria existem para o caso em análise sendo de considerar a possibilidade de incorporar essas intervenções dando uma abrangência alargada.

Esta abordagem do LiderA agora referida contribui assim nesta fase para compreender qual é o âmbito da procura da sustentabilidade posicionando e identificando áreas de intervenção a desenvolver.

A2.4.2 Aplicar de forma detalhada

Numa fase de análise mais detalhada, pode ser avaliado o desempenho através de uma avaliação ao nível dos critérios do LiderA, nomeadamente identificando quais os níveis de desempenho, valores ou soluções, que permitem implementar a sustentabilidade.

Assim, vertente a vertente, área a área, critério a critério, cada empreendimento procura desenvolver as soluções mais ajustadas ao seu posicionamento económico e de mercado, registar os comprovativos dessa solução e sempre que possível do desempenho que consegue atingir. Este processo utiliza o sistema LiderA e os seus níveis Classe E a A++, como base para orientar e concretizar a procura da sustentabilidade e sua implementação.

Análise detalhada:

Critérios e níveis de desempenho

Como apoio à procura da sustentabilidade, sugere-se um conjunto de critérios nas diferentes áreas. Os critérios propostos pressupõem que as exigências legais são cumpridas e que são adoptadas como requisitos essenciais mínimos nas diferentes áreas consideradas, incluindo a regulamentação aplicada ao edificado, sendo a sua melhoria a procura da sustentabilidade.

Para orientar e avaliar o desempenho, o sistema possui um conjunto de critérios que operacionalizam os aspectos a considerar em cada área. Na versão LiderA África estão predefinidos 22 critérios, um por cada área. Os critérios estão numerados de 1 a 22 (isto é, um critério sugerido como N°C).

Níveis de desempenho:

Factor 1, 2, 4 e 10 e Classes E a A++

Tal como noutros sistemas internacionais de avaliação, de que são exemplo o BREEAM, o LEED, o HQE e o CASBEE (Pinheiro, 2006), estas propostas evoluem com a tecnologia, permitindo assim dispor de soluções ambientalmente mais eficientes. No entanto, os critérios e as orientações apresentadas pretendem ajudar a seleccionar, não a melhor solução existente, mas a solução que melhore, preferencialmente de forma significativa, o desempenho existente, também numa perspectiva económica.

Para cada tipologia de utilização e para cada critério são definidos os **níveis de desempenho considerados**, que permitem indicar se a solução é

ou não sustentável. A parametrização para cada um deles segue, ou a melhoria das práticas existentes, ou a referência aos valores de boas práticas, tal como é usual nos sistemas internacionais.

Estes níveis são derivados a partir de dois referenciais chave. O primeiro assenta no desempenho tecnológico, pelo que a prática construtiva existente é considerada como nível usual (Classe E) e o melhor desempenho decorre da melhor prática construtiva viável à data, o que tem como pressuposto que uma melhoria substantiva no valor actual é um passo no caminho da sustentabilidade. Decorrentes desta análise, para cada utilização, são estabelecidos os níveis de desempenho a serem atingidos.

Às classificações nos critérios é atribuído um nível global de desempenho ambiental que se encaixa num dos escalões de avaliação, sendo que as avaliações iguais ou superiores a A são aquelas que mais se evidenciam em termos de desempenho ambiental. Como referencial no valor global final, considera-se que o melhor nível de desempenho é A, significando uma redução de 50% face à prática de referência (no geral a prática actual), que é considerada como E.

O reconhecimento é possível de ser efectuado nas classes C a A. Na melhor classe de desempenho existe, para além da classe A, a classe A+, associada a um factor de melhoria de 4 e a classe A++ associada a um factor de melhoria de 10.

As soluções que sejam regenerativas do ponto de vista do ambiente, isto é com balanço positivo, enquadrando-se numa lógica de melhoria, classificada como superior a 10, associam-se à classe A+++.

A título indicativo, apresentam-se no quadro seguinte { **QUADRO A2.8** } as vertentes, áreas e critérios, da versão Lidera África, sendo que se resumizam os principais aspectos a considerar para as diferentes áreas consideradas na procura da sustentabilidade, num caso de análise detalhada.

Como sugestão de aplicação deve olhar-se para a proposta de intervenção (em projecto) ou caso de análise (edifício ou ambiente construído existente) e procuram-se identificar quais as soluções a adoptar ou presentes e qual será o seu nível de desempenho.

O foco central da análise na avaliação aos ambientes construídos assenta no desempenho em situação normalizada do ambiente construído, do edifício, do espaço público, etc. Isto é, como funciona o edificado numa utilização padrão, por exemplo uma sala de aulas durante as 8 horas previstas, ou a habitação no período usual, ou o espaço público.

Esta utilização normalizada revela como funciona o edificado projectado ou construído, tal como quando se indica um automóvel consome 6 litros aos 100 km se está a indicar que num circuito específico, parte urbano e parte rural, esse é o consumo médio. Naturalmente, em função do tipo de utilização o valor pode ser maior o menor. Da mesma forma, os valores de desempenho normalizado são utilizados para a avaliação, posicionamento, reconhecimento/certificação pelo LiderA, e permitem ver as possibilidades de melhoria, nomeadamente através da adopção de soluções construtivas.

Vertentes	Área	Wi	Pre-Req.	Critério	Nºc	C.A.	F.A.
Integração local	Solo	7%	S	Valorização territorial	A1		
3 Critérios	Ecosistemas naturais	5%	S	Valorização ecológica	A2		
14%	Paisagem e património	2%	S	Valorização paisagística e patrimonial	A3		
Recursos	Energia	17%	S	Gestão da energia	A4		
	Água	8%	S	Gestão da água	A5		
4 Critérios	Materiais	5%	S	Gestão dos materiais	A6		
32%	Produção alimentar	2%	S	Produção local de alimentos	A7		
Cargas ambientais	Efluentes	3%	S	Gestão dos efluentes	A8		
	Emissões atmosféricas	2%	S	Gestão das emissões atmosféricas	A9		
	Resíduos	3%	S	Gestão dos resíduos	A10		
5 Critérios	Ruído exterior	3%	S	Gestão do ruído	A11		
12%	Poluição ilumino-térmica	1%	S	Gestão ilumino-térmica	A12		
Conforto ambiental	Qualidade do ar	5%	S	Gestão da qualidade do ar	A13		
3 Critérios	Conforto térmico	5%	S	Gestão do conforto térmico- condições de conforto	A14		
15%	Iluminação e acústica	5%	S	Gestão de outras condições de conforto	A15		
Vivência socioeconómica	Acesso para todos	5%	S	Contribuir para acessibilidade	A16		
	Diversidade económica	4%	S	Contribuir para a dinâmica económica	A17		
	Amenidades e interação social	4%	S	Contribuir para as amenidades	A18		
5 Critérios	Participação e controlo	4%	S	Condições de controlo	A19		
19%	Custos no ciclo de vida	2%	S	Contribuir para os baixos custos no ciclo de vida	A20		
Uso sustentável	Gestão ambiental	6%	S	Promover a utilização e Gestão	A21		
2 Critérios	Inovação	2%	S	Promover a inovação	A22		
8%							

{ **QUADRO A2.8** } Aplicação do LiderA – nível detalhado. **C.A.** Classe de avaliação; **F.A.** Fundamentação da avaliação.



Como se avalia: prescritivo versus Desempenho

No caso da aplicação dos critérios, estes podem ter uma lógica prescritiva, isto é, referenciar a solução a adoptar ou podem ser de desempenho, isto é, associarem-se a valores de desempenho, por exemplo percentagem de energias renováveis utilizadas para aquecimento das águas quentes sanitárias.

As vantagens dos critérios prescritivos é que apresentam logo a solução a adoptar, sendo fácil este passo; as desvantagens é que restringem a solução a adoptar. Os critérios de desempenho apresentam a vantagem de permitir escolher a gama de soluções mais ajustadas, embora seja por vezes difícil de avaliar o desempenho em fases iniciais do projecto, onde é muito importante que a sustentabilidade comece a ser considerada.

Assim, a solução adoptada para a versão LiderA África assenta num conjunto de critérios prescritivos, pressupondo a capacidade de integração e valorização da paisagem e assumindo uma perspectiva de qualidade arquitectónica. Os critérios propostos são uma base (núcleo) passível de ser ajustada, face ao tipo de utilização do empreendimento e aos aspectos ambientais considerados.

Por exemplo, no caso de uma habitação social, a acessibilidade à comunidade pode e deve ser entendida como o acesso aos utentes e o respectivo custo. No caso de um edifício de um banco o critério da acessibilidade pode ser entendido como segurança, e assim sucessivamente.

A lógica é, no geral, que o valor ou solução se for superior a 50 % às práticas usuais (e em mui-

tos casos não adequadas, excepto nas soluções vernaculares) se classifica como classe A e se for quatro vezes superior como classe A+ e dez vezes superior como classe A++. Para a aplicação em casos concretos é de referir que pode ser contactado o sistema LiderA (geral@lidera.info) para obter mais informação.

A2.4.3 A certificação pelo Sistema LiderA

A aplicação para certificação pelo LiderA assenta no acordo para a candidatura, com a equipa de desenvolvimento do LiderA, durante a qual serão aferidos os critérios aplicados e respectivos limiares, em função dos usos e da fase em causa. Para a respectiva aplicação e instrução do processo, é relevante a participação dos assessores do sistema, que apoiem o desenvolvimento das soluções do empreendimento, bem como sistematizem os comprovativos.

O seu reconhecimento em fase de projecto ou certificação em fase de construção ou operação, decorre da obtenção de provas quanto ao nível atingido e é efectuado através de um processo de verificação desses comprovativos e nível do nível de desempenho atingido, por uma terceira parte (independente face ao empreendimento) e indicada pelo sistema LiderA.

O reconhecimento é possível ser efectuado quando se comprova que, para as diferentes áreas ou no global, o empreendimento se encontra nas classes C (superior em 25% à prática), B (superior em 37,5 % à prática) e A (50% superior à prática). Na melhor



classe de desempenho existe, para além da classe A, a classe A+, associada a um factor de melhoria de 4 e a classe A++ associada a um factor de melhoria de 10 face à situação inicial considerada, sendo esta última equivalente a uma situação regenerativa.

Para cada tipologia de utilização são definidos os **níveis de desempenho considerados**, que permitem indicar se a solução é ou não sustentável. A parametrização para cada um deles segue, ou a melhoria das práticas existentes, ou a referência aos valores de boas práticas, tal como é usual nos sistemas internacionais.

Exemplo de Certificações pelo Sistema LiderA

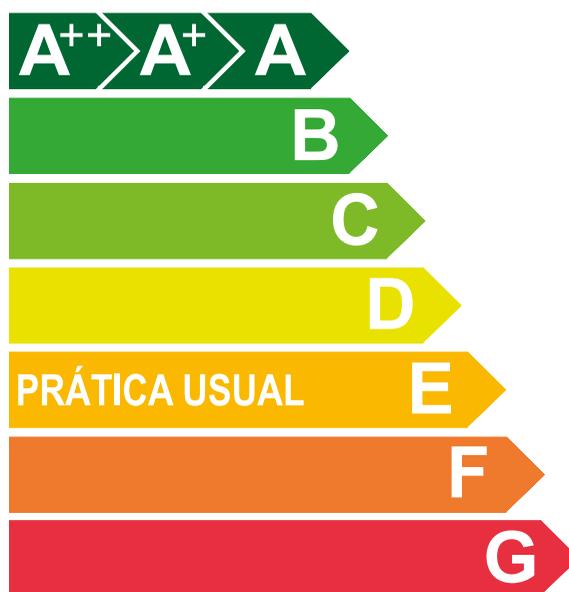
Em Outubro de 2007, em Lisboa, foram atribuídos os primeiros cinco certificados de bom desempenho ambiental (Classe A) pela marca portuguesa registada LiderA – Sistema de Avaliação da Sustentabilidade. Desde essa altura, o sistema Lider A têm sido utilizado para o reconhecimento e certificação de empreendimentos pelo seu bom desempenho, abrangendo uma diversidade de situações; no sector residencial, empreendimentos turísticos de vulto, edifícios de serviços, ou intervenção em planos de pormenor de novas áreas de expansão urbana. Os exemplos mais representativos dos certificados atribuídos são apresentados no *website* www.lidera.info.

Actualmente estão em curso candidaturas muito inovadoras de avaliação para países africanos de língua oficial portuguesa, quer em termos de planeamento urbano, quer em termos de projecto de arquitectura (nova construção e reabilitação).

A2.5 Concluindo

A procura da sustentabilidade começa a abranger diferentes empreendimentos e desafia estruturalmente o sector da construção. O Sistema LiderA tem como objectivo liderar a procura de boas soluções ambientais e de sustentabilidade nas diferentes fases, desde o plano ao projecto, à obra, manutenção, gestão, reabilitação e até à fase final de demolição. Para efeito define um conjunto de seis princípios, que se subdividem em vinte e duas áreas e em 22 critérios. Os critérios estão numerados de 1 a 22 (isto é, um critério sugerido com N°C).

Para o sistema LiderA o grau de sustentabilidade é mensurável e passível de ser certificado em classes de bom desempenho (C, B, A, A+ e A++) que incluem uma melhoria de 25% (Classe C) face à prática (Classe E), passando por uma melhoria de 50% (Classe A), melhoria de factor 4 (Classe A+) até uma melhoria de factor 10 (Classe A++).



{ FIG. A2.3 } Níveis de Desempenho Global.

O sistema LiderA pode ser utilizado para efectuar o desenvolvimento e a procura de soluções, de forma integrada e eficiente, quer nas fases preliminares ou qualitativas, quer nas fases detalhadas e quantitativa, permitindo assim um apoio estrutural ao longo das várias fases dos projectos.

O LiderA assume-se assim como um instrumento de apoio ao desenvolvimento de soluções sustentáveis integradas e de certificação, dando assim ao mercado uma referência da boa procura da sustentabilidade.



{ FIG. A2.4 } Sistema Lidera.

Autor: Manuel Duarte Pinheiro, Instituto Superior Técnico. Responsável do Sistema LiderA (www.lidera.info)

Bibliografia

BRANCO, F., Brito, J. (2003). Materiais, Durabilidade na Construção, Renovação e Demolição – Comunicação in Curso: “Construção Sustentável – Estratégias, Projectos e Sistemas de Apoio, Coord. Manuel Duarte Pinheiro, Maio 20 – 22 de 2003 Fundec/ IST, Lisboa.

CIB – Conseil International du Bâtiment. (1999). Agenda 21 on sustainable construction. CIB Publication 237, 121 p. Rotterdam, Holland.

CIB & UNEP-IETC (2002). Agenda 21 for Sustainable Construction in Developing Countries. WSSD edition, Published by the CSIR Building and Construction Technology, Pretoria, South Africa,

COLE, R. (2003, May 14). Building environmental assessment methods: A measure of success. International electronic journal of construction (IeJC). Special Issues: Future of Sustainable Construction, 8–22 p. Disponível em <http://www.bcn.ufl.edu/iejc/pindex/si/10/index.htm>

ICMA – International City/County Management Association e Smart Growth Network. (2003a). Getting to smart growth – 100 policies for implementation. Smart Growth Network, 104 p. Disponível em: <http://www.smartgrowth.org/pdf/gettosg.pdf>

ICMA – International City/County Management Association e Smart Growth Network. (2003b). Getting to Smart Growth – 100 more policies for implementation. Smart Growth Network, 122 p. Disponível em: <http://www.smartgrowth.org/pdf/gettosg2.pdf>.



INE – Instituto Nacional de Estatística. (2004). Estatísticas do ambiente 2003.

MAZRIA, E. (1979). The passive solar energy book. Rodale Press, Emmaus, Pennsylvania.

MENEZES, M. (2000). A satisfação residencial. Tópicos de reflexão acerca do estudo de análise. LNEC, Lisboa.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (1994). The contribution of amenities to rural development. Paris.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2001). Environmental Outlook. OCDE, Paris.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2003). Environmental sustainable building – challenge and policies. OCDE, 194p. Paris, France.

PINHEIRO, M. D. (2004, Outubro 27 – 29). Linhas gerais de um sistema nacional de avaliação da construção sustentável. 8ª Conferência Nacional do Ambiente, Centro Cultural de Lisboa, Lisboa.

PINHEIRO, M. D. (Revisão Científica Correia, F.N.; Branco, F.; Guedes, M. C.) (2006). Ambiente e Construção Sustentável. Instituto do Ambiente, Amadora, Portugal.

PINHEIRO, M. D. (2007). Sistemas de Gestão Ambiental para a Construção Sustentável. Tese Doutoramento em Engenharia do Ambiente. IST/ UTL, Lisboa.

UNEP – United Nations Environment Programme. (1999). Global environment outlook 2000. New York, USA.

UNPD – United Nations Population Division. (1998). World population prospects 1950–2050 (The 1998 Revision). United Nations. Disponível em <http://esa.un.org/unpp/>

A3 Vegetação e Conforto Microclimático

COM REFERÊNCIA A PAÍSES AFRICANOS



{ FIG. A3.1 } Benefícios da vegetação: sombreamento, arrefecimento do microclima (evapotranspiração), redução da poluição e conforto psicológico.

Esta secção visa mostrar a possibilidade de melhorar o microclima local através da vegetação. Foca em particular o microclima exterior associado a edifícios localizados no meio urbano, em países africanos lusófonos, durante a estação quente e seca. É referido o potencial microclimático da vegetação em condicionar um espaço para reduzir as altas temperaturas, minimizando a sensação de desconforto.

Alguns factores que influenciam as variações de temperatura e humidade são: o tipo e tamanho

da vegetação, formato de copa, a qualidade e permeabilidade de sombra projectada, e também a fisiologia vegetal. O uso da vegetação é uma estratégia de arrefecimento passivo eficiente, de baixo custo e baixa manutenção. O seu uso gera espaços mais confortáveis, salubres, humanos e dignos, elevando a qualidade de vida da população.

Como a maioria das questões na sociedade moderna, a arquitectura também foi influenciada pelo processo de globalização, onde a cultura e identidade local tem dado lugar à voz maciça da ignorância e o poder do mais forte. Grandes caixas de vidro, totalmente seladas, estão sendo construída nos trópicos, ignorando qualquer recurso natural ou potencial bioclimático. A África não é,

infelizmente, excepção. As “caixas de vidro” seladas estão proliferando pelas cidade, sem noção do seu absurdo e efeitos negativos. Importar ideias, tipologias e conceitos arquitectónicos de países estrangeiros, onde a geografia, o meio ambiente e o clima são absolutamente diferentes do contexto local, tem levado a soluções arquitectónicas impróprias e inadequadas.

É importante, se não essencial, que se faça uso ao máximo do potencial do meio ambiente, para se obter o maior benefício possível, de uma maneira inteligente e sustentável

Para muitos, a questão da habitação de baixa renda é meramente um exercício matemático de economia e estatística, resultando muitas vezes em



{ FIG. A3.2 } Conforto microclimático – o efeito da vegetação como factor de agregação social. Cidade Velha, ilha de Santiago.



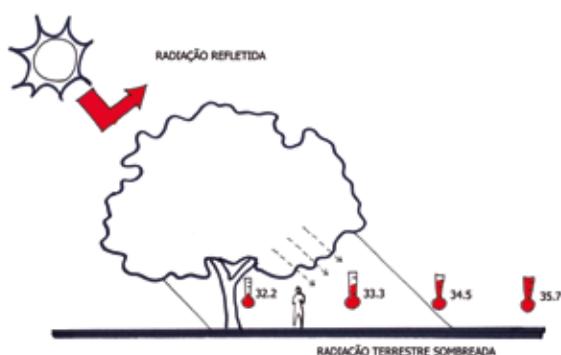
soluções indevidas. A solução apropriada para uma comunidade não é necessariamente apropriada para outra. Há milhares de pessoas com problemas habitacionais e urbanos, e por isso deveria haver milhares de soluções. As ideias devem ser abundantes e apropriadas para cada contexto. O conhecimento não deve jamais ser ignorado, sempre se aperfeiçoando de experiências passadas. Consequentemente, valores culturais, tradições e memória histórica, tudo que faz pessoas e cidades distintas, interessantes e únicas, devem ser preservados. As árvores e vegetação de um modo geral, podem melhorar condições microclimáticas indesejáveis em torno de edificações. Todavia, seu potencial tem sido ignorado, principalmente pela falta de informações sobre as suas vantagens em termos de providenciar conforto e bem estar, além dos benefícios em termos energéticos e ambientais.

Muitas vezes o processo de urbanização tem sido caracterizado por devastação, onde toda a co-

bertura vegetal nativa é removida de forma irresponsável, na tentativa de simplificar a implementação urbana. O processo de devastação traz um enorme impacto negativo no meio ambiente deixando a terra vulnerável a erosões, escassez de sombreamento e muita poeira. O maior problema porém é a exposição à excessiva e castigante radiação solar. Essa combinação agrava ambientes já secos resultando em áreas de muita pouca humidade, sendo os baixos valores considerados alarmantes para a saúde pela World Health Organisation (WHO). Estas condições tornam algumas tarefas do cotidiano urbano impraticáveis em certas épocas do ano. Para se criarem ambientes internos e externos confortáveis, ou para se reduzir a carga de arrefecimento, construir com o controle solar em mente é essencial. É vital o melhoramento do microclima externo para se alcançarem espaços mais confortáveis, principalmente para pessoas que não tem nenhum outro recurso ou meio para explorar a



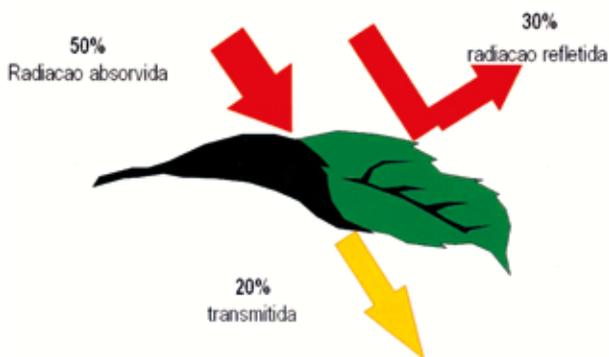
{ FIG. A3.3 } Processos de sombreamento (proteção da radiação solar) e evapotranspiração.



{ FIG. A3.4 } Sombreamento: redução de temperaturas.

não ser o entorno imediato. Analisando o clima e vegetação local, podemos perceber o potencial que a implantação de árvores ao redor da casa tem para o controle ambiental microclimático, providenciando arrefecimento passivo através do sombreamento e da humidificação do ar através da evapotranspiração. Com a vegetação urbana há ainda benefícios psicológicos e culturais, além de ganhos sustentáveis como retenção de poluição, absorção de barulho e poluição, filtração dos raios solares e produção de frutos.

Da mesma forma que não há nenhuma luz melhor do que a luz solar natural, e não há nenhuma brisa melhor do que a brisa de vento, não há também nenhuma sombra melhor do que a de uma árvore. Os benefícios associados ao microclima com árvores são descritos posteriormente, em especial a importância da utilização de árvores e seus efeitos em diminuir a temperatura e aumentar os níveis de humidade relativa por meio de bloqueio do sol e da transpiração da folha. Extremo calor e secura são as principais causas de condições fisiológicas desconfortáveis em locais quentes. Bernatzky (1978) afirma que “o sobreaquecimento provoca distúrbios da saúde: congestionamento de sangue para a cabeça, dor de cabeça, náusea e fadiga.” Projectar com vegetação está directamente relacionado e afecta o conforto térmico das pessoas. Nesses casos é crítico o controle da radiação solar, e a maximização do ganho por evaporação. São seguidamente descritos os efeitos microclimáticos das árvores.

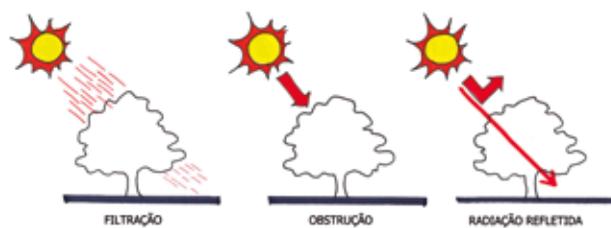


{ FIG. A3.5 } Radiação reflectida, absorvida e transmitida por uma folha.

As variáveis do microclima incluem a radiação solar e terrestre, velocidade de vento, humidade, temperatura do ar e precipitação. O microclima da subcoba é o espaço térmico em baixo da folhagem que é determinado pelas características da árvore, relacionado as condições ambientais circundantes

{ FIGURA A3.3 }.

A vegetação é um elemento ideal para a obstrução de radiação solar pois tem baixa transmitância; evitando a passagem da radiação para os espaços adjacentes. Não sobreaquece acima da temperatura do ar devido à sua capacidade auto-regulação. Em geral, e é considerado que, da radiação entrando em uma folha, aproximadamente 50% é absorvida, 30% reflectida e 20% transmitida (Robinnette, 1983) { FIGURA A3.5 }. Como a maioria das copas são constituídas por múltiplas camadas, a radiação é filtrada, resultando em uma transmitância muito baixa, quando atinge a parte inferior da copa. Grande parte da radiação é reflectida para outras folhas, reduzindo assim o montante que se reflecte a espaços adjacentes. A maioria da radiação absorvida pelas



{ FIG. A3.6 } Contributo da vegetação para a filtração do ar, e obstrução e reflexão da radiação solar.

árvores e plantas é perdido pela evaporação da humidade que é transpirada pelas folhas ou absorvida pela terra e lentamente liberada.

A evapotranspiração é um processo natural da bioquímica das plantas, que tem o efeito de influenciar o arrefecimento. Durante este processo as árvores absorvem água através de suas raízes, que atravessa seu tronco e pela transpiração das folhas, lentamente introduzem água para a atmosfera circundante. Por conseguinte, o ar perto de espaços verdes tende a ser mais húmido. Enis (1984) descreve que uma árvore madura de grande porte pode criar um efeito de arrefecimento de 2500kcal/h, que equivale a cinco aparelhos de ar condicionado de tamanho convencional funcionando 20 h/dia. Federer (1976), também, confirma que a sombra de uma grande árvore urbana de 20 metros pode fornecer tanto frio quanto aparelhos de ar condicionado funcionando praticamente o dia todo. Sendo assim, a evapotranspiração pode providenciar um melhoramento local da ilha de calor urbana, e reduzir a energia necessária para o arrefecimento de espaços em edificações.

A grande fonte de energia no microclima de qualquer local, é radiação solar. O excesso de calor e luz que evitamos, geralmente é bem vinda pela vegetação. A quantidade de radiação recebida e mantida em um microclima irá depender de suas características como tamanho, localização e orientação do sítio e os objectos nesse sítio; as características de superfície; o tamanho e tipo de vegetação. Copas finas e leves podem interceptar 60–80% da radiação solar e copas densas podem interceptar até 99%. Morfologias diferentes de árvores e folhas terão variações. Galhos e ramos também ajudam a bloquear a radiação solar. No caso de locais quentes, a obstrução eficiente dos excessos solares é uma necessidade e a árvore uma eficiente aliada, de baixo custo e manutenção.

Elementos de paisagem têm diferentes albedos e espécies de árvores diferentes interceptam radiação em níveis diferentes, dependendo da época do ano. Sua altura, transmissividade da copa, sazonalidade, folhagem e desfolhação são algumas maneiras como as árvores se diferenciam na sua capacidade de influenciar a radiação directa. Radiação solar directa incidindo em paredes e janelas é a principal fonte de ganhos de calor, mas dois outros factores também são importantes: calor do ar ambiente radiação indirecta decorrente das imediações. Todos os três desses factores podem ser moderados por plantação de árvores próximas à residência.

As árvores ajudam especialmente no sombreamento de telhados e muros. Pode ser usada de três



{ FIG. A3.7 } Vegetação para sombreamento do edifício: 1) numa rua na cidade do Mindelo; 2) numa zona rural em Santo Antão; 3 e 4) na Cidade Velha, ilha de Santiago.

maneiras para proteger o edifício da radiação solar, sendo elas: adjacente ao edifício, sobre a construção e independente do edifício. Telhados com vegetação podem diminuir o fluxo de calor através da laje na cobertura. Alguns estudos de Cantuária (2001) exemplificam bem as variações de temperatura em microclimas com árvores. Nos exemplos estudados, a mangueira apresentou ser um excelente condicionador de ar natural.

As árvores têm também uma influência benéfica na saúde. A presença de árvores nas cidades foi associada à redução de stress mental e física dos

seus habitantes. Paisagens com árvores e vegetação “produzem estados fisiológicos mais relaxados nos seres humanos do que paisagens que carecem de recursos naturais” (Ulrich, 1984). O ar mais puro também deverá melhorar a saúde.

As árvores trazem benefícios sociológicos, contribuindo para a vitalidade de uma cidade ou de uma vizinhança. Elas podem dominar a paisagem urbana e contribuir para seu carácter e imagem de um ambiente habitável e atraente. O paisagismo urbano traz uma responsabilidade ambiental, ética e um forte senso de comunidade, capacitação, para os resi-



dentes. Plantar árvores melhora as condições da vizinhança e reforça o sentimento da comunidade de identidade social, auto-estima, territorialidade e promove a educação ambiental e sensibilização. A vegetação urbana ajuda a aliviar algumas das dificuldades da cidade especialmente para grupos de baixa renda, e podem fornecer uma oportunidade tão necessária para crianças de cidade de experimentar a natureza.

Através da sua rede de raízes e efeitos hidrológicos, as árvores afectam também substancialmente a estabilidade de encostas inclinadas, e impedem a erosão. Funcionam também como estruturas de retenção e detenção, quando reduzindo o escoamento, que é essencial em muitas comunidades, como assentamentos urbanos populares onde a tubulação de drenagem não é inexistente. O custo do tratamento de água das chuvas em assentamentos pode ser diminuído, reduzindo o escoamento devido a interceptação de chuvas. Portanto reduzindo a taxa e o volume de escoamento de água das chuvas, danos de inundação, custos de tratamento de água de tempestade e problemas de qualidade da água, árvores urbanas pode desempenhar um importante papel nos processos hidrológicos urbanos.

Quando bem projectadas, plantações de árvores e arbustos podem reduzir significativamente o ruído, agindo como abafadores de som. As folhas absorvem o som e reduzem o tempo de reverberação. Reduções de 50% ou mais podem ser alcançadas na intensidade aparente por amplos cintos de árvores densas e altas combinados com superfícies macias de terreno (Cook, 1989).

Recomendações de design:

} Uma árvore deve ser localizada por forma a fornecer o máximo de sombreamento para as fachadas, particularmente a Nascente e Poente. As fachadas com maior área de janela devem ser privilegiadas em sombreamento.

} O potencial de arrefecimento da sombra tende a diminuir com a distanciamento do seu tronco. Devem ser plantadas árvores considerando que quando maduras, a parte externa da copa esteja perto da fachada. Neste processo devem ser também consideradas restrições em termos de segurança, relacionadas com o sistema de raízes e a resistência do ramo.

} Deve-se buscar o sombreamento das coberturas por altas e grandes copas. Danos ao edifício, ou de paredes, podem ser evitados, seleccionando as espécies correctas para o espaço disponível.

} Em locais onde a necessidade de refrigeração do ambiente está presente quase todo o ano recomenda-se o plantio de espécies perenes, com rápido crescimento.

Autor: Gustavo Cardoso Cantuária,
University of Cambridge



Bibliografía

BERNATZKY, Aloys (1978). Climatic influences of the green and city planning. *Journal of Arboriculture*, vol. 3, pp. 121–127.

CANTUARIA, G. A. C. (2001). *Vegetation and Environmental Comfort* PhD thesis, Architectural Association School of Architecture, London.

ENIS, Ruth (1984). Landscape and climate – the interdependence of some of their factors. *Energy and Buildings*, vol. 7, pp.77–85.

FEDERER, C. A. (1976). Trees modify the urban climate. *Journal of Arboriculture*, vol. 2, pp. 121–127.

FITCH, J. M. (1971). *The Environmental forces that shape it*. Schocken books, New York.

KAPLAN, R. and KAPLAN (1989). *The Experience of nature: A Psychological perspective*. Cambridge University Press, Cambridge, England. JONES, Hamlyn G. (1992). *Plants and Microclimate: a quantitative approach to environmental plant physiology*. 2nd ed., Cambridge University Press, Cambridge, England.

LAWSON, M. (1996). *Vegetation and Sustainable Cities*. *Arboricultural Journal*, vol. 20, pp. 161–171. MACKENZIE, Dorothy (1991). *Green Design: Design for the environment*. Laurence King, London.

OLGYAY, Victor (1960). *Design with Climate – Bioclimatic approach to architectural regionalism*. Princeton University Press, USA.

PALLASMAA, Juhani (1991). From Metaphorical to Ecological Functionalism. *Architectural Review*, 1156, pp. 74–79.

PALLASMAA, Juhani (1996). *The Eyes of the skin – Architecture and the senses*. Academy Editions, London.

RICE, Marilyn and RASMUSSEN, Elizabeth (1992). Healthy cities in developing countries. In John Ashton (ed.) *Healthy cities*. Open University Press, Milton Keynes, England.

ROBINETTE, Gary O. (1983a). *Landscape Planning for energy conservation*. Van Nostrand Reinhold Company, New York.

SAINI, Balwant Singh (1973). *Building Environment: an illustrated analysis of problems in hot, dry lands*. Angus and Robertson, Sydney, Australia.

ULRICH, R. S. (1984). View through a window may influence recovery from surgery. *Science*, vol. 224, pp. 420–421. WILLEKE, Donald C. (1989). From 'nicety' to 'necessity'. *Journal of Arboriculture*, vol. 15(8), pp. 192–197.

ZION, Robert L. (1995). *Trees for Architecture and Landscape*. Van Nostrand Reinhold, New York.





A4 A gestão urbana e o licenciamento: revisão bibliográfica

Neste anexo é apresentada e comentada a bibliografia actual e relevante na área da gestão urbana – numa perspectiva de sustentabilidade. São também sumariamente descritos conceitos essenciais. A literatura que indicamos serve como fonte de inspiração para todos, e os diversos títulos mencionados são facilmente acessíveis.

A4.1 O processo de promoção imobiliária

Definição

Na promoção imobiliária identificamos o papel dos agentes principais – o promotor imobiliário e o Município (autarquia local). Também há outros agentes, como por exemplo os construtores individuais, incluindo os auto-construtores. Neste grupo encontramos as construções legais e clandestinas. Uma forma identificar o papel destes agentes é definir a participação nalgumas partes do processo de promoção imobiliária.

O processo de promoção imobiliária pode ser definido em várias formas, por exemplo:

“A transformação da forma física, conjunto de direitos, e valor material e simbólico de terrenos e edifícios, através da acção de agentes com interesses e propósitos na aquisição e utilização de

recursos, nas regras de funcionamento, e na aplicação e desenvolvimento de ideias e valores” (Healey 1991)

“...um processo que envolve a alteração ou a intensificação do uso da terra para produção de edifícios para ocupação.” (Wilkinson & Reed 2008)

Estas duas definições focam a transformação do terreno com a construção. Começa-se com uma ideia e uma análise da possibilidade mudar o uso do terreno para ter um aproveitamento melhor. A construção vem como consequência desta análise, e do investimento.

Esta perspectiva do processo de promoção imobiliária não é apenas aplicável na Europa ou noutros países industrializados. É evidente que a urbanização também se enquadra em processos de promoção imobiliária em países africanos. As formas podem ser diferentes, mas os fundamentos são os mesmos.

As fases da promoção imobiliária

Um modelo de actividades (*event-sequence*) pode ter um certo número de actividades típicas. Não é uma lista de cada passo que se toma, mas uma classificação das actividades principais. Kalbro (2010) descreve o processo em oito fases:

- } Iniciação de um projecto
- } Planeamento e projecto de uso de terreno, edifícios e equipamento
- } Processo de licenciamento por autoridades
- } Aquisição de terreno

- } Financiamento
- } Construção
- } Avaliação

Também descreve mais duas fases que são importantes para completar a lista:

- } Acordos de implementação
- } Cedência e manutenção

Mesmo num país com capacidade limitada de planeamento físico pelo Município, há outras formas planear e levar projectos para a frente. O licenciamento através do alvará de loteamento e de construção é a forma usada, quer os para ambos os alvarás, quer apenas para o de construção. Este processo de licenciamento também exige uma capacidade urbanística do Município, e nem sempre existe para satisfazer em quantidade suficiente. A qualidade na apreciação dos projectos de loteamento e/ou construção também é uma questão importante para satisfazer as exigências da sociedade e do ambiente.

Significa que as urbanizações se podem desenvolver apenas com iniciativas privadas, dos indivíduos ou famílias, e também dos promotores privados. Mesmo nestes casos, sem a intervenção do

Município na área de planeamento e de licenciamento, pode haver outros actores locais que satisfazem as necessidades de organização do espaço físico, transferência de terrenos para construir e do enquadramento das infraestruturas.

O objectivo de um processo de planeamento urbano e de licenciamento do Município é promover uma perspectiva global da sociedade, coordenando diversos interesses sociais, económicos e ambientais.

Existe uma variedade de situações onde o planeamento urbano e o licenciamento são factores essenciais. A ambição e capacidade real do Município variam. Não é aconselhável ter uma ambição muito além da capacidade da administração do Município, pois poderia causar demoras no processo, e incentivos para desviar os pedidos da tramitação normal. Tal situação pode criar oportunidades de corrupção, construções clandestinas e outras formas de gestão não desejada. Deve-se procurar um equilíbrio entre as exigências e a capacidade administrativa, com directrizes bem claras e transparência na tramitação.

As estratégias de construção sustentável têm de ser enquadradas no contexto do processo de promoção imobiliária. Têm de se encaminhar os

} Healey, P, 1991, Models of the development process: a review. *Journal of Property Research*, 9, 219–238.

} Wilkinson, S & Reed, R, 2008, *Property Development*, Taylor & Francis Ltd. 5th edition.

{ **QUADRO A4.1** } Publicações de referência sobre o processo de promoção imobiliária. Na quinta edição do livro “Property Development” foi introduzido um capítulo sobre o impacto ambiental na promoção imobiliária, com vários exemplos práticos.



indivíduos numa direcção comum, definida pela sociedade. Entendemos que a indústria imobiliária está progressivamente disposta a integrar aspectos de sustentabilidade. Resumimos esta secção sugerindo a leitura de dois livros de referência sobre a produção imobiliária { **QUADRO A4.1** }.

A4.2 A gestão urbana e do território

Perspectivas internacionais

Nesta parte apresentamos algumas publicações que consideramos úteis para compreender melhor a área de planeamento urbano, o licenciamento e o processo de promoção imobiliária. A maior parte das publicações é de instituições das Nações Unidas, sendo a nossa base comum como países membros, independentemente do país e continente do mundo. Por isso, têm o peso e autoridade da comunidade global. Os comentários são nossos, como interpretações e enquadramento no contexto local.

As instituições com documentos de interesse nesta área são várias. Apresentamos estas organizações com as suas páginas Web de publicações visto que muitos são documentos electrónicos, em pdf, e assim acessíveis sem nenhum custo. A nossa escolha é a seguinte:

- } FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations (www.fao.org)
- } WB, World Bank/Banco Mundial (www.worldbank.org)
- } International Institute for Environment and Development (www.iied.org)

} UN Habitat, the United Nations Human Settlements Programme (www.unhabitat.org)

com três redes de internet:

GLTN, Global Land Tenure Network (www.gltn.net)

SUD-NET, Sustainable Urban

Development Network

(<http://www.unhabitat.org/categories.asp?catid=570>)

GENUS, Global Energy Network

for Urban Settlements

(<http://www.unhabitat.org/categories.asp?catid=631>)

Cada organização tem a sua tarefa, com um ou alguns departamentos com publicações que nos interessam. Tomamos a FAO como exemplo. Tem várias áreas e séries de publicações. A ênfase é no desenvolvimento rural, mas existem partes gerais que se aplicam também no contexto urbano. Na página <http://www.fao.org/corp/publications/en/> há listas de publicações, incluindo os documentos acessíveis como documentos electrónicos ou impressos.

A maior parte dos documentos da FAO são escritos em Inglês, mas muitos documentos também são escritos em Francês, Espanhol e outras línguas. As publicações em Português são poucas. A FAO tem várias áreas de acção, e várias séries de publicações. Uma área é “Sustainable Natural Resources Management” com mais de 100 publicações. Uma série de publicações é “Land Tenure Working Paper”.

Gestão urbana e a política de ordenamento territorial.

Cada construção no meio urbano tem de ser integrada neste contexto. Significa que tem de existir uma coordenação entre as construções individuais, isto é uma política de ordenamento territorial. Baseados na literatura apresentada no **{ QUADRO A4.3 }**, são apresentados alguns aspectos mais relevantes sobre o tema.

Há vários níveis de gestão urbana e ordenamento territorial. O nível mais directo é o alvará ou licença de construção. Mas há outros níveis, com exigências e princípios que devem integrar os alvarás num contexto mais alargado. Pode-se definir estes níveis, desde uma escala do pormenor até o geral:

- } Alvará/licenciamento (de obras, de loteamento)
- } Planos urbanísticos (loteamento, de pormenor, plano director municipal)
- } Outros planos de desenvolvimento e planos sectoriais (gerais, regionais, do meio ambiente, zona costeira, sociais, etc.)
- } Nacional: política nacional, legislação (lei de terra, lei de ordenamento territorial, lei de planeamento, lei de obras), códigos (de obras, municipal, etc.)
- } Enquadramento científico (sobre o território, posse de terra, gestão/governança)

Começando pelo nível geral, apresentamos seguidamente algumas definições básicas sobre os recursos fundiários (Suaréz et al, 2009, p 19):

{ 1 } “A posse da terra é a relação, definida legal-

mente ou culturalmente, entre as pessoas com respeito à terra.”

{ 2 } “Administração da terra é a forma como que as regras da posse da terra são aplicadas e operacionalizadas.”

{ 3 } “A prevenção da corrupção é um aspecto óbvio da boa governação”.

Num relatório elaborado pela FAO faz-se a seguinte definição de governação:

“Governação é o sistema de valores, políticas e instituições através das quais uma sociedade administra as suas acções em termos económicos, políticos e sociais, entre o Estado, a sociedade civil e o sector privado. A administração da terra diz respeito às regras, processos e organizações através das quais são tomadas decisões sobre o acesso à terra e seu uso, a maneira pela qual as decisões são implementadas, e a forma como os interesses concorrenciais sobre a terra são geridos”. (Sotomayor, 2008, p. 8)

Estas definições identificam os recursos fundiários como essenciais para a governação da sociedade. A sociedade é desenvolvida com uma boa gestão dos recursos fundiários. No caso contrário, as perspectivas de futuro da sociedade são piores.

A partir daqui importa abordar a questão da gestão destes recursos ao meio urbano. Suaréz et al (op cit) usam uma descrição do conceito boa gestão urbana, proposta pela UN-Habitat:

“A boa gestão urbana deve ser baseada no conceito de «cidades inclusivas», em que as decisões



são globalmente participadas e há uma devolução do poder do governo central para o local. A base conceptual para a descentralização deve ser a transferência de responsabilidades para o nível mais perto da realidade local. A pedra angular para uma boa administração urbana – a participação directa e ampla das comunidades na tomada de decisões – é uma forma de melhorar a eficácia das políticas locais e dar prioridade às iniciativas e necessidades dos cidadãos”

Significa que se deve procurar um balanço entre o nível central e local, e que a descentralização também deve abranger os cidadãos, de uma forma democrática. A descrição inclui a sociedade civil e o sector privado, isto é, não pode ser uma área onde o Estado (Governo central e os Municípios)¹ tem um poder exclusivo, sem interacção com os outros que desempenham um papel nesta área.

A UN-Habitat (2009), faz uma caracterização do conceito boa gestão urbana em sete critérios:

- } sustentabilidade – equilibrando as necessidades sociais, económicas e ambientais das gerações presentes e futuras;
- } subsidiariedade – a atribuição de responsabilidades e recursos para o nível adequado mais próximo da realidade local;
- } equidade de acesso aos processos de decisão e

às necessidades básicas da vida urbana;

- } eficiência na prestação dos serviços públicos e na promoção do desenvolvimento económico local;
- } transparência e responsabilização dos decisores políticos e de todas as partes interessadas;
- } responsabilização cívica e de cidadania – reconhecendo que as pessoas são o bem principal das cidades, indispensável para um desenvolvimento sustentável;
- } segurança dos indivíduos e do contexto onde vivem “

Depois desenvolve-se mais sobre o planeamento físico, enquadramento legal e a política de gestão urbana. Aqui queremos mencionar algumas publicações com exemplos concretos. Smolka & Mullahy (2007) apresenta diversos artigos sobre países na América Latina, abordando assuntos como as tendências e perspectivas das políticas de uso da terra, a informalidade, legislação e direitos de propriedade, imposto predial, recuperação de mais-valias, uso do solo e desenvolvimento urbano, participação e gestão pública. Estes artigos são práticos e acessíveis para usar como exemplo na gestão urbana em países africanos. O livro é indicado pela GLTN como uma colecção de bons exemplos. Na nossa lista de literatura, apresentada no { **QUADRO A4.2** }, também propomos algumas publicações em Português, do Brasil, Moçambique e Angola.

A UN-Habitat & Global Urban Observatory (2003) identificam quatro critérios para identificar o grau de progresso de melhorar a vida urbana do meio habitacional:

1. Os Municípios fazem uma gestão pública. Podem fazer parte da estrutura do Estado, ou ser mais independentes como autarquias locais. Nesta explicação usamos o contexto do Estado, sem distinguir de uma eventual autonomia municipal.



- } Conor Foley, 2007, Land rights in Angola: poverty and plenty. Humanitarian Policy Group (HPG) Working paper Overseas Development Institute (ODI). http://www.gltn.net/index.php?option=com_docman&gid=172&task=doc_details&Itemid=24
- } FAO, 2007, Good governance in land tenure land administration. Publication series: FAO Land and Tenure Studies 9. <http://www.fao.org/docrep/010/a1179e/a1179e00.htm>
- } Forjaz, José (red), 2006, Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção. Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat (CEDH), Universidade Eduardo Mondlane. Edição em Português e Inglês. <http://www.unhabitat.org/content.asp?cid=4399&catid=283&typeid=3&subMenuId=0>
- } Néilson Saule Jr, Letícia Marques Osori, 2007, Brazil – Direito À Moradia No Brasil. GLTN. http://www.gltn.net/index.php?option=com_docman&gid=73&task=doc_details&Itemid=24
- } Smolka, Martim O. & Mullahy, Laura (Ed), 2007, Perspectivas urbanas – Temas criticos en politicas de suelo en America Latina. Edição em Inglês e Espanhol. http://www.lincolnst.edu/pubs/1180_Perspectivas-urbanas
- } Sottomayor, O, 2008, Governance and tenure of land and natural resources in Latin America. FAO <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/ak017e/ak017e00.pdf>
- } Suárez, S.M, Osorio, L M, Langford, M, 2009, Voluntary Guidelines for Good Governance in Land and Natural Resource Tenure – Civil Society Perspectives. FAO Publication Series: Land Tenure Working Paper 8. <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/ak280e/ak280e00.pdf>
- } UN Habitat, 2009, Global Report on Human Settlements 2009. Planning Sustainable Cities. UN Human Settlements Program. <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2831>
- } UN Habitat, 2007, Global Report on Human Settlements 2007. Enhancing Urban Safety and Security. UN Human Settlements Program. <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2432>
- } UN Habitat & Global Urban Observatory, 2003, Improving the lives of 100 Million Slum Dwellers: Guide to Monitoring Target 11. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=1157>

{ **QUADRO A4.2** } Publicações sobre a gestão urbana e a política de ordenamento territorial.



- } estabilidade no acesso e posse de terra
- } durabilidade e qualidade e de edifícios
- } acesso a água potável
- } acesso a infraestruturas sanitárias

Significa que os edifícios fazem parte de um sistema urbano, incluindo as infraestruturas técnica e fundiária.

Contexto global do urbanismo

A gestão do território tem de ser enquadrada num contexto global. As perspectivas são várias, e aqui queremos indicar umas partes que são mais relacionadas com o urbanismo.

Começamos pela perspectiva geral sobre as cidades no mundo. O Banco Mundial promove estudos

e análises sobre a gestão urbana, com a perspectiva de sustentabilidade (Leautier, ed., 2006). Exige-se uma gestão das cidades, para enquadrar as iniciativas dos actores neste meio urbano. Tem de existir uma gestão com directrizes (regimes regulatórios), integrando infraestruturas e serviços sociais. Também é dada a ênfase à participação dos cidadãos, e dos agentes deste mercado. A acção pública é uma necessidade para se conseguir criar cidades sustentáveis. Esta acção também inclui uma interligação entre as áreas do clima mundial e da gestão fundiária. Significa que a mudança gradual do clima tem implicações no sistema fundiário e da sua política (land policy; Quan 2008).

O Banco Mundial (World Bank 2003) também desenvolve a ideia da terra como recurso, a sua in-

- } Forsman, Åsa, 2007, Strategic citywide spatial planning – A situational analysis of metropolitan Port-au-Prince, Haiti. UN Habitat & GLTN <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=3021>
- } Leautier, Frannie (ed.), 2006, Cities in a Globalizing World: Governance, Performance, and Sustainability. World Bank. <http://publications.worldbank.org/e-commerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=5435493>
- } Mohlund, Örjan & Forsman, Åsa, 2010, Citywide Strategic Planning – A Step by Step Guide. UNHabitat/GLTN. <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=3020>
- } Quan, Julian, 2008, Climate change and land tenure. The implications of climate change for land tenure and land policy. FAO Land Tenure Working Paper 2. FAO, IIED and Natural Resources Institute. <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/aj332e/aj332e00.pdf>
- } World Bank, 2003, Land Policies for Growth and Poverty Reduction. <http://publications.worldbank.org/e-commerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=939227>

tegração no sistema fundiário e o papel para o desenvolvimento económico: “A definição de direitos, conferindo segurança sobre a posse de terra é um factor crucial para os esforços de desenvolvimento”. Notamos que o Banco Mundial considera a gestão pública essencial, e que há uma necessidade de criar uma política de terra (land policy) para conseguir o melhor aproveitamento.

Mohlund & Forsman (2010) descrevem o processo de planeamento da zona urbana. Fazem-no como um guia, com uma descrição detalhada e pratico como criar um processo de planeamento a nível de toda a cidade. A figura de plano director municipal (PDM) é desenvolvida para coordenar o uso de terra na área total de um município. A zona urbana e peri-urbana de uma cidade está no foco de interesse de investimentos de todas as camadas da população e empresas. O guia pretende mostrar exemplos e conselhos como o planeamen-

to pode ser feito com a participação de todos os actores locais, incluindo a população pobre, mulheres, políticos, técnicos e outros. Um exemplo deste tipo de planeamento é apresentado separadamente por Forsman (2007). As publicações fazem parte das publicações da UN Habitat.

Assim, começamos com uma perspectiva global mas mesmo assim existem conselhos à nível pratico como desenvolver este contexto global numa situação local.

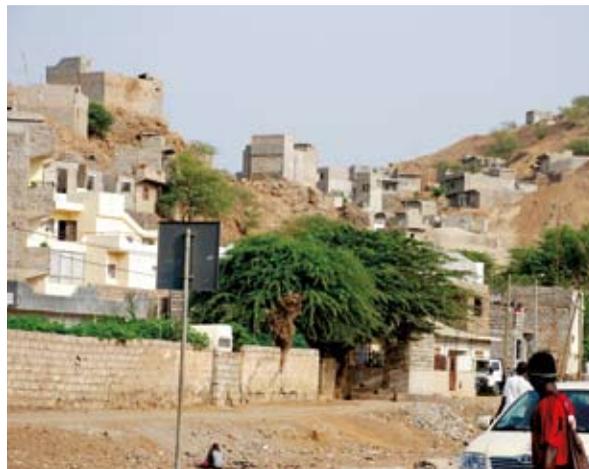
O mercado imobiliário e o financiamento do meio urbano

A gestão municipal do meio urbano é essencial, mas o papel do mercado imobiliário também tem de ser considerado. O mercado tem movimento e actua em relação às regras e estruturas criadas. Temos de entender que o mercado reage conforme os custos e benefícios que entendem, isto é, com a melhor

} Gilbert, Roy 2004, Improving the Lives of the Poor through Investment in Cities: An Update on the Performance of the World Bank’s Urban Portfolio. <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=2452871>

} Negrão, José (ed.), 2004, Mercado De Terras Urbanas Em Moçambique. Research Institute for Development. http://www.gltm.net/index.php?option=com_docman&gid=196&task=doc_details&Itemid=24(Inglês), e <http://www.iid.org.mz/html/relatorios.html> (Português)

} World Bank, 1993, Housing: Enabling Markets to Work. A World Bank policy paper.http://www-wds.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64193027&piPK=64187937&theSitePK=523679&menuPK=64187510&searchMenuPK=64187283&theSitePK=523679&entityID=000178830_98101911194018&searchMenuPK=64187283&theSitePK=523679



{ FIG. A4.1 } Ocupação informal: bairro suburbano na ilha de Santiago.

lógica. Banco Mundial (World Bank 1993) faz uma análise do mercado imobiliário em países em desenvolvimento, e descreve o fracasso do seu funcionamento. Propõe que se dever criar estruturas para o sector privado, incluindo o sector informal. Também explica o papel de uma gestão pública, e uma política de urbanismo e de habitação. Apresenta dados de 52 países, e tira conclusões dos factores que incentivam e desincentivam investimentos. A seguir apresenta um programa como se pode facilitar aos Governos desenvolver o mercado.

Negrão (ed., 2004) mostra como se pode identificar o papel do mercado de terras nas zonas urbanas. Mostra a importância existir um sistema funcional de alocação de terras para os cidadãos, e o impacto de um desequilíbrio nesta área é essencial para ter uma justiça social. O estudo feito em Moçambique é um bom exemplo como realizar um estudo num país lusófono na África. Os níveis de valor de terra são bem conhecidos pela

população, como uma realidade que se tem de enfrentar para conseguir um terreno para construir, e também no caso de compra de uma casa já construída.

Gilbert (2004) descreve num estudo para o Banco Mundial uma outra parte da gestão urbana, e em especial como se podem encontrar formas de intervenção nas cidades. As intervenções públicas funcionam como incentivos para investimento privado. Descreve 99 projectos urbanos com participação de habitantes e instituições financeiras. Significa que se procura uma participação com vários actores, e não contam apenas com o município/governo local ou a sua verba do Governo Central. Os projectos foram desenvolvidos nas áreas dos sistemas de água, esgotos e de lixo, bem como em outras áreas. Mostra que o meio urbano pode ser melhorado também nas zonas pobres da cidade, com a participação conjunta destes actores e consumidores dos sistemas urbanos.



A4.3 Gestão municipal do urbanismo

O papel do município

Os estudos sobre a gestão do meio urbano podem ser feitos a nível global, mas a implementação da política é feita a nível local. A gestão municipal é a chave para levar a política nacional à realidade na construção. O ambiente no bairro é um resultado da gestão municipal, tanto em casos positivos, como em casos negativos – quando a gestão é ineficiente ou mesmo inexistente.

Lee & Gilbert (1999) apresentam experiências de projectos de desenvolvimento de autarquias locais – municípios, no Brasil e nas Filipinas. O estudo realizado mostra a necessidade haver um funcionamento local da gestão pública. Mostra como se poder avaliar medidas e como implementar as melhores formas de descentralização das funções públicas de gestão. É um bom exemplo, mostrando haver possibilidade de se conseguir uma descentralização em países no terceiro mundo, onde a estrutura municipal muitas vezes é limitada. Davey (1993) também dá muitos bons exemplos da gestão autárquica do meio urbano. Alguns aspectos são o financiamento dos serviços, métodos de avaliação dos serviços e colaboração entre Municípios o sector privado.

UN Habitat & GLTN (2007) descrevem a situação de planeamento urbano num país pobre, a cidade de Port-au-Prince, em Haiti. Analisam o papel do planeamento urbano, com uma gestão activa do território. Também foca a necessidade

integrar a perspectiva metropolitana na gestão municipal, isto é, não limitar a acção a cada município na área metropolitana, mas estender a perspectiva a toda a área urbana.

UN Habitat (2004) também apresenta perspectivas sobre a integração dos bairros pobres no planeamento. O papel do Estado e dos municípios é importante, e também de outros agentes locais. As medidas para melhorar os bairros existentes também podem servir de exemplo para as novas urbanizações – e outras ocupações informais de terreno. O processo de licenciamento enquadra muitos projectos novos, e em especial projectos de carácter prioritário. Todos os exemplos e iniciativas para melhorar o meio urbano, com um planeamento do uso de terra, e com as habitações existentes e novas, devem ser divulgados ao público. O livro da UN Habitat é um bom exemplo que se pode trabalhar com métodos e medidas praticas para as populações pobres. Não devem ser excluídas dos trabalhos urbanísticos.

Sugerimos também a consulta de outros títulos da UN Habitat referidos abaixo, ou directamente na página de Web desta organização. As publicações abrangem vários aspectos de medidas desejadas para melhorar os bairros urbanos existentes, tanto a nível geral, político e financeiro como questões praticas de infraestruturas.



- } Davey, Kenneth J, 1993. Elements Of Urban Management / Elementos de la Gestion Urbana , World Bank. <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=194821> (Inglês – esgotado) <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=217916> (Espanhol – acessível)
- } Lee, Kuy Sik & Gilbert, Roy, 1999, Developing Towns & Cities: Lessons from Brazil and the Philippines, World Bank <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=210802>
- } UN Habitat, 2008a, How to Develop a Pro-poor Land Policy – Process, Guide and Lessons. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2456>
- } UN Habitat 2008b, Manual on the Right to Water and Sanitation. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2536>
- } UN Habitat, 2008c, Participatory Budgeting in Africa – A Training Companion (Volume I: Concepts and Principles; Volume II: Facilitation Methods). <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2460>
- } UN Habitat, 2006a, Analytical Perspective of Pro-poor Slum Upgrading Frameworks. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2291>
- } UN Habitat 2006b, Financial Resource Mapping. For Pro-Poor Governance Part – I. For Untied Resources Available at City Level Part II. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2391>
- } UN Habitat, 2004, Pro-Poor Land Management: Integrating Slums into City Planning Approaches. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=1105>
- } UN Habitat & GLTN, 2007, Strategic citywide spatial planning – A situational analysis of metropolitan Port-au-Prince, Haiti. http://www.gltn.net/index.php?option=com_docman&gid=209&task=doc_details&Itemid=24
- } World Bank, 2009, Improving Municipal Management for Cities to Succeed: An IEG Special Study. <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=919933>

{ **QUADRO A4.5** } Publicações sobre o papel do município no urbanismo.

- } Godin, Lucien & Farvacque-Vitkovic, Catherine, 1998, The Future of African Cities: Challenges and Priorities in Urban Development. World Bank. Também acessível em Francês. <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=204720>
- } Imparato, Ivo & Ruster, Jeff, 2003, Slum Upgrading and Participation: Lessons from Latin America. World Bank. <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=1088629>.
- } Peterson, George E, 2008, Unlocking Land Values to Finance Urban Infrastructure. World Bank. Palgrave Macmillan. <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=8811078>
- } PPIAF & World Bank, 2005, Private Solutions for Infrastructure in Angola. Soluciones Privadas para a Infraestrutura em Angola. Edição em Inglês e Português <http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=4281347> ou [4281538](http://publications.worldbank.org/ecommerce/catalog/product?context=drilldown&item%5fid=4281538)
- } UN Habitat, 1996, Policies and Measures for Small – Contractor Development in the Construction Industry. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=1340>
- } UN Habitat e EcoPlan International, 2005/2007, Local Economic Development (LED) series -Promoting Local Economic Development through Strategic Planning (Four Volumes – 1 Quick Guide, 2 Manual, 3 Toolkit and 4 Action Guide) Promovendo o Desenvolvimento Econômico Local através do Planejamento Estratégico. Edição em Inglês 2005, em Português 2007. Também acessível em Francês. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2625> (em Português) <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=1922> (em Inglês)

{ QUADRO A4.6 } Publicações sobre a comparticipação entre municípios e sector privado.

Comparticipação Município – sector privado

A gestão municipal é essencial, mas podem-se procurar formas de colaboração com o sector privado, isto é, no mercado imobiliário e noutras actividades económicas. Significa que se procura integrar o sector privado no contexto global, do urbanismo e do ordenamento do território, e assim alargar a pers-

pectiva do licenciamento de obras, ou de loteamentos. PPIAF & World Bank (2005) descrevem a colaboração com o sector privado na área de infraestruturas em Angola. Na área de urbanismo há uma complexidade maior, e com benefícios comuns, que não se pode cobrar directamente no seu consumo, por exemplo, o uso de terrenos comuns. Mas as experiên-



cias numa áreas económicas podem ser usadas para desenvolver a área de urbanismo.

Imparato & Ruster (2003) descrevem um outro processo de colaboração, junto com os cidadãos dos bairros degradados na América Latina, e apresentam várias formas de financiamento, tanto local como externo. Fazem a seguinte definição de colaboração (*participation*):

“A participação é um processo no qual a população, em particular a população carenciada, influencia a alocação de recursos e a formulação e implementação de políticas fundiárias, e é envolvida a diferentes níveis na identificação de soluções durante o projecto de planeamento, e posteriormente na sua implementação, e avaliação pós-ocupação.”

A ênfase inicial no conceito de participação é feita para sublinhar o papel e a possibilidade abranger os cidadãos dos bairros, e neste contexto os proprietários dos prédios.

Godin & Farvacque-Vitkovic (1998), num estudo lançado pelo Banco Mundial, apresentam uma perspectiva do desenvolvimento das cidades na África francófona durante os últimos 25 anos, isto é, durante as décadas 1970–1990. O crescimento das cidades tem sido muito elevado, e tem causado muitos problemas criar estruturas urbanas para acompanhar o desenvolvimento. Mostram questões chaves no que concernem o papel dos parceiros, financiamento, infraestruturas, etc.

Peterson (2008) sublinha as mesmas ideias uma década mais tarde, e com uma ênfase no valor fundiário como recurso para financiamento de infraestruturas.

Faz um exame da teoria subjacente a diferentes aspectos financeiros, tais como taxas de melhoria, taxas de impacto, e da troca de activos em terras e infraestruturas públicas e privadas. Estas ideias tem sido desenvolvidas durante os últimos anos considerando o habitat urbano como um recurso financeiro, visto que os investimentos realizados nas construções representam um capital muito maior do que os investimentos de cooperação.

UN Habitat & EcoPlan International (2005/2007) têm uma série de quatro volumes como um manual pratico para entender e trabalhar com a autarquia local, e assim identificar como financiar os investimentos sem depender do Estado Central. A co-participação com o sector privado, tanto os construtores como os proprietários, pode contribuir nos investimentos para criar o meio urbano desejado. A vantagem com esta série é que tem uma partes gerais e outras partes práticas e que servem bem para usar pelos encarregados nos municípios e nas empresas privadas.

A4.4 A gestão do meio urbano

Espaços verdes no meio urbano

O meio urbano não é constituída apenas pelas construções, mas também pelas partes publicas e comuns. É evidente que as infraestruturas viárias são públicas, mas também há uma necessidade de espaço verde – como um pulmão na área urbana. A área urbana é desenvolvida como o ‘habitat’ – o nosso meio de viver. As perspectivas de sustentabilidade nas construções é uma parte importante e talvez a



} Rukunuddin, Ahmed Miyan & Hassan, Rakibul, 2003, People's Perception toward Value of Urban Greenspace in Environmental Development. World Forestry Congress, Sept 23–30, 2003, Quebec city, Canada <http://www.fao.org/DOCREP/ARTICLE/WFC/XII/0347-B5.HTM>

} Konijnendijk, Cecil C; Sadio, Syaka; Randrup, Thomas B. & Schipperijn, Jasper, 2003, Urban and peri-urban forestry for sustainable urban development. World Forestry Congress, Sept 23–30, 2003, Quebec city, Canada. <http://www.fao.org/DOCREP/ARTICLE/WFC/XII/0976-B5.HTM>

{ **QUADRO A4.7** } Publicações sobre espaços verdes no meio urbano.

parte mais em foco. As zonas verdes no meio urbano também fazem parte deste meio urbano. Aqui limitamos a nossa perspectiva a alguns exemplos práticos. Rukunuddin & Hassan (2003) mostram a necessidade criar um meio ambiente nas cidades grandes, e neste caso numa cidade em Bangladesh com uma percentagem alta de pobreza. Significa que a gestão urbana tem de procurar formas para garantir estes espaços verdes. Propõe-se o uso de indicadores no planeamento. O artigo foi destacado e publicado pela FAO como um bom exemplo.

Um outro artigo destacado na página Web da FAO foi escrito por um grupo de cientistas do Danish Forest and Landscape Research Institute (Konijnendijk et al, 2003), para dar ênfase aos aspectos verdes no desenvolvimento urbano. O artigo apresenta o conceito de UPF (Urban and peri-urban forestry – zonas verdes/bosque no meio urbano e peri-urbano), e aí inclui-se a participação no processo de planeamento e implementação. Entendemos que a gestão pública é essencial, mas depende de uma boa co-participação de outros agentes, privados, associações e de cidadãos para

ter sucesso. Também mostram no artigo que não é apenas uma questão dos países desenvolvidos, mas de todos os países. Mostram exemplos de UPF em várias partes do mundo, e assim entendemos que há condições para implementar o conceito.

A4.5 Financiamento e créditos

Os investimentos no sector imobiliário representam uma grande parte do produto nacional bruto. As formas de financiamento são várias, e variam muito entre as camadas da população. O auto-financiamento é grande nos países em desenvolvimento, em especial nas camadas populacionais médias e pobres. O crédito hipotecário é uma forma muito usada nos países desenvolvidos, e permite um investimento maior para o dono sem recursos na situação actual. Exige um sistema de segurança hipotecária, que se baseia no enquadramento dos prédios num sistema de posse formal de terra, para se poder hipotecar valores da unidade predial. Para funcionar bem têm de existir unidades prediais bem distintas e com valor ofi-



cial, que é usado como unidade hipotecária.

Em todos os países existe uma estrutura para hipotecar as propriedades, mas não é usada num nível muito elevado em países em desenvolvimento. O estudo comparativo do economista de Soto (2003) é o mais destacado para identificar um problema específico nesta área. Explica a diferença entre os países latino-americanos e os EUA na confiança no sistema judicial e no desenvolvimento do sector hipotecário. A polémica criada por de Soto tem sido útil para mostrar alternativas para financiamento, e com a necessidade de uma infraestrutura financeira. Outros, por exemplo, Home & Lim (2004) mostram mais perspectivas para entender as origens do problema e a variedade de soluções em países africanos e das Caraíbas.

O guia da UN Habitat (2008 a) é uma boa introdução nesta área, como desenvolver as possibilidades financeiras de habitações para toda a população, e em especial para as camadas de rendimento médio e baixo. Descreve e analisa os sistemas formais e informais. Portanto, é um guia para uma política mais abrangente no sector imobiliário. Não se deve pensar apenas nos sistemas formais, a que apenas uma pequena parte da população tem efectivamente acesso.

Também há estudos específicos em vários países, nos continentes Sul-Americano, Africano e Asiático: Bolívia, Chile, Perú, Zimbabwe, África do Sul, Índia, Indonésia, Tailândia e Coreia. O exemplo da África do Sul (UN Habitat 2008 b) pode servir bem. UN Habitat (2002) também apresenta um panorama de vários

} Home, Robert & Lim, Hilary (ed.) 2004, *Demystifying the Mystery of Capital. Land Tenure and Poverty in Africa and the Caribbean*. Glasshouse Press.

} De Soto, Hernando, 2003, *The Mystery of Capital/El misterio del capital*. Basic Books/Editorial Diana Sa.

} UN Habitat, 2008a, *Housing for All: The Challenges of Affordability, Accessibility and Sustainability, The Experiences and Instruments from the Developing and developed worlds, 2008. Human Settlement Finance and Policies (Series title)* <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2547>

} UN Habitat, 2008b *Housing Finance Systems In South Africa*. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2549>

} UN Habitat, 2002, *Financing Adequate Shelter for All*. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=1277>



países na área de financiamento habitacional, e assim serve de exemplo e incentivo para enquadrar e desenvolver os sistemas nacionais de financiamento. As experiências apresentadas mostram que existem soluções para melhorar a situação habitacional para todos, e que o financiamento não é restrito ao sector formal onde o título de propriedade permite a concessão de crédito através da hipoteca formal. As iniciativas na área de construção sustentável exigem tanto um conhecimento melhor de técnicas de construção e design, como investimentos financeiros.

A4.6 Construção no meio urbano

As técnicas de construção são descritas noutras partes deste manual. Nesta parte queremos apenas concluir a abordagem de literatura das organizações internacionais com alguns poucos títulos sobre a construção e o seu papel como consumidor de energia. A área é bem vasta, e não pretendemos fazer uma abordagem grande, mas apenas mostrar que faz parte dos programas e iniciativas das organizações internacionais.

A UN Habitat tem uma secção sobre a habitação, e faz a ligação com o terreno, já descrito acima. Chama-se 'Land and Housing', o que indica que fazem a ligação entre o acesso a terreno e a construção. São duas partes interligadas na urbanização.

O tema de 'Land and Housing' tem muitos títulos sobre as técnicas de construção, incluindo a energia, tecnologias, e sustentabilidade na construção. O acesso geral às publicações da UN Habitat: <http://www.unhabitat.org/pmss/>.

Aqui queremos mencionar duas publicações da UN Habitat, para mostrar o desenvolvimento nesta área. UN Habitat (1997) dá uma abordagem global sobre no final da década de 1990. Entendemos que esta área já era importante nessa altura, que se tentava mostrar e fazer chegar conhecimentos de soluções adequadas na construção. Nota-se que o tema é tecnologias para as construções de custos baixos, e assim são adaptadas a pessoas sem grandes recursos financeiros.

Uma década mais tarde, UN Habitat (2007) apresenta opções para melhorar o acesso e consumo de energia em bairros suburbanos pobres. Significa que há soluções para resolver a situação actual nesses bairros. O consumo é individual mas depende do fornecimento do bairro, e como se organiza esta área a nível local. Como se entende da descrição do livro, foi uma reunião de peritos para identificar as limitações em todas as áreas onde a energia é um factor essencial. Também faz uma análise do ambiente local, onde o consumo de energia pode melhorar para evitar a poluição.

A UN Habitat também promove iniciativas na área de energia através de uma rede de internet, GENUS, the Global Energy Network for Urban Settlements. Acesso: <http://www.unhabitat.org/categories.asp?catid=631>.

A rede é nova, e realizou dois encontros em 2009, sobre transportes e electrificação para bairros suburbanos respectivamente, e dois em 2010 sobre transportes urbanos e energia produzida com lixo. Nota-se que estes tipos de técnicas e acções são conhecidos



UN Habitat, 1997, Global Overview of Construction Technology Trends: Energy-Efficiency in Construction. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=1452>

UN Habitat, 2007, Enhancing Access to Modern Energy Options for Poor Urban Settlements.

<http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=2354>

{ **QUADRO A4.9** } Publicações sobre construção no meio urbano.

em países desenvolvidos, como por exemplo o programa do urbanismo sustentável da cidade de Malmö (ver a parte inicial deste capítulo).

Uma outra rede de internet criada pela UN Habitat é a SUD-NET – Sustainable Urban Development Network: <http://www.unhabitat.org/categories.asp?catid=570>

Os temas desta rede são grandes, e abrange aspectos mais globais sobre as mudanças climáticas, mas também aspectos mais locais e aplicáveis na construção civil e planeamento urbano. A cidade de Maputo é uma de quatro cidades piloto desta rede, e assim tem alguns estudos já feitos e outros por fazer. A análise identifica vários problemas, como por exemplo inundações fluviais, desaparecimento de zonas de mangal, e degradação da qualidade de água.

A4.7 Uma cidade sustentável

O processo de construção sustentável tem de ser apoiado por uma estratégia de sustentabilidade da gestão urbana. É um aspecto prioritário do programa SURE-Africa – Sustainable Urban Renewal – Energy Efficient Buildings in Africa.

Os promotores de construção precisam de uma contrapartida do sector público, tanto a nível local e como a nível nacional, com uma boa orientação sustentável na gestão urbana.

Seguidamente é descrito, de forma sucinta, um exemplo de boas práticas de gestão sustentável, promovida a nível municipal– a cidade de Malmö.

A cidade de Malmö – exemplo sustentável

A cidade de Malmö, ao sul da Suécia, é apresentada como inspiração e para mostrar o que o sector público pode fazer para apoiar as actividades dos promotores privados. As condições são diferentes entre a Suécia e os países africanos abrangidos pelo Sure-Africa. Mas apresentam-se umas ideias do trabalho que se faz para orientar a gestão urbana com este objectivo.

Vamos começar com o trabalho do Município na área de sustentabilidade urbana. Aqui encontramos uma visão bem enraizada, em forma de trabalhos já feitos e visões. Foram realizadas duas conferências sobre o tema Sustainable City Development, em 2005 e 2007 respectivamente. Identificaram-se muitas áreas para encaminhar o desenvolvimento urbano

Workshop

- { 1 } Arquitectura sustentável
- { 2 } Alterações climáticas
- { 3 } Manutenção e operação de edifícios sustentáveis
- { 4 } Parcerias público-privadas no sector da Energia
- { 5 } Sistemas de energias renováveis
- { 6 } Design de edifícios sustentáveis – o desenvolvimento do conceito
- { 7 } Como melhorar a acessibilidade sem aumentar o número de viaturas privadas
- { 8 } Construção sustentável nas regiões do Báltico e Escandinávia
- { 9 } Vegetação urbana como meio de adaptação ao clima
- { 10 } Planeamento urbano
- { 11 } Um futuro sem petróleo
- { 12 } Sistema de saúde sustentável
- { 13 } Como reduzir produção sem reduzir os bens
- { 14 } Integração urbana
- { 15 } Educação e desenvolvimento sustentável das cidades
- { 16 } Ferramentas para a concepção de edifícios sustentáveis

{ A4.10 } Workshops na conferência sobre Sustainable Development, em Malmö, 2007.

nesta direcção. A documentação das conferências está acessível no *website* <http://www.malmo.se/servicemeny/malmostadinenglish/sustainablecitydevelopment.4.33aee30d103b8f15916800024628.html>. Este website contém também muitos outros documentos, disponíveis em formato pdf, como por exemplo programas gerais de desenvolvimento sustentável, e programas sobre energia e clima. Os temas dos workshops da conferência de 2007 mostram a situação complexa das intervenções, ou seja, as possibi-

lidades de actividades para mudar a gestão urbana.

A cidade de Malmö foi um exemplo destacado pela UN Habitat no World Habitat Day 2009. Outros exemplos do mundo inteiro, incluindo 20 projectos em países africanos, desde o início desta iniciativa em 1989, até 2009, são acessíveis na seguinte direcção: <http://www.unhabitat.org/content.asp?typeid=19&catid=588&cid=7306>.

Autor: Klas Ernard Borges, University of Lund



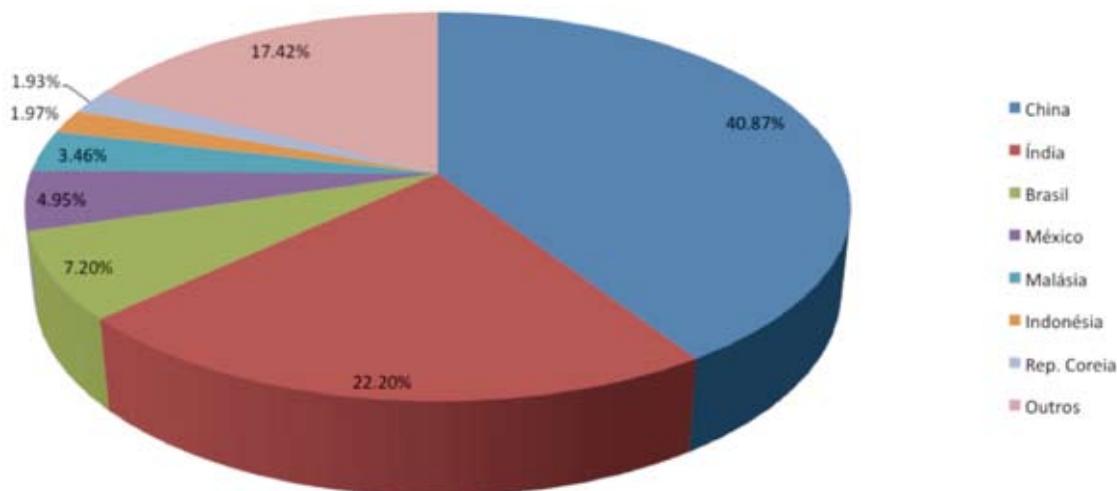
A5 Desenvolvimento Limpo: O caso de Cabo Verde

O Protocolo de Quioto, as políticas e mecanismos com ele relacionadas deram novo fôlego à ideia de obter um modelo energético sustentável, que contribua ao mesmo tempo para combater as alterações climáticas e para reduzir a pobreza. Enquanto se procura minimizar os efeitos do crescimento económico sobre o planeta, é indefensável negar às populações mais pobres – que não têm acesso a serviços básicos e foram as que menos contribuíram para a situação actual – a melhoria do seu nível de vida.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM na sigla inglesa) é um dos três mecanismos de flexibilidade previstos no Protocolo de Quioto, a par da Implementação Conjunta e do comércio de emissões, e o único que envolve directamente os países mais pobres. Pressupõe o investimento dos

países desenvolvidos (Anexo I da Convenção sobre as Alterações Climáticas) em projectos de redução de emissões nos países em desenvolvimento (não Anexo I), contribuindo para o desenvolvimento sustentável destes países e contabilizando a redução de emissões obtida nos seus próprios compromissos face ao Protocolo de Quioto (e face a metas regionais como as da União Europeia).

Existem no entanto obstáculos a esta ideia de “desenvolvimento sustentável”. O CDM, enquanto mecanismo de mercado, e nos moldes actuais, tem-se revelado mais apropriado para projectos de larga escala e países em crescimento económico acelerado. Muito se tem falado do envolvimento de África, que está em último plano, com menos de 2% de projectos CDM registados até hoje. Só a China e a Índia representavam mais de 60% dos projectos registados pelo Comité Executivo do CDM a 8 de Novembro de 2010 (2 486 no total) (ver { FIGURA A5.1 }).



{ FIG. A5.1 } Projectos CDM registados.

Fonte: UNFCCC (08/11/2010)



Existe uma grande diversidade de tecnologias de redução de emissões consideradas no CDM, estando cerca de metade dos projectos aprovados associados à área da energia, boa parte dos quais às Fontes de Energia Renováveis (FER).

Portugal atribuiu desde cedo grande importância aos mecanismos de flexibilidade como forma de cumprir as suas metas de emissão – aumento de emissões limitado a 27% em 2008–2012. Foi criado o Fundo Português de Carbono com o objectivo de canalizar o investimento em projectos de redução de emissões, incluindo os que podem ser considerados no âmbito do Desenvolvimento Limpo. Desde 2007 já foram assinados memorandos de entendimento com os cinco PALOP, que dão grande destaque aos projectos de FER. A cooperação portuguesa estava dedicada a outras áreas, mas nos últimos anos o ambiente e a sustentabilidade têm aparecido como preocupações estratégicas, com o ambiente a surgir nos planos de cooperação.

No entanto, ainda não há projectos CDM no terreno e também há pouca informação sobre o real potencial destes países para receber investimentos deste tipo. Será necessário apostar nos próximos anos em estudos e levantamentos mais exaustivos.

No caso de Cabo Verde, que aqui desenvolvemos, assistiu-se a um grande entusiasmo pelas renováveis nos anos 70 a 80, mas nos últimos anos o país tem vindo novamente a afirmar-se neste campo, tendo um conjunto de projectos previstos com apoios internacionais, incluindo de Portugal. É o caso deste país que abordamos aqui com maior profundidade.

A5.1 PALOP: energia e alterações climáticas

O uso de biomassa é dominante em África, com consequências na preservação dos recursos naturais do continente. O consumo de energias fósseis e de electricidade nunca foi generalizado à população e a maior parte dos países não é totalmente servida por uma infra-estrutura energética. Esta fonte de energia permanecerá como a mais importante, mas há formas de atenuar os seus efeitos, por exemplo promovendo a utilização de fornos solares ou mais eficientes, uma vez que a maior parte da energia é utilizada na confecção de alimentos.

Todos os PALOP estão classificados como Países Menos Avançados (PMA) pelas Nações Unidas. Excepto Cabo Verde que passou a ser considerado um País de Rendimento Médio em 2008. Todos estes cinco países ratificaram já a Convenção sobre as Alterações Climáticas e o Protocolo de Quioto, mas apenas Cabo Verde e Moçambique têm as suas Autoridades Nacionais Designadas operacionais, um passo fundamental para poderem receber projectos CDM. Portugal tem dado prioridade à constituição destes organismos na cooperação com os PALOP.

Em termos de potencial de implementação de projectos FER, a biomassa e a energia solar serão as duas fontes mais disponíveis nos PALOP, mas é necessário proceder a estudos aprofundados para apurar o verdadeiro potencial existente nas diversas áreas. A eólica não terá viabilidade em todas as geografias, sendo adequada por exemplo no caso de Cabo Verde.



A5.2 Cabo Verde

Cabo Verde é um arquipélago constituído por dez ilhas, nove delas habitadas, e fica situado a cerca de 450 quilómetros da África Ocidental, no Oceano Atlântico, a 455 km da costa ocidental africana. Com uma área total que ronda os 4 mil quilómetros quadrados, tem actualmente cerca de meio milhão de habitantes. As ilhas dividem-se em dois grupos: Barlavento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista) e Sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava).

País com estabilidade política desde a independência e um sistema multipartidário desde 1991, Cabo Verde tem visto os seus indicadores económicos melhorarem progressivamente nos últimos anos. Em 2007, o PIB aumentou 6,6% e deverá manter-se acima da média da África Subsariana nos próximos anos. O Índice de Desenvolvimento Humano tem vindo a melhorar (118º em 179 países, em 2008), a inflação e a pobreza absoluta a diminuir. Em 2008, o país deixou de integrar o grupo dos PMA (BAD & OCDE, 2008).

O aumento da população e dos rendimentos, concentrado sobretudo nos centros urbanos, tem exercido cada vez maior pressão sobre as infra-estruturas, e de forma muito expressiva sobre a distribuição e produção de energia. O grande desenvolvimento do turismo tem reforçado esta tendência.

Situação energética

O sector energético em Cabo Verde sofreu recentemente, na década de 90 uma reforma estrutural,

que vai no sentido da liberalização e privatização do sector. Nesta mesma altura, foram lançados diversos programas e projectos com apoio internacional (Comissão Europeia, Banco Mundial) e foi criado o Programa Energia, Água e Saneamento (PEAS). Enacol e Electra são as empresas maioritárias nos sectores dos combustíveis e da electricidade e água, respectivamente.

O sistema permite a existência de produtores independentes de electricidade, normalmente de incidência local, como é o caso da APP (Águas de Ponta Preta), na ilha do Sal, ou da APN (Águas de Porto Novo), em Santo Antão.

A insularidade é um obstáculo ao desenvolvimento em diversas áreas, constituindo também um desafio acrescido na área da energia, pois o arquipélago não está integrado nas redes continentais, de que podem beneficiar outros pequenos PALOP, como a Guiné-Bissau. A dependência da importação de combustíveis na energia primária é quase total, rondando os 90%.

De acordo com um estudo apresentado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2007), a cobertura eléctrica é mais reduzida nas ilhas de Santiago e Fogo, onde a proporção média de famílias com acesso à electricidade é inferior a 50%. Existe uma grande disparidade entre o acesso nas zonas rurais e nos centros urbanos, mas as dificuldades económicas têm repercussão em ambas as realidades, com um elevado número de “puxadas” ilegais de electricidade na Cidade da Praia, por exemplo. Nas zonas rurais, mesmo em municípios

completamente cobertos pela rede de distribuição, muitas famílias não estabelecem a ligação por falta de rendimentos para tal.

A fraca disponibilidade de água no arquipélago faz com que Cabo Verde tenha igualmente de produzir água através da electricidade, mediante o uso de tecnologias de dessalinização da água do oceano (Santiago, São Vicente, Boa Vista e Sal). Esta produção representa cerca de um décimo da produção total de electricidade do arquipélago.

Fontes renováveis

Atingir 25% de produção de electricidade através de fontes renováveis até 2011 e 50% em 2020 é a meta actual do Governo cabo-verdiano. O país revela potencial para o aproveitamento de diversas FER, em particular a solar e a eólica.

Cabo Verde tem muito pouca chuva ao longo do ano e o número de horas de Sol pode atingir uma média de 200 por mês (IE4Sahel/IST, 2007). Esta fonte de energia tem sido pouco aproveitada ao longo dos anos, havendo recentemente alguns projectos para as zonas rurais, um programa de electrificação e um outro para promover o uso do solar na bombagem de água para agricultura.

Tem havido também um maior interesse das empresas privadas e surgiu recentemente, em 2007, um programa de incentivo para a aquisição de colectores solares com a participação da banca. Grande atenção deveria ser dada no entanto ao aumento do consumo provocado pelos empreendimentos turísticos, que não utilizam maioritariamente as FER.

Eólica com potencial elevado

Além dos elevados níveis de insolação, um dos elementos climáticos predominantes em Cabo Verde é o vento, que sopra de forma constante dos quadrantes Nordeste e Este. As médias situam-se entre os 4 m/s e os 7 m/s (Alves et al., 2007).

Em 2004, a energia eólica representou cerca de 3% da produção de electricidade. Em 2007 foi elaborado um Atlas Eólico de Cabo Verde pelo laboratório Risø, da Dinamarca. Espera-se que a taxa de utilização da eólica aumente para os 18% com os quatro projectos recentemente aprovados para as ilhas de Santiago, São Vicente, Sal e Boa Vista.



{ FIG. A5.2 } Micro-turbina eólica.

Experiências na energia rural

Diversas experiências foram realizadas no arquipélago na área da electrificação rural através das FER. No entanto, estas fizeram perceber as debilidades de planeamento deste sector. Projectos inovadores de parques eólicos com apoios internacionais e europeus acabaram por ser abandonados, como aconteceu na ilha do Maio. Outras experiências revela-



ram a necessidade de reflectir melhor sobre a capacidade de expansão das infra-estruturas, de forma responder aos aumentos de população e consumo, e de continuidade e manutenção.

A população de uma forma geral tem aderido bem a este tipo de iniciativas. Gera-se inclusivamente um fenómeno de “corrida” aos locais que dispõem de electricidade em zonas rurais ainda não cobertas. No entanto, a precariedade dos sistemas pode gerar um efeito contraproducente de descrédito e desânimo.

Na aldeia de Matão, a poucos quilómetros da cidade da Praia, o número de habitantes aumentou devido à instalação de uma turbina micro-eólica. Contra o pagamento de uma contribuição, os moradores da aldeia passaram a ter electricidade e por consequência, a poder ver televisão, conservar os alimentos num frigorífico e ter luz à noite.

No entanto, cedo o sistema começou a revelar incapacidade para suprir as necessidades da popu-

lação crescente, o mau serviço resultou na falta de pagamento e uma derradeira avaria no sistema de armazenamento estagnou para sempre a turbina, que nunca voltou a ser reparada. Hoje em dia, os moradores têm todos os aparelhos, mas estes permanecem desligados, e apenas existe um gerador a diesel que entra ao serviço nos momentos especiais, por exemplo nas noites em que há jogos de futebol importantes que a aldeia se junta para ver.

Cooperação internacional

As ONG em Cabo Verde têm tido também um papel importante na difusão e implementação de projectos de FER, como é o caso de associações como a Citi-Habitat ou a Associação de Ambiente e Desenvolvimento de Cabo Verde (ADAD).

Cabo Verde ratificou a Convenção sobre as Alterações Climáticas em 29 de Março de 1995 e o Protocolo de Quioto em 10 de Fevereiro de 2006, tendo igualmente elaborado o seu Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.

A cooperação entre Portugal e Cabo Verde incidiu desde a independência essencialmente na modernização administrativa, construção de infra-estruturas e apoio ao sistema de educação do país. O ambiente ou a energia renovável não eram até há pouco tempo prioritários, mas nos últimos anos, sobretudo a partir de 2007, foram integrados nos planos estratégicos de cooperação entre os dois países.

Tinham até aqui sido sobretudo países europeus como a Suécia ou a Holanda a apoiar as iniciativas de carácter ambiental. Mas o panorama



{ FIG. A5.3 } A aldeia de Matão e a turbina ao fundo.



mudou por completo nos últimos anos, sobretudo desde a celebração de um memorando de entendimento entre o Estado português e o Estado cabo-verdiano, em 2007, tal como aconteceu com os restantes PALOP. O processo de Quioto foi sem dúvida decisivo para esta mudança no enfoque da estratégia portuguesa de cooperação.

Numa visita oficial a Cabo Verde, em Março de 2009, o primeiro-ministro português, José Sócrates, afirmou mesmo que as FER são uma prioridade estratégica e que a cooperação entre os dois países já não era baseada nos mesmos princípios do passado. Esta visita ficou marcada pelo lançamento de uma linha de crédito de 100 milhões de euros para apoio a investimentos nas fontes de energia eólica e solar.

Cabo Verde beneficia também de um recentíssimo acordo especial com a União Europeia, que lhe abre as portas a novas oportunidades nesta e noutras áreas. Deixando para trás o passado como País Menos Avançado – que igualmente representa a perda de alguns apoios internacionais reservados a esse grupo – o país estabelece a ponte com o futuro criando um novo enquadramento internacional que apoie as suas actuais prioridades de desenvolvimento. Têm sido assinados diversos acordos com países europeus, aos quais a utilização das FER está sempre associada, numa perspectiva de sustentabilidade dos novos investimentos.

O reforço da cooperação internacional reflecte-se igualmente a nível regional, com Cabo Verde a assinar novos acordos com as vizinhas Canárias

– que têm projectos inovadores na área das FER e da autonomia energética – e a ser escolhido para acolher o Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental). O objectivo é que o arquipélago sirva como exemplo nesta área para toda a região.

Autora: Carla Gomes, Universidade de Aveiro

Referências:

ALVES, Luís. et al. (2007), *Energy for Poverty Alleviation in Sahel/IE4Sahel: Public Report*, Instituto Superior Técnico, Lisboa.

Banco Africano de Desenvolvimento e OCDE (2008), *Perspectivas Económicas na África*. Centro de Desenvolvimento da OCDE, Lisboa.

Comissão Europeia (2007), *Plano de Acção UE-Cabo Verde*, CE, Bruxelas.

GOUVELLO, C., Dayo, F., & Thioye, M. (2008), *Low-carbon Energy Projects for Development in Sub-Saharan Africa: Unveiling the Potential, Addressing the Barriers*, The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, Washington, DC

Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional - Direcção Geral de Planeamento (2002), *Plano Nacional de Desenvolvimento de Cabo Verde (2002-2005)*, Praia.

<http://cdm.unfccc.int>, United Nations Framework Convention on Climate Change

<http://www.uneprioe.org>; UNEO Risø Centre

<http://www.wri.org>, World Resources Institute (WRI)

{ Autorias }

**{ Texto }**

Introdução Leão Lopes,
Mariana Pereira (M_EIA)

Capítulo 1 Manuel Correia Guedes (IST),
Leão Lopes, Mariana Pereira (M_EIA)

Capítulo 2 Leão Lopes, Ângelo Lopes,
Mariana Pereira (M_EIA)

Capítulo 3 Leão Lopes, Ângelo Lopes,
Mariana Pereira (M_EIA)

Capítulo 4 Leão Lopes, Ângelo Lopes,
Mariana Pereira (M_EIA)

Capítulo 5 Leão Lopes, Ângelo Lopes,
Mariana Pereira (M_EIA)

Capítulo 6 Leão Lopes, Ângelo Lopes,
Mariana Pereira (M_EIA)

Anexo 1 Luis Calixto, Joana Aleixo,
Manuel Correia Guedes (IST)

Anexo 2 Manuel Pinheiro (IST)

Anexo 3 Gustavo Cantuária (U. Cambridge)

Anexo 4 Klas Borges (U. Lund)

Anexo 5 Carla Gomes (U. Aveiro)

{ Quadros }

Capítulo 1 Manuel Correia Guedes

Anexo 2 Manuel Pinheiro

Anexo 4 Klas Borges

{ Figuras }

0.1 Foto Manuel Correia Guedes

0.2 Foto Manuel Correia Guedes

0.3 Foto Manuel Correia Guedes

1.1 Foto Manuel Correia Guedes

1.2 Foto Manuel Correia Guedes

1.3 Gráfico Luis Calixto

1.4 Foto Manuel Correia Guedes

1.5 Foto Manuel Correia Guedes

1.6 Foto Manuel Correia Guedes

1.7 Desenho Leão Lopes

1.8 Desenho Leão Lopes

1.9 Desenho Leão Lopes

1.10 Desenho Leão Lopes

1.11 Desenho Leão Lopes

1.12 Desenho Leão Lopes

1.13 Foto Mariana Pereira

1.14 Desenho Mariana Pereira

1.15 Desenho Mariana Pereira
(adaptado de Baker, 2000)

1.16 Foto Manuel Correia Guedes

1.17 Desenho Mariana Pereira

1.18 Foto Manuel Correia Guedes

1.19 Desenho Mariana Pereira

1.20 Foto Mariana Pereira

1.21 Foto Manuel Correia Guedes

1.22 Foto Mariana Pereira

1.23 Foto Manuel Correia Guedes



- 1.24** Foto Manuel Correia Guedes
1.25 Foto Manuel Correia Guedes
1.26 Foto Manuel Correia Guedes
1.27 Foto Manuel Correia Guedes
1.28 Foto Manuel Correia Guedes
1.29 Foto Manuel Correia Guedes
1.30 Foto Manuel Correia Guedes
1.31 Foto Manuel Correia Guedes
1.32 Foto Manuel Correia Guedes
1.33 Foto Manuel Correia Guedes
1.34 Foto Manuel Correia Guedes
1.35 Foto Manuel Correia Guedes
1.36 Foto Manuel Correia Guedes
1.37 Desenho Leão Lopes
1.38 Desenho Joana Aleixo
 (adaptado de Goulding, 1992)
1.39 Desenho Leão Lopes
1.40 Foto Manuel Correia Guedes
1.41 Foto Manuel Correia Guedes
1.42 Foto Manuel Correia Guedes
1.43 Foto Manuel Correia Guedes
1.44 Foto Manuel Correia Guedes
1.45 (1–3) Foto Manuel Correia Guedes
1.45 (4) Desenho Joana Aleixo
 (adaptado de Goulding, 1992)
1.46 Desenho Mariana Pereira
 (adaptado de Thomas, 1996)
1.47 Foto Manuel Correia Guedes
1.48 Foto Manuel Correia Guedes
1.49 Foto Manuel Correia Guedes
1.50 Foto Manuel Correia Guedes
1.51 Foto Manuel Correia Guedes
1.52 Foto Manuel Correia Guedes
1.53 Foto Manuel Correia Guedes
1.54 Foto Manuel Correia Guedes
1.55 Foto Manuel Correia Guedes
1.56 Foto Manuel Correia Guedes
1.57 Foto Manuel Correia Guedes
1.58 Desenho Mariana Pereira
1.59 Desenho Mariana Pereira
 (adaptado de Thomas, 1996)
1.60 Desenho Mariana Pereira
 (adaptado de Thomas, 1996)
1.61 Desenho Mariana Pereira
 (adaptado de Baker, 2000)
1.62 Foto Manuel Correia Guedes
1.63 (1–4) Foto Manuel Correia Guedes
1.63 (5) Foto Mariana Pereira
1.64 Desenho Leão Lopes
1.65 Desenho Leão Lopes
1.66 Desenho Leão Lopes
1.67 Desenho Leão Lopes
1.68 Desenho Leão Lopes
1.69 Desenho Leão Lopes
1.70 Desenho Leão Lopes
1.71 Desenho Leão Lopes
1.72 Desenho Leão Lopes
1.73 Desenho Leão Lopes
1.74 Desenho Leão Lopes
1.75 Desenho Leão Lopes
1.76 Desenho Leão Lopes
1.77 Desenho Leão Lopes
1.78 Desenho Leão Lopes
1.79 Foto Manuel Correia Guedes
1.80 Foto Manuel Correia Guedes
1.81 Foto Manuel Correia Guedes
1.82 Foto Manuel Correia Guedes
1.83 Foto Manuel Correia Guedes
1.84 Foto Manuel Correia Guedes
1.85 Gráfico Joana Aleixo
1.86 Foto Manuel Correia Guedes
2.1 Foto Manuel Correia Guedes
2.2 Foto Manuel Correia Guedes
2.3 Foto Manuel Correia Guedes
2.4 Foto Manuel Correia Guedes
2.5 Foto Manuel Correia Guedes
2.6 Foto Manuel Correia Guedes



- 3.1 Desenho Leão Lopes
- 3.2 Desenho Leão Lopes
- 3.3 Desenho Leão Lopes
- 3.4 Desenho Leão Lopes
- 3.5 Desenho Leão Lopes
- 3.6 Desenho Leão Lopes
- 3.7 Desenho Leão Lopes
- 3.8 Foto Manuel Correia Guedes
- 3.9 Foto Manuel Correia Guedes
- 3.10 Foto Manuel Correia Guedes

- 4.1 Desenho Leão Lopes
- 4.2 Desenho Leão Lopes
- 4.3 Desenho Leão Lopes
- 4.4 Desenho Leão Lopes
- 4.5 Desenho Leão Lopes
- 4.6 Desenho Leão Lopes
- 4.7 Desenho Leão Lopes
- 4.8 Foto Manuel Correia Guedes
- 4.9 Foto Manuel Correia Guedes
- 4.10 Foto Manuel Correia Guedes

- 5.1 Desenho Leão Lopes
- 5.2 Desenho Leão Lopes
- 5.3 Desenho Leão Lopes
- 5.4 Desenho Leão Lopes
- 5.5 Desenho Leão Lopes
- 5.6 Tabela Leão Lopes
- 5.7 Desenho Leão Lopes
- 5.8 Desenho Leão Lopes

- 6.1 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.2 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.3 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.4 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.5 Desenho Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.6 Fotos Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.7 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.8 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.9 Desenho Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.10 Desenho Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.11 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.12 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.13 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.14 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.15 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.16 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.17 Desenho Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.18 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.19 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.20 Desenho Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.21 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.22 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.23 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira
- 6.24 Foto Ângelo Lopes Mariana Pereira

- A1.1 – A1.16 Imagens Luís Calixto
- A1.17 Foto Mariana Pereira
- A2.1 – A2.4 Imagens Manuel Pinheiro
- A3.1 – A3.6 Imagens Gustavo Cantuária
- A3.7 Foto Manuel Correia Guedes
- A4.1 Foto Manuel Correia Guedes
- A5.1 – A5.3 Imagens Carla Gomes



O presente manual tem como principal objectivo sugerir medidas básicas para a prática de uma arquitectura sustentável. Destina-se a estudantes e profissionais de arquitectura e engenharia, sendo também acessível ao público com alguma preparação técnica na área da construção. Tendo em conta o clima, os recursos naturais e o contexto socioeconómico, são traçadas, de forma simplificada, estratégias de boas práticas de projecto.

Foi elaborado no âmbito do projecto europeu SURE-Africa (*Sustainable Urban Renewal: Energy Efficient Buildings for Africa*), em que participaram quatro instituições africanas: o Departamento de Arquitectura da Universidade Agostinho Neto (Angola), a Escola Internacional de Artes do Mindelo (M-EIA, em Cabo Verde), o Ministério das Infra-estruturas e Transportes da República da Guiné-Bissau, e a Faculdade de Arquitectura da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), e três instituições académicas europeias: o Instituto Superior Técnico (coordenador do projecto), a Universidade de Cambridge (Reino Unido) e a Universidade de Lund (Suécia).



CPLP



IPAD

FCT



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN